



Universidade do Porto  
Faculdade de Direito

Sofia Patrícia Almeida Domingos

**PERCEÇÕES DOS JOVENS EM RELAÇÃO À POLÍCIA:  
ENTRE A JUSTIÇA PROCEDIMENTAL E O CAPITAL SOCIAL**

Mestrado em Criminologia

Dissertação realizada sob a orientação da  
Professora Doutora Carla Sofia de Freitas Lino Pinto Cardoso

Junho de 2017

## RESUMO

A presente dissertação teve como principal objetivo compreender a confiança dos jovens na polícia e a legitimidade que atribuem a esta instituição, procurando, assim, colmatar a lacuna avançada por Van Craen e Skogan (2015b) referente à escassez de estudos empíricos que analisem a relação entre a confiança e justiça procedimental e à existência de poucos testes empíricos, a nível Europeu, à teoria da justiça procedimental (Tyler, 2011).

Tendo por base os referenciais teóricos presentes na literatura científica, procurámos compreender a confiança dos jovens na polícia, a confiança dos jovens na eficácia da polícia, a satisfação dos jovens com o trabalho da polícia e a legitimidade percebida da polícia, à luz da teoria da justiça procedimental, da teoria do desempenho e da teoria do capital social. Para tal, recorreremos à aplicação de metodologias mistas, primeiramente através da aplicação de um questionário a uma amostra de 116 jovens de escolas da área metropolitana do Porto e, posteriormente, através da realização de dois *focus group* com uma subamostra de 15 jovens.

Verificou-se a existência de uma relação ambivalente entre jovens e polícia e a existência de dificuldades de cooperação dos jovens com a polícia. Em conjunto, variáveis relativas à teoria da justiça procedimental, à teoria do desempenho e à teoria do capital social mostraram-se relevantes na formação das percepções dos jovens acerca da polícia. Do estudo ressaltaram, também, dados adicionais relativamente à relevância dos contatos compulsivos com a polícia: estes contatos, quando percecionados de forma satisfatória por parte dos jovens, poderão fomentar a sua confiança na polícia e percepções favoráveis acerca da instituição.

Futuras investigações deverão procurar integrar questões relativas aos tipos de policiamento com os quais os jovens têm contato e às variáveis relativas à teoria da justiça procedimental, teoria do desempenho e teoria do capital social. Sugere-se, ainda, que os estudos procurem compreender de que forma os jovens avaliam os contatos compulsivos com a polícia, quais os fatores que consideram importantes para cooperarem com a polícia, bem como as motivações que se encontram na origem da não cooperação.

**Palavras-chave:** confiança dos jovens na polícia; satisfação com a polícia; legitimidade; justiça procedimental; desempenho; capital social; cooperação.

## ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to understand the confidence of young people in the police and the legitimacy they attribute to. Through this work we aim to diminish, not only the gap advanced by Van Craen and Skogan (2015b) regarding the lack of empirical studies that analyze the relationship between trust and procedural justice, but also the meager existence of empirical tests on the theory of procedural justice, at the European level (Tyler, 2011).

Based on scientific theoretical frameworks, we sought to understand young people's trust in the police, youths' trust in the efficacy of the police, youths' satisfaction with the police work, and the perceived police legitimacy in accordance with the theory of procedural justice, performance theory and social capital theory. To do so, we used mixed methodologies, first by applying a questionnaire to a sample of 116 youths of Porto metropolitan area, and later, through two focus groups with a sub-sample of 15 youths.

There was an ambivalent relationship between young people and the police, existing difficulties regarding the cooperation between them. Taken together, variables related to procedural justice theory, performance theory and social capital theory were proved relevant in shaping the perceptions of young people about the police. The study also highlighted additional data regarding the relevance of compulsive contacts with the police: these contacts, when perceived as satisfactory by young people, could foster youth's trust in the police and more favorable perceptions about the institution.

Future researches should integrate issues related with the types of policing with which young people have contact and include variables related to procedural justice theory, performance theory and social capital theory. It is also suggested that future studies try to understand how young people assess compulsive contacts with the police, which factors they consider important to cooperate with the police, and what are the motivations behind non-cooperation.

**Keywords:** youth trust in the police; satisfaction with the police; cooperation; legitimacy; procedural justice; performance; social capital.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Carla Cardoso por todo o acompanhamento disponibilizado, não apenas para a realização da presente dissertação, mas ao longo dos últimos dois anos, desde que em 2015 me interessei pelo estudo deste tema. Obrigada por todo o conhecimento que me foi transmitindo, pelas sugestões, críticas e palavras de incentivo e apoio que sempre me dirigiu.

Gostaria de agradecer à Mestre Josefina Castro que, desde o primeiro dia e independentemente de questões burocráticas, se mostrou disponível para coorientar a presente dissertação. Agradeço o privilégio de me ter acompanhado na recolha dos dados qualitativos, todo o saber que me transmitiu e toda a paciência que foi tendo comigo num processo de aprendizagem que nem sempre foi fácil.

Agradeço aos restantes professores da Escola de Criminologia e da Faculdade de Direito da Universidade do Porto que contribuíram para a minha evolução académica e pessoal.

Manifesto a minha gratidão para com as escolas que generosamente acolheram o meu pedido e, acima de tudo, para com todos os jovens participantes no estudo, sem os quais este não teria sido possível.

Gostaria de agradecer de forma particular a todos aqueles que sempre estiveram por perto ao longo deste percurso. Ao Nuno, por me ter auxiliado na recolha de dados e pelas “sagas” partilhadas; à Inês, pela disponibilidade que sempre manifestou para me ajudar e por todo o incentivo que me deu; e à Gilda pela disponibilidade e apoio prestados em todos os momentos e a todos os níveis, a quem agradeço também a leitura e sugestões feitas ao presente trabalho.

Agradeço ao André, por me ter ouvido diariamente, incentivado e reconfortado, mesmo quando a pressão falava mais alto e as minhas atitudes não eram as melhores. Obrigada pela persistência e esforço para me proporcionar momentos de descontração no meio da azáfama da realização desta dissertação que, apesar de nem sempre terem sido bem aceites devido a todo o trabalho, se mostraram essenciais para que eu tivesse força e motivação para continuar.

Finalmente, agradeço à minha Mãe e ao meu Pai, pelo incentivo que me deram para prosseguir o meu percurso académico, pela paciência que sempre demonstraram e, acima de tudo, por me mostrarem diariamente que tenho força suficiente para ultrapassar qualquer obstáculo e para conseguir atingir qualquer objetivo a que me proponha. Obrigada.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
1. Legitimidade e Confiança.....	3
1.1. Legitimidade .....	3
1.2. Confiança .....	6
2. Principais Teorias Explicativas da Confiança na Polícia .....	8
2.1. Teoria da Justiça Procedimental .....	8
2.1.1. Responsabilização da polícia.....	11
2.2. Teoria do Desempenho .....	12
2.3. Teoria do Capital Social.....	14
2.3.1. Cinismo Legal .....	19
3. Percepções dos cidadãos relativamente à polícia .....	22
3.1. Variáveis sociodemográficas .....	22
3.2. Variáveis de insegurança objetiva e subjetiva .....	23
3.3. Variáveis de estilo de vida .....	24
3.4. Variáveis relativas à área de residência .....	24
3.5. Variáveis relativas à polícia .....	26
4. Percepções dos jovens relativamente à polícia .....	28
4.1. Variáveis Sociodemográficas.....	29
4.2. Variáveis de estilo de vida .....	30
4.3. Variáveis relativas à área de residência .....	30
4.4. Variáveis relativas à polícia .....	31
<b>CAPÍTULO II: ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA) .....</b>	<b>34</b>
1. Objetivos gerais e específicos.....	34
2. Descrição e Fundamentação das Metodologias .....	35
2.1. Caracterização do Desenho de Investigação.....	35
2.2. Constituição da amostra .....	36
2.3. Instrumentos e Operacionalização das variáveis do estudo .....	37
2.3.1. Questionário.....	37
Grupo I: Questões sociodemográficas .....	37
Grupo II: Vitimação .....	37
Grupo III: Questões relativas ao estilo de vida .....	38

<i>Grupo IV: Questões relativas à área de residência</i> .....	38
<i>Grupo V: Questões relativas à polícia</i> .....	41
2.3.2. <i>Focus Group</i> .....	43
2.4. Descrição das variáveis dependentes e independentes .....	45
3. Procedimentos .....	46
3.1. Processo de recolha de dados.....	46
3.2. Procedimentos de Análise de Dados.....	48
3.2.1. <i>Procedimentos de Análise Estatística</i> .....	48
<i>Procedimentos de Análise Estatística Descritiva</i> .....	48
<i>Procedimentos de Análise Estatística Inferencial</i> .....	49
3.2.2. <i>Procedimentos de Análise Temática</i> .....	49
<b>CAPÍTULO III: ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)</b> .....	<b>50</b>
<b>I. Resultados quantitativos obtidos através da aplicação do questionário</b> .....	<b>50</b>
1. Caraterização sociodemográfica da amostra em estudo .....	51
2. Caraterização da amostra segundo as variáveis dependentes em estudo.....	51
3. Caraterização da amostra segundo as variáveis independentes em estudo .....	52
3.1. Variáveis de insegurança objetiva e subjetiva .....	52
3.2. Variáveis relativas a estilo de vida.....	52
3.3. Variáveis relativas à área de residência .....	53
3.4. Variáveis relativas à polícia .....	54
4. Relações entre as variáveis .....	55
4.1. Relações com as variáveis sociodemográficas .....	55
4.2. Relações com as variáveis de insegurança objetiva e subjetiva .....	55
4.3. Relações com as variáveis de estilo de vida .....	55
4.4. Relações com as variáveis relativas à área de residência .....	56
4.5. Relações com as variáveis relativas à polícia .....	58
5. Variáveis preditoras da confiança na polícia, da confiança na eficácia da polícia, da satisfação com o trabalho da polícia e da legitimidade da polícia.....	60
5.1. Variáveis preditoras da confiança na polícia .....	61
5.1.1. <i>Modelos parcelares</i> .....	61
5.1.2. <i>Modelo final</i> .....	61
5.2. Variáveis preditoras da confiança na eficácia da polícia .....	63
5.2.1. <i>Modelos parcelares</i> .....	63

5.2.2. <i>Modelo final</i> .....	63
5.3. Variáveis preditoras da satisfação com o trabalho da polícia .....	65
5.3.1. <i>Modelos parcelares</i> .....	65
5.3.2. <i>Modelo final</i> .....	65
5.4. Variáveis preditoras da legitimidade da polícia .....	67
5.4.1. <i>Modelos parcelares</i> .....	67
5.4.2. <i>Modelo final</i> .....	68
<b>II. Resultados qualitativos obtidos através da aplicação dos <i>focus group</i></b> .....	<b>69</b>
1. Imagem da polícia .....	69
O “bom polícia” .....	80
2. Autoridade e Legitimidade da polícia .....	82
3. Relação entre jovens e polícia .....	88
A relação ambivalente entre a necessidade e a indesejabilidade da polícia.....	93
<b>CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>94</b>
Limitações .....	108
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>110</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>111</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>123</b>
<b>Anexo I:</b> Modelos parcelares relativos à predição da confiança dos jovens na polícia.....	123
<b>Anexo II:</b> Modelos parcelares relativos à predição da confiança dos jovens na eficácia da polícia .....	125
<b>Anexo III:</b> Modelos parcelares relativos à predição da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia.....	127
<b>Anexo IV:</b> Modelos parcelares relativos à predição da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia .....	129

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Análise descritiva das variáveis sociodemográficas.....	51
<b>TABELA 2:</b> Análise descritiva das variáveis dependentes do presente estudo .....	52
<b>TABELA 3:</b> Correlações entre variáveis de segurança objetiva e subjetiva, variáveis de estilo de vida e variáveis dependentes .....	56
<b>TABELA 4:</b> Correlações entre variáveis relativas à área de residência e variáveis dependentes .....	57
<b>TABELA 5:</b> Correlações entre as variáveis dependentes .....	58
<b>TABELA 6:</b> Correlações entre variáveis dependentes e variáveis relativas à polícia .....	59
<b>TABELA 7:</b> Modelo final de explicação da confiança dos jovens na polícia .....	62
<b>TABELA 8:</b> Modelo final de explicação da confiança dos jovens na eficácia da polícia .....	64
<b>TABELA 9:</b> Modelo final de explicação da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia .....	66
<b>TABELA 10:</b> Modelo final de explicação da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia ..	68



## INTRODUÇÃO

---

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Criminologia, pretende explorar as percepções dos jovens acerca da polícia, designadamente a confiança que têm nesta instituição e a legitimidade que lhe atribuem.

Atualmente, no debate público, político e académico, a quebra de confiança é um assunto central que levanta algumas questões relativas à confiança na justiça, à legitimidade das suas instituições e ao compromisso das pessoas com o Estado de Direito (Jackson et al., 2011). Na Europa denota-se, por parte dos cidadãos, uma menor confiança, que se estende desde as instâncias governamentais até às instituições. Esta tendência é confirmada por dados do *European Social Survey*, desde 2002 e do Eurobarómetro da Comissão Europeia, sugerindo a necessidade de se encontrarem respostas capazes de inverter estas tendências e de solucionar os problemas de desajustamento e desconfiança política (Colborne, 2013).

O Estado moderno caracteriza-se pela reivindicação do monopólio da violência simbólica, sendo a polícia a instituição através da qual o Estado espelha o seu poder (Loader e Walker, 2007). Se, por um lado, a polícia afirma a titularidade do Estado produzindo segurança no interior das sociedades, por outro, a polícia pode ser uma ameaça para as garantias e liberdades das mesmas (Berki, 1986 *cit in* Loader, 2000). Assim, no que concerne com as políticas da polícia e as suas boas ou más práticas, nas sociedades democráticas, levanta-se uma série de questões acerca da confiança, legitimidade, eficácia e satisfação (Loader, 2000). Tendo por base a premissa de que a confiança na polícia está relacionada com a satisfação dos cidadãos ao nível das suas interações e experiências com esta, estudos desenvolvidos desde os anos 70 tentam compreender a natureza dos contatos, a eficácia e o profissionalismo percebidos desta instituição (Moreira et al., 2015). Segundo Tyler (2011), atualmente existe uma melhoria no desempenho da polícia, embora os níveis de apoio por parte dos cidadãos não se alterem. Desta forma, importa repensar quais os fatores que estão na origem da legitimidade da polícia, uma vez que o seu desempenho objetivo não explicar por si só a confiança que os cidadãos nela depositam. Segundo Ponsaers (2015), a legitimidade da polícia sofreu maior instabilidade no decurso dos fracassos sucessivos em termos de eficácia e do declínio do Estado social. Para que essa legitimidade seja recuperada, Jackson e Bradford (2010) salientam a importância da confiança no incentivo à participação ativa por parte dos cidadãos, na cooperação com a polícia e no cumprimento da lei. Esta confiança provém de julgamentos complexos acerca da confiabilidade da polícia, com base na existência de um

alinhamento moral entre polícia e comunidade e de avaliações acerca da capacidade da polícia se comportar como uma “guardiã cívica”, capaz de assegurar o respeito público e aderir a valores da comunidade (Loader e Mulcahy, 2003 *cit in* Jackson e Bradford, 2010). Para os autores, a confiança vai assim além da eficácia manifestada pela polícia, abarcando a preocupação com as necessidades da comunidade, o tratamento justo e respeitoso e a possibilidade de participação dos cidadãos. Embora tradicionalmente se questione o motivo pelo qual as pessoas quebram as leis, envolvendo respostas relativas a considerações acerca da percepção de um baixo risco de punição e de penas insuficientes, o foco tem-se voltado para a compreensão dos motivos pelos quais as pessoas cumprem a lei, entrando aqui respostas que se relacionam com o interesse pessoal (o peso dos custos e dos benefícios do crime e as possibilidades de punição) e com considerações ético-normativas (o comportamento de acordo com princípios morais que respeitam os direitos dos outros). Considerando estas respostas relativas ao cumprimento da lei, facilmente se compreende que a segunda é a mais desejável e importante, devendo as instituições de justiça questionar-se acerca da forma como podem afetar os processos de cumprimento e acerca do seu papel nesse processo (Jackson et al., 2011). Tyler (2006) salienta a importância da perspectiva normativa no cumprimento da lei, pois esta traduz a voluntariedade da obrigação de seguir as regras legais, através de juízos pessoais acerca da moralidade e da legitimidade. Para o autor, importa, assim, considerar o que os cidadãos pensam e o modo como estes compreendem os seus valores.

O presente trabalho estrutura-se em quatro capítulos principais que, por sua vez, se subdividem em subcapítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma revisão da literatura acerca das principais teorias explicativas da confiança, bem como dos principais resultados presentes nos estudos acerca da confiança na polícia, por parte dos cidadãos em geral, e dos jovens em particular. No segundo capítulo apresentaremos a metodologia utilizada na presente investigação, descrevendo os objetivos do nosso trabalho, a forma de constituição da amostra, os instrumentos utilizados, as variáveis dependentes e independentes e a forma como foram operacionalizadas, explicitando por fim os procedimentos de análise de dados efetuados. No terceiro capítulo serão apresentados os principais resultados obtidos que, no último capítulo irão ser discutidos, apresentando-se as limitações do presente estudo e as sugestões para investigações futuras.

## CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

---

### 1. Legitimidade e Confiança

Os Estados procuram que as instituições do sistema de justiça criminal se afigurem eficazes, de forma a obterem o apoio e a cooperação públicos. Contudo, tendencialmente, apenas avaliam essa eficácia com base nos níveis de criminalidade, relegando a necessidade de mensuração de outro tipo de indicadores. Assim, para que as instituições funcionem eficazmente, a confiança dos cidadãos nessas instituições de justiça e a legitimidade que estes lhes conferem (Jackson et al., 2010) são dois fenómenos sociais inter-relacionados, cuja mensuração é fundamental. A conformidade e o apoio face às instituições de justiça criminal encontram-se relacionados com os níveis de legitimidade e confiança atribuídos pelo público (Meško e Tankebe, 2015), pelo que as avaliações normativas acerca das instituições se revestem de especial importância, por originarem cumprimento, cooperação e *empowerment* dessas mesmas instituições. No entanto, confiança e legitimidade são conceitos que se sobrepõem, estando subjacentes a estes os julgamentos feitos por parte das pessoas quanto à adequação de uma instituição, com base no modo como esta utiliza o seu poder (Jackson e Gau, 2015). Dada a sobreposição entre o conceito de legitimidade e de confiança passaremos, seguidamente, a descrever cada um deles, procurando compreender as suas particularidades e potencializar uma diferenciação concetual.

#### 1.1. Legitimidade

Em 1990, na sua primeira publicação de *Why People Obey the Law*, Tyler define a legitimidade como o reconhecimento que as pessoas fazem da necessidade de ajustarem o seu comportamento com aqueles que são os ditames de autoridades externas. Cinco anos mais tarde, Suchman (1995, p. 574) define legitimidade como “(...) *a percepção geral ou a premissa de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de um sistema social construído por normas, valores, crenças e definições*”<sup>1</sup>, trazendo para a definição a necessidade de um julgamento das ações de uma instituição como morais e justificadas, no processo de atribuição de legitimidade. Posteriormente, numa reedição da sua obra de 1990, Tyler (2006) define a legitimidade como a propriedade das instituições que leva os cidadãos a acreditar que são adequadas e justas e a aceitar as suas decisões voluntariamente, como um sentido de dever de obediência. Deste modo, a legitimidade é

---

<sup>1</sup> **Da versão original:** “*Legitimacy is a generalized perception or assumption that the actions of an entity are desirable, proper, or appropriate within some socially constructed system of norms, values, beliefs, and definitions*” Suchman (1995, p. 574).

conseguida por um sentimento de dever de obediência e pela crença de que os membros de uma instituição exercerão o seu poder de forma adequada. Mais recentemente, Beetham (2013, p. 19) refere que a legitimidade descreve “*o poder que é reconhecido como legítimo por agentes relevantes, que incluem os detentores de poder e os seus funcionários, aqueles que são objeto do poder e as terceiras partes cujo apoio ou reconhecimento podem ajudar a reafirmá-lo*”<sup>2</sup>. A mais-valia desta definição reside no facto de considerar a perspetiva de todas as partes envolvidas numa relação de poder. Apesar da existência de múltiplas definições de legitimidade, os elementos centrais presentes em todas elas podem ser resumidos ao reconhecimento do direito de uma autoridade e à promoção de um dever de obediência (Tyler, 1990). A legitimidade é institucional, uma vez que é a instituição que é vista como legítima e não o indivíduo que ocupa determinada posição nessa mesma instituição (Hawdon, 2008).

Hinsch (2008, 2010) distingue dois tipos de legitimidade: a *legitimidade normativa* e a *legitimidade empírica*. A *legitimidade normativa* refere-se a certos critérios objetivos aos quais uma autoridade deve atender e contra os quais a sua legitimidade pode ser julgada, sendo vista como uma propriedade da organização. Desta forma, a legitimidade normativa relaciona-se com o reconhecimento dos cidadãos da existência de um alinhamento moral<sup>3</sup> com o sistema de justiça, baseado nas suas avaliações individuais que contrapõem os objetivos, as práticas e os comportamentos das autoridades com os seus próprios objetivos, práticas e comportamentos sendo, por isso, importante considerar a legalidade das autoridades (Jackson et al., 2010). A *legitimidade empírica*, por sua vez, trata-se de um conceito relacional, em que os governados reconhecem a obrigação de obedecer aos que detêm o poder, com base nas suas percepções e devido à crença de que estes agem de acordo com estruturas normativas e éticas adequadas, baseadas em regras e direitos (Hough et al., 2013). Desta forma, a legitimidade empírica pode ser definida como a crença dos cidadãos de que as instituições e autoridades legais transmitem um padrão de conduta que é adequado e que, por isso, sentem o dever de obedecer. Assim, trata-se de uma legitimidade conferida pelos cidadãos que obedecem, não pelo risco percebido de uma sanção, mas sim por considerarem ser o mais correto.

---

<sup>2</sup> **Da versão original:** “(...) is power which is acknowledged as rightful by relevant agents, who include powerholders and their staff, those subject to the power and third parties whose support or recognition may help confirm it.” Beetham (2013, p. 19).

<sup>3</sup> Tyler et al. (2013) consideram também que a definição de legitimidade pode ser alargada incluindo o alinhamento moral, mas que este alargamento terá de ser feito com cuidado, tendo em conta o país em causa e a multiculturalidade de certas sociedades.

Importará, agora, apresentar uma série de conceitos prévios que serão utilizados daqui por diante: i) “eficácia” é a capacidade de uma instituição lidar com os problemas e os solucionar; ii) “justiça procedimental” refere-se à qualidade dos processos de tomada de decisão por parte de uma instituição, considerando-se a *fairness*<sup>4</sup>, neutralidade e a consistência dos mesmos, assim como a qualidade do tratamento interpessoal (dignidade, respeito e voz); e iii) “justiça distributiva” relaciona-se com uma distribuição igualitária da proteção e dos serviços (Tyler, 2003).

Os autores divergem na sua opinião acerca dos elementos constitutivos da legitimidade. Para Beetham (1991) são três os elementos de uma autoridade legítima: a legalidade, os valores partilhados e o consentimento. Bottoms e Tankebe (2012), tendo por base a definição de legitimidade de Beetham (1991), referem que a legalidade e os valores partilhados não são elementos constitutivos da legitimidade (contrariamente ao consentimento) sendo, contudo, variáveis independentes que influenciam o conceito. Tankebe (2013), por sua vez, refere também a eficácia<sup>5</sup> como uma componente da legitimidade, uma vez que as instituições que procuram legitimidade se devem mostrar eficazes e que, para serem eficazes, necessitam do apoio dos cidadãos. Assim, a legitimidade para este autor integraria a eficácia, a justiça procedimental, a justiça distributiva e a legalidade. No entanto, Ponsaers (2015) salienta que a legitimidade desta instituição nunca poderá ser função da sua eficácia (ou vice-versa) uma vez que esta, mesmo não sendo percebida como eficaz ao nível do seu desempenho, poderá continuar a ser vista como legítima. Segundo Jackson e Kuha (2015), por se tratar de uma construção psicológica, a legitimidade tem de ser inferida, tornando-se, por isso, difícil dizer quais os seus domínios de significado. Dadas as divergências conceituais, consideramos que a legitimidade, neste estudo, deverá ser mensurada pelo sentido de obrigação de obedecer à polícia, sendo a legalidade da polícia e o alinhamento moral com a mesma, variáveis importantes na compreensão deste conceito.

Ao nível da legitimidade, a polícia tem sido a instituição que tem recebido maior atenção, dada a maior probabilidade de contato dos cidadãos com a polícia e a influência destes nas percepções públicas de legitimidade. Estas questões tornam-se ainda mais relevantes quando se pretende analisar a legitimidade que os jovens conferem à polícia. Sendo pautada pelo desafio das normas e dos valores sociais (Hinds, 2007), a adolescência é um período da vida onde a

---

<sup>4</sup> A forma mais correta de traduzir *fairness* seria “justiça como equidade”. Desta forma, optamos por utilizar o conceito original no presente trabalho.

<sup>5</sup> Hough et al. (2013) consideram que a eficácia na legitimidade está mais próxima de um estado psicológico de confiança, por se tratar de acreditar que a polícia tem as intenções certas e que fará tudo aquilo que é o seu papel fazer, e não tanto por se tratar de uma questão de reconhecimento e justificação do poder e autoridade da polícia.

possibilidade de desvio é maior (Osgood e Anderson, 2004). Além disso, os jovens tendem a ser monitorizados de forma mais intensiva do que os restantes cidadãos (Hinds, 2007) e a ser alvo de atividades mais repressivas por parte da polícia, o que poderá favorecer a existência de um maior número de contatos com esta. Existem evidências de que a valência destes contatos (positiva ou negativa) com a polícia irá influenciar as percepções dos cidadãos acerca do sistema de justiça em geral (Roberts e Plesničar, 2015). A legitimidade da polícia é inerentemente relacional e fruto de contatos que evoquem reações positivas (Jackson e Gau, 2015). A existência de legitimidade comporta algumas implicações, nomeadamente o cumprimento por parte dos cidadãos. Este cumprimento pode ser conseguido através de duas vias: do aumento da percepção de risco de punição e de repressão dos comportamentos ilegais; ou através da percepção de legitimidade, que incentiva o cumprimento voluntário pelo consentimento. Desta forma, a legitimidade é a forma mais desejável de se conseguir conformidade e cumprimento das normas, uma vez que decorre de uma maior motivação dos cidadãos para atenderem à doutrina oficial e de, assim, internalizarem valores que se mostram em sintonia com os objetivos da sociedade (Jackson e Gau, 2015). Para Tyler (2006), a legitimidade é essencial, por encorajar o cumprimento da lei, a cooperação e, em casos particulares, a aceitação do direito ao monopólio do uso da força. Se as pessoas acreditarem que a polícia partilha os mesmos valores que os cidadãos, ao nível daquilo que são as suas expectativas e o seu sentido de certo e errado, existirá uma maior probabilidade de os cidadãos perceberem e esperarem comportamentos por parte da polícia que serão valorizados e percecionados como positivos. A legitimidade também é influenciada por percepções de justiça procedimental e Van Damme et al. (2015) referem que os cidadãos julgam-na pela qualidade da tomada de decisão e pela justiça do tratamento recebido. Jackson et al. (2015) referem que a legitimidade reduz a tensão entre os detentores do poder e aqueles sobre quem o exercem e limita o poder a propósitos legítimos.

## **1.2. Confiança**

A confiança reduz a complexidade do mundo (Giddens, 1991), sendo necessária em situações de risco/incerteza. Segundo Jackson et al. (2010), a confiança é, ainda, o produto de uma relação social, uma vez que envolve colocar-se numa posição de incerteza face aos outros, com a expectativa de que eles se comportarão de maneiras previsíveis. Sendo também individual, a confiança diz respeito ao comportamento de um indivíduo em concreto e relaciona-se com a crença de que uma pessoa que ocupa um papel específico o irá desempenhar de forma consistente com as expectativas normativas socialmente definidas

associadas a esse papel (Jackson et al., 2010). Aplicando o conceito de confiança à polícia, um agente será visto como confiável quando um cidadão acreditar que ele se irá comportar de forma consistente com o papel de um agente de polícia. Pode então dizer-se que a legitimidade se aplica a um papel dentro de uma instituição, enquanto a confiança se aplica à conformidade entre o comportamento de um indivíduo e as expectativas relacionadas com o papel que ele ocupa: desta forma, o papel é legítimo e o indivíduo é confiável (Hawdon, 2008).

A confiança baseada na motivação (Lind e Tyler, 1988) assume uma especial centralidade, uma vez que quem confia considera que a pessoa que é alvo da confiança tem as melhores intenções para consigo. Trata-se de uma confiança de cariz social, relacionada com a definição de Hardin (2002) relativa a interesses encapsulados<sup>6</sup> e com a confiança instrumental ou na base da expectativa de Tyler e Huo (2002 *cit in* Jackson et al., 2010), uma vez que se baseia em alguma previsibilidade. Esta previsibilidade tem na sua base as avaliações que os cidadãos fazem dos seus contatos diretos e vicariantes com a polícia (*e.g.* a expectativa que os cidadãos têm de que a polícia irá responder com rapidez a uma situação de emergência) (Tyler e Huo, 2002 *cit in* Jackson et al., 2010), através dos quais os cidadãos conseguem compreender se a polícia partilha compromissos morais (Jackson et al., 2010). A partir destas experiências, a confiança é uma justificação normativa do poder aos olhos dos cidadãos (Jackson e Gau, 2015), sendo orientada para o futuro, ou seja, é um “*sentimento positivo ou expectativa com vista a outras ações futuras*”<sup>7</sup> (Barbalet, 2009, p. 375). O conceito de confiança, sendo subjetivo, não garante que estas expectativas se verifiquem na realidade, mas estes julgamentos de confiança mostram-se suficientes para moldarem as atitudes dos indivíduos (Jackson e Gau, 2015). Fleming e McLaughlin (2012) referem que a confiança se relaciona ainda com a capacidade de instituições como a polícia produzirem resultados desejados pelos cidadãos: quando estes percecionam que a polícia age de acordo com as suas necessidades ficam satisfeitos, tendem a confiar mais na polícia e tal gera um maior apoio da instituição.

Partindo da perspetiva do capital social (Putnam, 2000), a confiança é gerada em situações recíprocas e de apoio, capazes de criar coesão social relativamente a redes de organizações e de instituições nas quais as pessoas depositam a sua confiança e as suas expectativas e que, por sua vez, irão ajudar a manter e internalizar a confiança. Para Ponsaers (2015) os níveis de

<sup>6</sup> Da versão original: “*Encapsulated interests*”.

<sup>7</sup> Da versão original: “*Trust requires a positive feeling of expectation regarding another’s future actions*” (Barbalet, 2009, p. 375).

desconfiança no sistema de justiça e, em particular, na polícia podem ser justificados através de uma baixa eficácia coletiva, relacionada com diferenças individuais quanto aos laços sociais e à participação em organizações.

Fleming e McLaughlin (2012) consideram difícil aceder à confiança pública, na medida em que se trata de um conceito que envolve outros conceitos psicossociais relacionados com opiniões, percepções, expectativas, satisfação, entre outros.

## **2. Principais Teorias Explicativas da Confiança na Polícia**

São três as principais teorias explicativas da confiança na polícia: a teoria da justiça procedimental, a teoria do desempenho e a teoria do capital social. Contudo, a maior parte dos estudos tem-se focado apenas na utilização de uma ou duas teorias (sobretudo na teoria da justiça procedimental e na teoria do desempenho). Numa tentativa de integração das três teorias, passaremos seguidamente a descrevê-las em maior detalhe.

### **2.1. Teoria da Justiça Procedimental**

A justiça procedimental é um “modelo de regulação baseado nos processos”<sup>8</sup>, sendo dois os critérios considerados para a existência de uma efetiva regulação: i) a capacidade das instituições do sistema de justiça criminal obterem o cumprimento imediato e a longo prazo, por parte dos cidadãos; e ii) a capacidade do sistema de justiça criminal encorajar o cumprimento da lei em geral e a cooperação com as suas instituições (Tyler e Huo, 2002 *cit in* Tyler, 2003). Este modelo considera que as avaliações que as pessoas fazem acerca das autoridades legais se baseia, por um lado, na *fairness* dos processos de tomada de decisão dessas autoridades e, por outro lado, na forma como estas tratam os cidadãos, considerando que estas irão influenciar a predisposição das pessoas para aceitar as decisões e cooperarem com as instituições do sistema de justiça criminal. Desta forma, as avaliações da qualidade da tomada de decisão e da qualidade do tratamento interpessoal são dois elementos-chave que contribuem para as percepções dos cidadãos acerca das instituições do sistema de justiça (Tyler, 2003). No que respeita à polícia, o valor central deste modelo reside na sua potencialidade para promover obediência, não através da ameaça ou do uso da força (perspetiva instrumental), mas através do consentimento e do dever de obediência (perspetiva normativa). Por se tratar de um processo relacional, as pessoas terão uma maior probabilidade de consentirem e cooperarem caso sintam que são tratadas de forma justa pela polícia. Mais ainda, o sentimento de dever de obediência tem na sua base um julgamento de que a polícia é

---

<sup>8</sup> Da versão original: “*Process-based model of regulation*”.



legítima, conseguido através das experiências de contatos entre polícia e cidadãos, nas quais as pessoas consideram que a polícia agiu com *fairness* (Tyler, 2003). Contudo, importará analisar em maior profundidade os dois elementos-chave segundo os quais a *fairness* da atuação da polícia é avaliada. Relativamente à qualidade da tomada de decisão, Tyler e Lind (1992) referem que a percepção da *fairness* da polícia por parte dos cidadãos será maior quando estes considerem que a instituição toma decisões com base na lei e em indicadores objetivos, de forma neutra, consistente e sem enviesamentos, devendo para tal demonstrar uma abertura para explicar e comunicar as evidências que se encontram na base das suas decisões. Mais ainda, a participação das pessoas no processo, dando-lhes a oportunidade de partilhar os seus pontos de vista, de explicar a situação e de participar na solução, fomenta a satisfação com os procedimentos da polícia (Thibaut e Walker, 1975 *cit in* Tyler, 2003). No que respeita à qualidade do tratamento interpessoal, Tyler (2003) considera que as pessoas avaliam a medida em que sentem que foram tratadas com dignidade e respeito no contato com a polícia, ao longo de todo o processo de tomada de decisão, não se confundindo, por isso, com este primeiro elemento. Segundo alguns trabalhos de Tyler et al. (1997a; 1997b), as reações pessoais às autoridades são moldadas por uma avaliação do modo como essas autoridades tomam decisões e tratam as pessoas sobre quem exercem poder. Partindo desta premissa, Tyler (2003; 2005; 2011) indica que o julgamento da *fairness* do comportamento da polícia irá determinar a confiança, uma vez que esta se liga à percepção que cada um tem de que a polícia trata as pessoas com neutralidade e respeito, segundo a legalidade e prosseguindo valores comuns. Assim, neste processo relacional entre polícia e cidadãos, a polícia ganhará a confiança das pessoas expressando preocupação com normas e valores da vida social e da comunidade e através do tratamento justo e respeitoso (Tyler, 2005, 2011). Segundo Hough et al. (2010) o tratamento recebido por parte dos agentes da polícia e a confiança que as pessoas depositam nas instituições de justiça são a relação-chave da teoria da justiça procedimental.

Tyler (2005) e Jackson e Kuha (2015) argumentam que a percepção da *fairness* da atuação da polícia tem um papel mais importante do que a percepção acerca do seu desempenho no que diz respeito à confiança dos cidadãos na polícia. Tyler (2006) refere que as pessoas, face a um resultado desfavorável obtido através de um processo, irão compreendê-lo e aceitá-lo melhor caso acreditem que esse processo tenha sido justo.

Hough et al. (2013) salientam a necessidade de as instituições desenvolverem processos justos e respeitosos de forma a construir confiança na justiça, legitimidade institucional e o

cumprimento da lei, uma vez que se considera que a disposição das pessoas para cooperarem futuramente com a polícia tem por base contatos prévios. Existe, assim, uma avaliação das autoridades, por parte dos cidadãos, em função das suas experiências prévias. A literatura evidencia as perspectivas normativas através da preocupação das pessoas com a justiça dos resultados (justiça distributiva) e com os procedimentos através dos quais estes são conseguidos (justiça procedimental) (Tyler, 2006). A justiça distributiva é um elemento relevante, na medida em que as pessoas aceitarão melhor os resultados que advêm de um processo caso estes sejam similares aos resultados obtidos em situações semelhantes. Tratamentos diferenciados em função da etnia, ou práticas policiais com base em perfis raciais são considerados problemáticos para a confiança e, consequentemente, para a cooperação com a polícia. Ainda assim, a justiça procedimental exerce um efeito maior do que a justiça distributiva na confiança dos indivíduos nas instituições legais, embora recentemente tenham vindo a surgir evidências na literatura de que também os contextos de vida dos indivíduos exerçam uma importante influência na avaliação dos atores legais (Nix et al., 2014). Segundo Bradford (2012), as opiniões e ideias acerca da polícia fazem parte da formação da identidade social. As teorias da justiça procedimental sugerem que o fator mais importante nestes processos de formação de identidade serão os juízos acerca da imparcialidade da polícia, uma vez que a *fairness* promoverá a inclusão, o valor partilhado e a construção de identidades sociais positivas e, consequentemente, a cooperação com a polícia. O esforço para gerar inclusão social e sentimento de pertença deve começar pelas interações pessoais diárias que a polícia estabelece com os cidadãos. Segundo Jackson et al. (2014), quando as pessoas sentem que os agentes as tratam com respeito e dignidade, através de processos neutros e justos, permitindo-lhes ter voz na interação, está a ser-lhes transmitida uma mensagem relativamente à importância das suas preocupações: a cooperação com a polícia será assim fomentada, uma vez que os indivíduos sentir-se-ão valorizados.

Segundo Hough et al. (2010) para a polícia ser considerada legítima, deverá demonstrar uma autoridade moral caracterizada por um sentimento comum de certo e errado (alinhamento moral), demonstrado aos cidadãos através dos seus comportamentos nas interações, ou seja, também pela sua justiça procedimental. Assim, legitimar uma autoridade tem, também, por base a expressão e o reconhecimento de valores compartilhados ou de um alinhamento moral,

sendo que “*as autoridades comunicam que representam os valores do grupo normativo pela maneira como exercem a sua autoridade*”<sup>9</sup> (Jackson e Sunshine, 2007, p. 221).

Desta forma, os estudos usualmente incluem medidas de confiança na justiça distributiva da polícia, bem como medidas de confiança na justiça procedimental da polícia, por se considerarem requisitos de manutenção e reprodução da sua legitimidade, com base numa perspetiva normativa.

### **2.1.1. Responsabilização da polícia**<sup>10</sup>

Um elemento fundamental para que a polícia seja considerada procedimentalmente justa é a sua responsabilização. Nas sociedades democráticas, a atuação da polícia é alvo de debates, que se focam nos limites da sua legitimidade e em problemáticas de má conduta policial. Como foi descrito, as atitudes das pessoas dependem de um conjunto de fatores, designadamente da idade, da raça, do estatuto socioeconómico, dos contatos com a polícia e da tipologia da sua área de residência. Contudo, um fator que tem recebido menor atenção por parte dos estudos é a má conduta policial e o seu impacto nas percepções públicas da polícia. Este tipo de comportamentos frequentemente suscita uma maior mediatização, influenciando, não apenas os envolvidos nos incidentes, mas também as percepções dos cidadãos em geral (Weitzer, 2002). Considerando o desenvolvimento dos media, uma ocorrência isolada de má conduta da polícia rapidamente se pode espalhar e ser transmitida a um país ou mesmo ao mundo. Este tipo de incidentes podem causar tensões nas relações entre polícia e comunidade, que não se restringem ao local de ocorrência da má conduta, afetando o modo como a comunidade vê a polícia e como a polícia se vê a si mesma (Dorschner, 1993 *cit in* Hunter, 1999). A má conduta policial prejudica, ainda, a sua eficácia ao nível da manutenção da ordem, do controlo da criminalidade e da prestação de serviços: se os cidadãos não confiam na polícia, deixam de cooperar e diminuem a própria motivação dos agentes, podendo agravar a tensão nas relações entre polícia e comunidade (Hunter, 1999).

Apesar de existirem diversos tipos de má conduta (*e.g.* uso excessivo da força, paragem injustificada de cidadãos), o abuso de autoridade assume particular relevância: se, por um lado, pode ser visto como uma consequência inevitável dos esforços de prevenção e controlo da criminalidade, por outro lado, denota disparidades na forma de tratamento de membros de diferentes grupos raciais e étnicos (Weisburd et al., 2000). Por se tratar de um trabalho

---

<sup>9</sup> **Da versão original:** “(...) *authorities communicate that they represent normative group values by the manner in which they exercise their authority*” (Jackson e Sunshine, 2007, p. 221).

<sup>10</sup> **Da versão original:** “*Police accountability*”.

complexo e perigoso, a natureza do trabalho da polícia requer a tomada de decisão rápida relativamente ao uso da força. Para além de prejudicar as relações entre polícia e comunidade, a má conduta policial pode gerar uma falta de confiança generalizada e, em última instância, gerar desordens (Yale, 1996).

Existem diversos estudos que relacionam as percepções e as atitudes em relação à polícia com a existência de incidentes de má conduta policial. No estudo de Weitzer e Tuch (2004), foram analisadas as percepções de má conduta policial nos Estados Unidos e os fatores que as influenciam, através de um inquérito aplicado a uma amostra etnicamente diversificada (caucasianos, afro-americanos e hispânicos). Foram encontradas evidências de que existia uma estruturação na forma como os cidadãos veem a polícia em função da etnia: cidadãos caucasianos tendem a mostrar disposições mais favoráveis em relação à polícia e a acreditar menos que esta incorre em más condutas como a corrupção, a utilização de força excessiva, o abuso verbal e a paragem injustificada de cidadãos, contrariamente aos afro-americanos e hispânicos, mais inclinados a acreditar que esses abusos acontecem com frequência, considerando-os comuns na sua área de residência. Estes últimos reportam mais experiências de contato diretas e vicariantes com má conduta policial do que os caucasianos, bem como uma repetição dessas condutas demonstrando que, mais do que uma disparidade na ocorrência do abuso, existe uma disparidade também na sua frequência. Contudo, os hispânicos têm uma menor probabilidade de acreditar que alguns tipos de má conduta policial ocorrem com frequência, comparativamente com os afro-americanos. Os autores avançam ainda com a ideia de que variáveis como as condições da área de residência podem estar associadas às percepções de má conduta policial uma vez que, quando os cidadãos se sentem inseguros na sua área de residência, tendem a ter mais percepções de má conduta, podendo estas estar relacionadas com problemas de policiamento local: áreas com elevada criminalidade tendem a favorecer relações tensas entre polícia e comunidade, aumentando a probabilidade dos residentes serem mais vulneráveis a certos tipos de conduta por parte da polícia (Terrill e Reisig, 2003) e de a polícia encetar um maior número de atividades corruptas (Mollen Comission, 1994 *cit in* Weitzer e Tuch, 2004).

## **2.2. Teoria do Desempenho**

A teoria do desempenho relaciona-se com a confiança e a desconfiança, no bom e no mau desempenho por parte do governo e enfatiza a relevância das expectativas dos cidadãos acerca dos resultados proporcionados pelas instituições (Van Craen e Skogan, 2015a). Fleming e McLaughlin (2012) referem que a confiança nas instituições se encontra dependente da sua

capacidade de produzir resultados que são desejados. Desta forma, os cidadãos irão mostrar maior confiança nas instituições e maior satisfação com o seu trabalho quando estas produzirem resultados que para si são relevantes, atendendo às suas expectativas originando, consequentemente, um maior apoio. No que concerne com a polícia, os cidadãos têm uma noção clara daquelas que devem ser as suas principais tarefas ao nível da prevenção criminal e da deteção dos infratores pelo que, quando existem experiências de vitimação, os cidadãos podem percecioná-las como uma falha nas funções da polícia em protegê-los, levando a um decréscimo da confiança na instituição (*e.g.* Lai e Zhao, 2010; Ren et al., 2005).

Segundo Agra (2007), a segurança passou a ser integrada no conceito de bem-estar dos cidadãos, sendo duas as principais dimensões que caracterizam este facto social emergente: por um lado, a insegurança objetiva (que se caracteriza pela existência de problemas sociais, como a criminalidade, as desordens e as incivildades) e, por outro lado, o sentimento de insegurança (que se expressa cognitivamente pela preocupação com o crime e afetivamente pelo medo de ser vítima de crime). Este fenómeno origina reações sociais, sendo que cada vez mais os cidadãos parecem desejar participar na prevenção das suas mais recentes preocupações – desordens, crime e medo do crime. A teoria do desempenho sugere ainda que a confiança depositada na polícia irá variar com o grau em que os cidadãos se sentem preocupados com este tipo de problemáticas. Contudo, por vezes os cidadãos têm expectativas diferentes em relação à polícia que não coincidem com as suas reais funções, o que inevitavelmente irá influenciar as suas atitudes e ações (Van Craen e Skogan, 2015a; 2015b).

Pese embora o grande impacto explicativo de teorias como a teoria da justiça procedimental na explicação da confiança na polícia, existem contextos especialmente sensíveis onde a teoria do desempenho consegue explicar melhor essa confiança. Tankebe (2010) remete para a relevância das avaliações de desempenho da polícia na formação de julgamentos de legitimidade em contextos tradicionalmente dominados pela corrupção. Por exemplo, evidências do estudo de Jackson et al. (2014) sugerem que os julgamentos de legitimidade das pessoas e a consequente confiança que depositam na polícia irão depender, a par de uma efetivação dos princípios de justiça procedimental, de um mínimo de eficácia desta instituição, no controlo da criminalidade.

Dado o exposto, os estudos tendem a incluir medidas de confiança na eficácia da polícia, uma vez que, mais do que uma exigência instrumental, a eficácia da polícia relativamente à prevenção e repressão do crime e das desordens é uma condição normativa que a polícia deve preencher para a sua legitimidade.

### 2.3. Teoria do Capital Social

Segundo Putnam (2000, p. 19), o capital social refere-se “às *redes sociais e às normas de reciprocidade a elas associadas*”. Esta teoria teve origem no estudo do funcionamento das organizações governamentais que, através da participação cívica no estabelecimento de normas robustas de reciprocidade, da facilitação da comunicação e da redução da incerteza, reforçam a confiança. Putnam (2000) salienta, não apenas o aumento da confiança entre os cidadãos, mas também a eficácia e a confiança nas autoridades democráticas, pelo facto de as redes sociais serem lugares de aprendizagem de competências sociais e cívicas. Esta vida associativa, considerada capital social formal, a par do capital social informal caracterizado pelas relações estabelecidas com amigos e vizinhos, são importantes para a explicação da confiança na polícia. Assim, esta teoria permite compreender os níveis de confiança na polícia através da ideia de existência de bases estabelecidas pela comunidade para a vigência de normas de reciprocidade e confiança, para o bom funcionamento das redes sociais (Kääriäinen, 2007). Particularmente, estudos têm apontado evidências relevantes de que o capital social de uma área de residência<sup>11</sup> molda as atitudes e as percepções dos cidadãos e a confiança na polícia (*e.g.* Sun et al, 2012; Sun e Wu, 2015). Por exemplo, Jacobs (1961) salienta a relevância do estabelecimento de contatos informais na área de residência como fonte de estimulação de sentimentos de responsabilidade entre os residentes. Estudos posteriores de Sampson et al. (1997) mostram uma forte correlação entre o capital social de uma área de residência e o controlo social informal que nela se opera, demonstrando que estes dois fatores explicam menores índices de violência e criminalidade, evidencia essa reforçada mais recentemente por Van Craen e Skogan (2015a), que referem que o capital social gera controlo social, importante para a garantia da manutenção das normas sociais.

Os autores tendem a distinguir dois tipos de capital social: o *bonding capital* e o *bridging capital*. O primeiro diz respeito à confiança em atores sociais (amigos, colegas de trabalho e vizinhos), enquanto o segundo se estende além dos círculos sociais imediatos, até atores e instituições com quem não se tem vínculos ou se tem poucas conexões (Putnam, 2000); o primeiro une as pessoas em grupo, enquanto o segundo une as pessoas através de diferentes grupos; o primeiro é específico e o segundo generalizável (Uslaner, 2000); o primeiro requer contatos pessoais e íntimos, enquanto o segundo estabelece ligação entre pessoas, grupos, e instituições da ordem social impessoal. Estes dois conceitos de capital social podem ser

---

<sup>11</sup> “*Neighborhood*”: uma secção de uma comunidade mais ampla, reunindo pessoas e instituições, que ocupam uma área do espaço definida e que é influenciada por uma série de forças (culturais, políticas, etc.) (Park, 1916 *cit in* Sampson et al., 2002).

relacionados com as percepções de legitimidade, confiança e justiça procedimental ao nível individual; não podemos, contudo, esquecer que estes tipos de capital social são característicos de uma área de residência, ao passo que a legitimidade, a confiança e a justiça procedimental são relativas a crenças individuais (Hawdon, 2008).

Segundo Sampson (2012), apesar da centralidade dos laços sociais na teoria do capital social, estes devem ser cuidadosamente analisados, uma vez que em muitas zonas residenciais mais pobres ou desorganizadas, existe uma complexa densidade de laços sociais: ou seja, paradoxalmente, parece existir em simultâneo nestes locais organização e desorganização. Wilson (1996) argumenta que, apesar dos residentes estarem fortemente interligados através de laços sociais, não se conseguem produzir recursos relativos à regulação social, sendo mesmo áreas pautadas por relações atribuladas com instâncias públicas de controlo social. Além disso, estas redes podem ligar diversos tipos de pessoas, desde as mais honestas, às que se relacionam com atividades ilícitas. Existe, assim, uma potenciação quer de redes positivas, quer negativas. Desta forma, nem sempre a existência de laços sociais fortes e densos será um bom preditor da promoção de capital social. Mais ainda, existem evidências que apontam para a produção de ação eficaz, com base na existência de ligações menos íntimas e frequentes entre os residentes (Sampson, 2012).

Putnam (2001) refere que, por não se tratar de algo homogéneo, o capital social pode ser definido através de múltiplas dimensões, sendo frequente a sua associação a indicadores de pertença formal e de participação a grupos e redes informais. A confiança social é, também, frequentemente relacionada com o capital social e, apesar de Putnam (2001) a considerar uma consequência do capital social (um *proxy*), outros autores incluem-na no próprio conceito. O capital social é importante na medida em que facilita a ordem social: as evidências apontam para que uma ausência ou um baixo capital social numa área de residência se relacione com a existência e o aumento da criminalidade e, de forma mais concreta, com as taxas de homicídio num determinado local. Pelo contrário, um elevado capital social caracterizado pela existência de redes de compromisso e reciprocidade, promove a obediência dos cidadãos à lei, dada a confiança partilhada de que os outros também irão obedecer (Putnam, 2001). Assim, quando uma pessoa acredita que outros se comportam de determinada maneira, tenderá a comportar-se da mesma forma e, por este motivo, as normas sociais acabam por permitir, uma modelação das atitudes dos indivíduos em relação à lei.

Mas afinal, em que consistem estas normas sociais ou comunitárias? Segundo Smith et al. (2012) tratam-se de crenças partilhadas pelos indivíduos acerca de como se devem comportar

e ver o mundo. A importância deste tipo de normas não deve ser menosprezada, uma vez que o agir em conformidade com as mesmas gera autoestima e uma identidade social positiva (Tyler e Lind, 1992; De Cremer e Bakker, 2003). Assim, as normas sociais também se podem relacionar com os julgamentos de legitimidade, uma vez que os indivíduos podem validar a polícia, reconhecendo a existência da sua ordem normativa, com base nas crenças e ações dos outros: quando os indivíduos numa determinada comunidade consideram a polícia legítima, esse facto gera uma força normativa que motiva os restantes indivíduos a conformarem o seu comportamento com o da maioria. Este processo de legitimação da polícia pode ter inerente um processo desenvolvimental, na medida em que a socialização legal impele os indivíduos a conformarem o seu comportamento com aquilo que é socialmente desejável na socialização primária, sob pena de existirem custos sociais como a vergonha e a estigmatização, caso tal não aconteça. Contudo, com o aumento da idade e o passar do tempo, os indivíduos tendem a internalizar as normas pela sua promulgação pública como sendo o mais desejável, correto e adequado (Antrobus et al., 2015), contribuindo este tipo de percepções para a formação da moralidade pessoal de cada um.

Segundo Sampson et al. (1997) estamos perante a eficácia coletiva que opera como um sentido de coletividade, definido pela partilha de situações comuns que são independentes de laços de amizade ou do que os vizinhos sentem uns pelos outros. Para o autor, a eficácia coletiva é, também, um produto do processo de socialização: quando os indivíduos interagem uns com os outros, perspetivam interesses e expectativas comuns, que incluem a segurança pública; assim, irão desenvolver normas, comportamentos partilhados e ações no sentido de intervir em prol do bem comum, não por medo de punição ou tendo em conta eventuais recompensas, mas porque consideram que têm um dever de o fazer e que esse dever é partilhado com os restantes residentes. A eficácia coletiva irá gerar atos relativos ao controlo do comportamento dos jovens, de estranhos e de minimização de desordens, no sentido de conseguir resultados positivos na área de residência (Kochel, 2012).

Desta forma, Sampson et al. (1997) concebem a eficácia coletiva como sendo a reunião de dois mecanismos essenciais: a coesão social e as expectativas partilhadas de controlo. Segundo Sampson (2012), o controlo social informal é responsável pela variação nas taxas de criminalidade e no bem-estar geral dos habitantes de uma área de residência, sendo um desafio eminentemente coletivo.

Sampson (2012) encontrou evidências da existência de um processo dinâmico ao nível da eficácia coletiva. Em locais com concentração de desvantagens, diversidade étnica e



instabilidade residencial, a eficácia coletiva tende a ser mais baixa, existindo uma maior percepção da existência de criminalidade e de desordens e um consequente aumento do medo do crime e cinismo legal; este medo do crime, terá como consequências a procura de outros locais para viver (por parte das pessoas que tenham condições para tal) e uma redução dos laços sociais que, por sua vez, irão contribuir para um aumento da instabilidade residencial e, consequentemente, diversidade étnica e concentração de desvantagens, tratando-se por isso de um processo cíclico. A eficácia coletiva pode ser aumentada através de algumas características individuais como a idade, o género, o estatuto socioeconómico, a etnia, ser proprietário de casa, a pertença a organizações locais e o estabelecimento de laços sociais. O aumento da eficácia coletiva tem implicações ao nível da existência de menores taxas de violência e da prevenção de criminalidade futura. Existem, ainda, evidências de que as organizações cívicas locais ou as associações voluntárias têm uma maior capacidade de promover ação social e eficácia coletiva, do que propriamente a existência de laços fortes (Sampson, 2012).

Poucos são os estudos que relacionam capital social, eficácia coletiva e confiança na polícia. Segundo Putnam (2000), as desigualdades presentes em comunidades de minorias, predizem mecanismos informais de apoio, confiança e participação cívica mais fracos. Assim, existem variações nas percepções relativamente à polícia que são fruto, não apenas das situações económicas individuais, mas também da composição social e económica das comunidades. Comunidades com elevada diversidade étnica, geralmente apresentam maiores níveis de pobreza, desemprego e rutura familiar, e consequentemente, menores níveis de envolvimento em organizações locais. Existem dados, contudo, de que o capital social pode existir independentemente da composição socioeconómica e racial dos bairros (Sampson et al., 1997). Assim, apesar das desigualdades vivenciadas em determinadas áreas de residência deverem ser tidas em conta na explicação da variação do capital social, elas não são uma explicação suficiente, devendo ser considerados outros fatores. Sampson et al. (1997) consideram que a polícia, como uma instituição de controlo social formal, poderá ser um agente de promoção de capital social, através de estratégias de policiamento comunitário. Sobretudo em comunidades mais desfavorecidas, estas podem ser eficazes, desde que os esforços da polícia sejam percebidos como legítimos e tenham como alvo a melhoria da qualidade de vida das pessoas (MacDonald & Stokes, 2006).

Sun et al. (2012) procuraram avaliar o impacto das associações objetivas (as redes e associações, formais ou informais, constituídas voluntariamente) e dos laços objetivos (sentimentos recíprocos de confiança entre os indivíduos) na confiança na polícia, com base

numa amostra de oito cidades chinesas. Verificou-se que a maioria dos residentes expressava uma opinião favorável em relação à polícia. O capital social desempenhou um papel importante na predição da confiança dos cidadãos na polícia (com um maior impacto dos laços subjetivos do que das associações objetivas), sugerindo a necessidade de se separar os dois componentes do capital social nos estudos – o *bridging capital* mostrou-se mais ligado à confiança na polícia do que o *bonding capital*. Finalmente, a segurança que os cidadãos sentem influenciou a confiança na polícia – quanto mais seguros se sentem, mais confiam na polícia (Sun et al., 2012).

Nix et al. (2014) alertam para a existência de resultados que demonstram a influência do contexto da área de residência nas atitudes dos indivíduos em relação à polícia e para o facto de ainda existir uma escassez de trabalhos na literatura científica relativos ao papel que as percepções individuais das condições da área de residência têm na avaliação que os cidadãos fazem da polícia. Os autores procuraram examinar em que medida as percepções da eficácia coletiva na área de residência influenciavam a confiança na polícia, tendo constatado a existência de uma relação entre eficácia coletiva percebida e confiança na polícia, sendo este efeito mediado quando são introduzidas as percepções acerca da justiça procedimental. Assim, os autores descobriram que as percepções das pessoas acerca da eficácia coletiva na área de residência tinham um poder explicativo na confiança na polícia, apesar de este poder explicativo não ser tão forte como o das percepções acerca da justiça procedimental. Verificou-se, também, que as percepções acerca da eficácia coletiva na área de residência se associam às variações nas avaliações acerca da justiça procedimental da polícia: as pessoas tendem a perceber uma menor justiça procedimental por parte da polícia quando percebem uma baixa eficácia coletiva nas suas áreas de residência. Contudo, o estudo não foi capaz de compreender se a baixa eficácia coletiva na área de residência conduz a um enfraquecimento das normas e a um consequente cinismo legal, ou se por outro lado está relacionada com um tipo de policiamento diferenciado, uma vez que se sabe que existem diferentes estratégias de policiamento aplicadas a diferentes comunidades (Nix et al., 2014).

Tendo em conta o exposto, torna-se relevante a inclusão de variáveis relativas à área de residência, como as desordens/incivilidades, a coesão social e o controlo social informal, de forma a compreender se os níveis de eficácia coletiva na área de residência são uma variável relevante na compreensão da confiança na polícia e das atitudes associadas à mesma.

### 2.3.1. Cinismo Legal

Para Sampson e Bartusch (1998) o cinismo legal pode ser definido como “(...) *o sentido em que as leis ou regras não são consideradas obrigatórias na vida existencial, presente dos indivíduos*” e geralmente, para o mensurar, procuram-se respostas relativas a formas de agir que não estão de acordo com a lei ou com as normas sociais, por parte dos inquiridos<sup>12</sup> (p. 786). Sunshine e Tyler (2003) referem que, caso os cidadãos percecionem que a polícia se comporta de forma injusta, tal originará um cinismo público relativamente à lei: os cidadãos irão entender que as regras não são consideradas obrigatórias e assumirão formas de agir alternativas, fora da lei e das normas sociais. Por se relacionar com atitudes de negação da natureza vinculativa das leis, Reisig et al. (2011) distinguem cinismo legal de envolvimento moral, de confiança e de legitimidade da polícia. O facto de as leis não serem vistas como vinculativas nem como uma obrigação comum poderá gerar uma menor probabilidade de os cidadãos lhes obedecerem (Sherman, 2001), sendo o cinismo legal, por este mesmo facto, um conceito central a explorar. Por esse motivo, passaremos a apresentar alguns resultados encontrados na literatura relativos ao cinismo legal. Sampson e Bartusch (1998) avançaram com o conceito de cinismo legal que, não se encontrando relacionado com características particulares dos indivíduos, “(...) *está enraizado mais em diferenças experienciais associadas ao contexto da área de residência do que em sistemas subculturais induzidos pela raça*”<sup>13</sup> (p. 801). Trata-se assim de um conceito que se prende com a exposição à injustiça, à segregação e à insegurança, ao invés de se associar a características particulares dos indivíduos (Nivette et al., 2015). Estas questões estão em conformidade com Tyler (2006), que refere que a confiança nas autoridades legais e um aumento das orientações positivas em relação à lei podem ser conseguidos através de contatos com a polícia em que a sua atuação ao nível dos procedimentos é percecionada como sendo justa e transparente. Existem evidências de que nem todos os contatos têm o mesmo peso no processo de socialização legal: as interações negativas parecem ter um peso maior do que as positivas (Skogan, 2006) e as experiências de contato negativas vicariantes têm um maior impacto do que as experiências de contato negativas diretas (Hurst e Frank, 2000). Por seu turno, Kirk e Matsuda (2011) e Kirk e Papachristos (2011) perspetivam o cinismo legal como uma adaptação cultural, que se desenvolve quando existe uma alienação das instituições sociais e quando as pessoas

<sup>12</sup> **Da versão original:** “*The common idea is the sense in which laws or rules are not considered binding in the existential, present lives of respondents. Taken as a whole, that is, the items tap variation in respondents' ratification of acting in ways that are "outside" of law and social norms*”. (Sampson e Bartusch, 1998, p. 789).

<sup>13</sup> **Da versão original:** “*(...) are rooted more in experiential differences associated with neighborhood context than in a racially induced subcultural system.*” (Sampson e Bartusch, 1998, p. 801).

partilham informações e experiências acerca do sistema de justiça. Assim, são experiências de desvantagem e injustiça (diretas e vicariantes) que favorecem o enfraquecimento dos laços sociais, levando a uma consequente desconsideração da obrigatoriedade de obedecer às normas legais e à atribuição de uma centralidade da perseguição dos objetivos próprios, devido a um desprezo pelas regras e à desconfiança na polícia (Nivette et al., 2015). O cinismo legal emerge das áreas de residência que, através da partilha de percepções acerca da lei, para além da experiência pessoal, originam uma compreensão da lei e da sua utilidade que será compartilhada pelos moradores de determinada área residencial, podendo estar, na sua origem, diferentes práticas de policiamento implementadas nas áreas de residência (Kirk e Matsuda, 2011).

No que respeita ao cinismo legal por parte dos jovens, Carr et al. (2007) referem que a alienação juvenil em relação à polícia dificulta o seu trabalho, dado que os jovens demonstram um desinteresse pela lei e pela ordem, evitando ajudar o controlo social formal no combate à criminalidade e condenando ao fracasso muitas das parcerias entre polícia e comunidade em determinadas áreas de residência. Desta forma, as percepções dos jovens de áreas de residência com elevadas taxas de criminalidade em relação à polícia e ao controlo social na sua zona assumem importância. Com o objetivo de mostrar as implicações do cinismo legal em jovens de áreas de residência com elevadas taxas de criminalidade e de examinar de que forma as experiências de contatos negativos entre jovens e polícia conduzem a atitudes ambivalentes ou a uma alienação em relação ao controlo social formal, Carr et al. (2007) recorreram à distinção teórica de Warner (2003), que diferencia sistemas de valores subculturais e sistemas de valores atenuados. O sistema de valores subculturais refere a existência de uma oposição de valores e disposições em relação à polícia, com base num isolamento crescente de comunidades desfavorecidas, que origina o surgimento de uma subcultura validadora do comportamento desviante; assim, o cinismo legal é a consequência lógica nestes locais, funcionando como justificação para a baixa legitimidade percebida da polícia. O sistema de valores atenuados refere a existência de um sistema que não é totalmente oposto ao sistema normativo, tendo na sua base a atenuação de valores sociais, que se reflete no facto de o apoio à polícia e ao controlo social deixar de existir (Warner, 2003). Assim, é possível que, apesar de os jovens terem percepções e predisposições negativas em relação à polícia, a considerem legítima e responsável pelo controlo da criminalidade. Carr et al. (2007), no seu estudo, utilizaram dados relativos a jovens delinquentes e não delinquentes, moradores de três zonas com elevados níveis de criminalidade em Filadélfia, tendo constatado

que a maioria dos jovens vê a polícia de forma negativa, devido às suas experiências com ela, apesar de atribuírem à polícia um papel importante no controlo da criminalidade e na aplicação da lei. Estes dados apoiam o sistema de valores atenuados, podendo este facto ser interpretado com base na teoria da justiça procedimental (Sunshine e Tyler, 2003): quando os jovens sofrem injustiça procedimental sentem que o tratamento recebido não é o melhor o que, apesar de não os colocar numa total oposição em relação à polícia, os leva a uma atitude temporária de descontentamento. Verificou-se também que jovens que residem em locais com elevadas taxas de criminalidade, por estarem mais expostos a determinados modelos de policiamento, consideram este tipo de controlo social formal mais adequado na resposta aos problemas da sua área de residência. Assim, existe um paradoxo: por um lado, os jovens mostram descontentamento em relação à polícia, mas, por outro lado, clamam a sua presença e a eficácia no controlo da criminalidade na sua área de residência, sendo estas aspirações de justiça e segurança frequentes nos jovens que vivem em zonas de elevada criminalidade. Desta forma, os jovens apresentam uma oposição em relação à polícia que é temporária (Carr et al., 2007).

Tendo em consideração estes resultados, importará incluir o cinismo legal como uma variável de relevo nos estudos acerca da confiança na polícia.

Em suma, são três as principais teorias explicativas da confiança na polícia presentes na literatura: a justiça procedimental, o desempenho e o capital social.

A teoria do desempenho relaciona a confiança que os cidadãos têm na polícia e com a capacidade de esta produzir resultados desejados. Quanto mais a polícia atender às expectativas dos cidadãos ao nível de respostas às desordens, medo e crime, maior será a confiança que eles irão depositar na instituição. Contudo, existem discrepâncias entre as expectativas das pessoas e a realidade das funções policiais, o que inevitavelmente se irá refletir nas atitudes e ações dos cidadãos. Apesar de as avaliações de desempenho da polícia usualmente estarem relacionadas com exigências instrumentais, estas revestem-se de especial importância na formação de julgamentos de legitimidade e na consequente confiança depositada na instituição.

A teoria da justiça procedimental, usualmente associada aos modelos normativos, releva a importância da *fairness* dos processos, por contraposição à justiça dos resultados obtidos, para a confiança na polícia. Assim, o processo de tomada de decisão por parte da polícia é alvo de avaliação por parte dos cidadãos que, por um lado, analisam a igualdade de tratamento, a justiça e a neutralidade (justiça distributiva) e, por outro lado, a existência de um tratamento

digno e respeitoso. Os julgamentos de justiça procedimental têm na sua base a avaliação de contatos prévios com a polícia, onde a existência de valores compartilhados por parte da polícia se reveste de grande importância para o reconhecimento da sua legitimidade, para a criação de confiança e para um aumento da cooperação. Os processos de responsabilização da polícia pelas suas más condutas assumem relevância neste âmbito.

Finalmente, a teoria do capital social releva as redes sociais existentes numa determinada área de residência para o bom funcionamento das normas de reciprocidade, uma vez que geram maior confiança entre os cidadãos e uma maior eficácia e confiança nas instituições democráticas como a polícia. De forma mais específica, no que concerne com a relação entre o capital social existente numa área de residência e a confiança na polícia, verificou-se que níveis elevados de capital social se relacionam com maiores níveis de controlo social informal e de coesão social o que, por sua vez, se relaciona com baixos níveis de violência, de percepções de desordens, de criminalidade e de medo do crime e com uma maior confiança na polícia.

Atendendo ao exposto, importará incluir no presente estudo variáveis relativas à percepção da eficácia da polícia em geral e na área de residência, variáveis relativas às percepções acerca da justiça distributiva e procedimental da polícia e variáveis relativas às percepções acerca da eficácia coletiva na área de residência.

### **3. Percepções dos cidadãos relativamente à polícia**

Após a apresentação das principais teorias explicativas da confiança na polícia e do avanço de alguns dos principais resultados, importará agora apresentar resultados de outros estudos acerca do tema, de forma a contribuir para uma discussão mais aprofundada e possibilitando a comparação de resultados relativos não apenas à confiança dos cidadãos na polícia, mas também a atitudes mais generalizadas face a esta instituição. Estas evidências serão organizadas em cinco grupos de variáveis (variáveis sociodemográficas, variáveis de insegurança objetiva e subjetiva, variáveis de estilo de vida, variáveis relativas à área de residência e variáveis relativas à polícia).

#### **3.1. Variáveis sociodemográficas**

Ao nível do género, Ivkovic (2008) encontrou dados que suportam que as mulheres tendem a avaliar a polícia de forma mais positiva do que os homens, uma vez que estes têm uma maior probabilidade de estabelecer contatos com a polícia e de os avaliarem como negativos. No que respeita à idade, os indivíduos mais velhos tendem a ter percepções mais positivas em

relação à polícia e a cooperar mais com ela (Ivkovic, 2008). A raça tem sido uma das variáveis sociodemográficas mais fortes na predição das percepções acerca da polícia. Engel (2005) descobriu que é a raça que se encontra na base das diferenças de percepção de injustiça distributiva e procedimental, enquanto Ho e McKean (2004) verificaram que esta variável era o preditor mais importante da confiança na polícia. A etnia tem sido um importante preditor de percepções e atitudes dos cidadãos face à polícia. Sargeant et al. (2014) encontraram dados que sugerem uma diferenciação dos processos de construção de confiança e de encorajamento da cooperação com a polícia, nos diferentes grupos étnicos, e descobriram que grupos com ancestrais migrantes não só confiam menos na polícia como demonstram uma menor predisposição para cooperarem com ela. Foi ainda descoberto que, para grupos minoritários, a justiça procedimental aparenta ter uma menor importância na predição da predisposição para cooperarem, assim como na predição da confiança na polícia, por comparação com o desempenho da polícia (Sargeant et al., 2014).

### **3.2. Variáveis de insegurança objetiva e subjetiva**

Quanto às percepções de risco de vitimação, Ho e McKean (2004) verificaram que a confiança na polícia as diminui, apesar de afirmarem a necessidade de estudos longitudinais que reafirmem esta relação.

No que respeita às experiências de vitimação, Ho e McKean (2004) descobriram que estas se constituíam como preditoras das percepções de risco de vitimação e da confiança na polícia. Ivkovic (2008) encontrou evidências de que as vítimas de crime tinham uma opinião menos favorável em relação à capacidade da polícia para controlar a criminalidade e que vítimas que tinham reportado a sua vitimação à polícia não tinham opiniões muito positivas relativamente a esta instituição (por comparação com vítimas que não tinham reportado), mesmo após a existência de um contato que avaliaram como positivo. Wolfe et al. (2016) descobriram que a relação entre justiça procedimental, legitimidade e confiança na polícia era mais vinculada no caso de vítimas, por comparação com não vítimas, reforçando a ideia de que a polícia deve enveredar por procedimentos justos quando lida com as vítimas, pois assim irá reforçar a probabilidade de os indivíduos reportarem eventos criminais no futuro.

Finalmente, Ho e McKean (2004) encontraram uma relação negativa entre o medo do crime e a confiança na polícia. Verificou-se, ainda, que o baixo medo do crime se correlaciona com avaliações positivas acerca da capacidade de controlo da criminalidade por parte da polícia (Ivkovic, 2008) e de que indivíduos com menos medo do crime se tendem a focar mais nos procedimentos da polícia e na distribuição igualitária dos seus recursos para a

construção de julgamentos de legitimidade, contrariamente aos indivíduos com mais medo do crime, que tendem a focar-se na eficácia da polícia e em preocupações instrumentais, mais do que na forma como esta distribui os seus recursos, para a construção desses julgamentos (Wolfe et al. 2016).

### **3.3. Variáveis de estilo de vida**

Quanto ao estilo de vida, a delinquência é a variável frequentemente considerada pelos estudos. Jackson et al. (2012) encontraram dados que suportam a ideia de que os contatos negativos com a polícia podem aumentar a probabilidade de serem cometidos crimes, por diminuïrem o nível de confiança na sua justiça procedimental e o alinhamento moral com a polícia. Já Wolfe et al. (2016), tendo em conta a sobreposição vítima-ofensor, referem que a justiça procedimental na atuação da polícia poderá fomentar a conformidade de grupos com uma maior propensão criminal.

### **3.4. Variáveis relativas à área de residência**

Ho e McKean (2004) descobriram que existe uma maior probabilidade de pessoas com baixos rendimentos habitarem em zonas residenciais com elevadas taxas de criminalidade. Sindall et al. (2012) demonstraram que a percepção de elevadas taxas de criminalidade e de elevadas taxas de dano e assalto à habitação se correlacionavam com uma baixa confiança pública na polícia. Sun et al. (2014), por sua vez, referem que os residentes que manifestam maiores preocupações de segurança, tendem a exprimir uma menor confiança na polícia, por comparação com residentes que manifestam elevada confiança na área de residência e uma maior qualidade de vida percebida.

No que respeita às percepções positivas de coesão social, do controlo social informal e das desordens na área de residência, Sindall et al. (2012) referem que estas não se correlacionam com a confiança pública na polícia. Os autores concluíram, também, que a confiança pública na polícia não teve qualquer influência sobre as percepções de desordens, crime, coesão, controlo social ou preocupação com o crime, tendo ainda verificado que as pessoas têm na base das suas avaliações do trabalho da polícia o que aconteceu ao longo do último mês, mais do que o que aconteceu a longo prazo (Sindall et al., 2012). Wolfe et al. (2016) descobriram, ainda, que indivíduos que percecionam menos pistas de desordens na sua área de residência irão valorizar mais os procedimentos da polícia e a distribuição igualitária dos seus recursos e que, pelo contrário, indivíduos que percecionam mais desordens na sua área de residência tenderão a julgar a legitimidade da polícia em função do seu desempenho. Bradford e Jackson



(2011) encontraram uma associação entre elevadas percepções de eficácia coletiva e maior confiança na polícia e, conseqüentemente, uma maior legitimidade e propensão para cooperar: quando as pessoas se sentem motivadas para agirem em conjunto ao nível do controlo social informal, aumentam a sua confiança na polícia e conseqüente cooperação. Descobriu-se, ainda, uma associação entre elevados níveis de desordens e baixa confiança na polícia (Bradford e Jackson, 2011).

Ho e McKean (2004) demonstraram que as pessoas se sentiam mais seguras quando as suas áreas de residência eram frequentemente patrulhadas. Esta descoberta é consistente com os resultados avançados por Ivkovic (2008) que referem que a experiência pessoal ao nível da visibilidade de patrulhas na área de residência se encontra correlacionada com o apoio específico prestado à polícia, dado que quanto mais patrulhas de polícia as pessoas veem, mais acreditam que a polícia é eficaz.

No seu estudo, Schuck e Rosenbaum (2005) concluíram que alguns cidadãos parecem diferenciar a polícia em geral, da polícia na sua área de residência: esta diferenciação é importante porque as avaliações que os residentes fazem da polícia na sua área de residência poderão suportar um melhor desempenho do policiamento comunitário ou orientado para os problemas, e uma vez que estas percepções acabarão por ter um reflexo mais amplo nas percepções globais acerca da polícia em geral. Os autores verificaram, ainda, que experiências negativas com a polícia se associam a atitudes negativas em relação a esta instituição (Schuck e Rosenbaum, 2005).

Antrobus et al. (2015) descobriram que as normas comunitárias relativas à legitimidade da polícia levam a um maior sentido de dever de obediência à polícia, por parte dos cidadãos, e de que a pertença a grupos comunitários origina, também, um maior dever de obediência; assim, as crenças coletivas de uma comunidade poderão influenciar as crenças individuais das pessoas, gerando uma partilha comum da opinião de que a polícia é legítima. Foi encontrado um efeito significativo da justiça distributiva nas percepções de legitimidade da polícia, embora este tenha sido menor do que o efeito da justiça procedimental. Existiram ainda evidências de que as pessoas que apresentam uma maior identificação com a sua comunidade tendem a ter uma menor percepção da legitimidade da polícia. Ainda assim, foram encontradas evidências da existência de uma relação positiva entre a pertença a grupos comunitários e a legitimidade, mais concretamente com a obrigação de obedecer à polícia. A justiça procedimental tem um pequeno impacto no sentido de dever de obediência dos indivíduos quando estes sentem que a comunidade vê a polícia como sendo legítima e, por outro lado, as

peças que fazem parte de vários grupos comunitários consideram a justiça procedimental menos importante para a legitimidade da polícia. Não foi, ainda, encontrada qualquer interação entre justiça procedimental e identidade com a área de residência: parece que a justiça procedimental importa mais para as pessoas marginalizadas socialmente e que vivem em locais onde a legitimidade da polícia é baixa ou questionável (Antrobus et al., 2015).

### **3.5. Variáveis relativas à polícia**

São diversas as variáveis relativas à polícia que se relacionam com as percepções e atitudes dos cidadãos face a esta (*e.g.* experiências de contato, justiça procedimental).

Ho e McKean (2004) constataram que a confiança na polícia gera avaliações positivas dos contatos com esta, assim como o facto de os cidadãos ficarem satisfeitos com os contatos com a polícia favorecer um aumento da confiança na polícia.

Engel (2005) encontrou três preditores das percepções dos cidadãos de um tratamento injusto nos contatos com a polícia: serem mandados parar de forma frequente, serem procurados pela polícia e receberem uma notificação. Engel (2005) encontrou, ainda, evidências de que a favorabilidade do resultado e a justiça dos procedimentos tiveram impacto nas percepções dos cidadãos de injustiça.

No que diz respeito à legalidade da ação policial, Ivkovic (2008) constatou que a confiança diminuía quando os indivíduos reportavam que a polícia lhes pedia um suborno: os indivíduos reportavam que isso acontecia na mesma medida em que aconteceria caso se tratasse de um outro qualquer agente do governo, demonstrando que a confiança na polícia se relaciona com a confiança em outras instituições governamentais. Esta evidência é ainda suportada pelo facto de o apoio a outras instituições governamentais estar também relacionado com o apoio à polícia.

De forma a examinar a propensão para cooperar com a polícia no contexto Britânico, Bradford e Jackson (2011) encontraram uma associação entre a disposição para cooperar e uma maior confiança na justiça procedimental da polícia, efeito mediado, em parte, pelo alinhamento moral. Descobriram, ainda, que pessoas com elevados níveis de confiança na eficácia da polícia estavam menos dispostas a cooperar. O dever de obediência à polícia e o alinhamento moral constituíram-se como preditores da cooperação com a polícia, tendo o alinhamento moral uma maior importância para a existência de cooperação. Foram, ainda, encontradas associações diretas, moderadas e significativas entre a justiça procedimental, o sentido de declínio moral e a cooperação, o que sugere que o consentimento para a autoridade

da polícia não depende apenas do alinhamento moral, mas também da forma como os cidadãos avaliam o comportamento da instituição (Bradford e Jackson, 2011).

Jackson et al. (2012) realizaram um estudo em que a moralidade pessoal mostrou ser um importante preditor do cumprimento da norma, bem como da crença de que a lei é legítima. Assim, a legitimação da lei envolve a internalização de valores acerca de que é correto obedecer e uma consequente autorização para ditar o comportamento adequado. Verificou-se, igualmente, que a legitimidade reforça o cumprimento da norma e de que a justiça procedimental terá influência neste processo de internalização de valores, e consequente cumprimento e legitimação. Pelo contrário, não se encontraram efeitos diretos da obrigação de obedecer no cumprimento da lei. Os autores concluíram, ainda, que as pessoas que se sentem moralmente alinhadas com a polícia não têm uma maior probabilidade de se sentirem obrigadas a obedecer à lei, comparativamente com as que não se sentem moralmente alinhadas. Contudo, constatou-se que as pessoas que se sentem moralmente alinhadas com a polícia têm uma maior probabilidade de obedecer do que as pessoas que não se sentem moralmente alinhadas. Assim, quanto maior a identificação de uma pessoa com a polícia, maior a probabilidade de essa pessoa obedecer à lei. Analisando a influência dos contatos com a polícia, percebeu-se que os contatos positivos e voluntários se associam a níveis ligeiramente mais elevados de confiança na justiça procedimental da polícia (Jackson et al., 2012).

Sun et al. (2014) procuraram avaliar em que medida as percepções dos residentes em Taiwan poderiam ser distinguíveis em termos de confiança com base nos processos ou confiança com base nos resultados e em que medida a confiança na polícia por parte dos cidadãos poderia ser predita pelos modelos instrumentais e normativos. Os autores encontraram evidências de que estes residentes tendem a confundir a confiança com base nos processos e a confiança com base nos resultados e que as variáveis derivadas quer do modelo instrumental, quer do modelo normativo, desempenham um papel semelhante na predição da confiança na polícia. Sun et al. (2014) descobriram, ainda, que o desempenho das instituições do governo se relaciona com a confiança na polícia, reforçando os resultados anteriormente encontrados no estudo de Sun et al. (2013).

Sargeant et al. (2014) encontraram evidências da importância do modelo baseado nos processos para a confiança e a cooperação com a polícia dos australianos em geral: as percepções de justiça procedimental mostraram ter uma maior importância do que as percepções acerca do desempenho da polícia na confiança e consequente cooperação.

Antrobus et al. (2015) encontraram dados que suportam a importância da confiança na justiça procedimental da polícia no sentido de obrigação de obedecer à polícia.

Finalmente, Wolfe et al. (2016) procuraram testar a “tese da invariância”, ou seja, em que medida o modelo baseado nos procedimentos de Tyler é efetivamente geral, atendendo ao efeito da justiça procedimental e de outras variáveis como a justiça distributiva e a eficácia da polícia. Os autores constataram que, independentemente de variáveis individuais e de variáveis situacionais, as percepções de justiça procedimental se relacionavam com os resultados de legitimidade, apoiando a tese da invariância e demonstrando a generalidade da teoria da justiça procedimental. Contudo, embora a justiça procedimental tenha um efeito maior na obrigação de obedecer e na confiança na polícia, os efeitos da justiça distributiva e da eficácia da polícia não deverão ser esquecidos, uma vez que estes podem ter influência sobre variáveis que podem moderar a relação citada (*e.g.* contatos com a polícia) (Wolfe et al., 2016).

#### **4. Percepções dos jovens relativamente à polícia**

Apesar de existir uma vasta literatura relativa à confiança dos cidadãos na polícia, poucos são os estudos que tentam compreender os fatores que influenciam a confiança dos jovens nesta instituição. Resumindo as principais evidências fornecidas por esses trabalhos, obtemos direções para a presente investigação.

A adolescência é um período que se caracteriza pelo desafio das normas e dos valores sociais e em que os amigos e outras pessoas da comunidade exercem uma maior influência nos jovens do que a família (Hinds, 2007). Por estes motivos é também o período em que a possibilidade de desvio é mais prevalente, por se tratar de um período de socialização não estruturado com os pares, pautado pela ausência de figuras de autoridade, por uma redução das respostas de controlo social e por uma desestruturação que potencia o tempo para o desvio (Osgood e Anderson, 2004). *“A adolescência é um tempo da vida em que as atividades cada vez mais têm lugar em locais públicos e isto significa que aspetos protetores – como por exemplo, a família dos indivíduos e a situação escolar – podem estar em risco de serem subjugados pela influência de más condições da área de residência.”* (Wikström e Loeber, 2000, p. 1134)<sup>14</sup>. Historicamente, o facto de os jovens serem amplamente monitorizados de forma intensiva pela polícia, o elevado número de contatos que com ela estabelecem e a

---

<sup>14</sup> **Da versão original:** *“Adolescence is a time of life when activities increasingly take place in public settings and this means that protective aspects - for example, the individual's family and school situation - may be at risk of being overpowered by the influence of bad neighborhood conditions.”* (Wikström e Loeber, 2000, p. 1134).

percepção de formas de policiamento que têm por base a utilização de perfis raciais e étnicos, justifica os problemas e a hostilidade existentes nos contatos entre jovens e a polícia (Hinds, 2007). Inquéritos como o *British Social Attitudes* e o *British Crime Survey*, a par da *Operational Policing Review*, são consistentes na demonstração de que grupos com determinadas características (homens jovens) tendem a ter opiniões mais negativas relativamente à polícia, tendencialmente rejeitando as suas práticas e a norma (Reiner, 2005). Isto deve-se, essencialmente, ao facto de serem também o grupo sobre o qual as atividades da polícia incidem de forma mais repressiva. Friedman et al. (2004) consideram existir dois resultados negativos que podem advir de relações e interações atribuladas entre jovens e polícia: i) o tratamento desrespeitoso da polícia para com os jovens pode ser criminógeno; e ii) as atitudes negativas por parte da polícia podem afetar a cooperação futura dos jovens, bem como o apoio à polícia. Os dados mostram que o apoio à polícia não é generalizado entre os jovens e que é muito menor entre os jovens em relação aos adultos (Hurst, 2007). A falta de predisposição dos jovens para reportar a sua vitimação e a de outros jovens, bem como para cooperar com a polícia na resolução e prevenção dos crimes, diminui a eficácia da polícia que, para se concretizar, deve assentar na cooperação pública (Hinds, 2009).

As percepções dos jovens relativamente à polícia consistentemente encontradas podem ser agrupadas em quatro grupos de variáveis consideradas relevantes para o presente estudo. Passaremos seguidamente a apresentar os resultados de diversos estudos para cada um deles.

#### **4.1. Variáveis Sociodemográficas**

Ao nível das variáveis sociodemográficas, diversos autores (*e.g.* Hurst et al., 2000; 2005; Dirikx et al., 2012) têm explorado a importância da idade, do género, da educação e da raça/etnia nas percepções dos jovens em relação à polícia. Os efeitos da idade nas percepções dos jovens não reúnem consenso na literatura. Se, por um lado, alguns autores referem que, com o aumento da idade na adolescência, os jovens tendem a desenvolver avaliações gerais mais positivas acerca da polícia (Hurst et al., 2000), por outro lado, outros autores referem uma diminuição da confiança com o aumento da idade (Sindall et al., 2016), ou mesmo a inexistência de qualquer influência da idade no apoio à polícia e nas percepções dos jovens (Hinds, 2007 e Dirikx et al., 2012). Também não existe um consenso relativamente aos efeitos do género nas percepções dos jovens e na sua confiança na polícia: percepções e atitudes mais positivas por parte das raparigas (Hinds, 2007; Stewart et al., 2013; e Taylor et al., 2001), percepções e atitudes mais negativas por parte das raparigas (Hurst et al., 2005) e a inexistência de diferenças significativas entre raparigas e rapazes (Flexon et al., 2009 e Dirikx et al., 2012)

são evidências que estão presentes na literatura. Alguns autores (Stewart et al., 2013 e Taylor et al., 2001) apontam diferenças de gênero ao nível do comportamento antissocial, com os rapazes a reportarem mais atos delinquentes, o que pode promover um maior número de contatos com a polícia, influenciando as suas percepções e atitudes. São quase inexistentes os estudos que analisam o papel da educação dos jovens nas suas percepções, atitudes e confiança em relação à polícia. Recentemente, Lee et al. (2015) mostraram que a educação parece ter pouca ou nenhuma influência nas percepções de confiança e legitimidade. A raça/etnia tem sido o preditor mais forte das percepções de justiça e de discriminação por parte da polícia. Os jovens de minorias étnicas expressam percepções mais negativas em relação à polícia, sendo que os afro-americanos têm sido consistentemente apresentados como aqueles que expressam percepções e atitudes menos favoráveis comparativamente com outros grupos minoritários (Hinds, 2007; Hurst, 2007; Hurst et al., 2005; Taylor et al., 2001).

#### **4.2. Variáveis de estilo de vida**

São escassos os resultados relativos à relevância das variáveis de estilo de vida para a confiança na polícia. Contudo, a legitimidade da lei e da polícia trata-se um fator relevante, uma vez que tem uma influência conformadora do comportamento com as normas. Este facto reveste-se da maior importância quando existem dados que demonstram que são os adolescentes quem comete a maioria dos crimes (Fagan e Tyler, 2005). Além disso, existem evidências de que jovens envolvidos em comportamentos delinquentes apresentam níveis mais elevados de cinismo legal (Nivette et al., 2015).

#### **4.3. Variáveis relativas à área de residência**

Hurst (2007) refere que a investigação tem ignorado o papel da localização geográfica na explicação das percepções dos jovens acerca da polícia. Se, por um lado, as características individuais dos jovens influenciam as suas percepções e atitudes em relação à polícia, por outro lado, a literatura tem demonstrado que as características da sua área de residência também as influenciam (Hinds, 2007). Leiber et al. (1998) consideram que as percepções dos jovens são também influenciadas por variáveis do contexto social: contatos negativos apenas agravam atitudes ou visões negativas já existentes; o contexto social, por sua vez, tem influência ao nível da formação de percepções e atitudes negativas. A imposição de autoridade e de controlo social em certas áreas de residência gera um ressentimento generalizado e uma resistência, levando os jovens a acolher um desrespeito generalizado pela lei (Hinds, 2007). Frank et al. (1996), Cao et al. (1996) e Taylor et al. (2001) mostraram que fatores relativos à área de

residência, como as percepções de desordens e incivildades, podem ser importantes ao nível das percepções dos jovens em relação à polícia. Hurst e Frank (2000) descobriram que os jovens manifestam percepções menos favoráveis quando percebem um agravamento das condições da sua área de residência, nomeadamente um aumento da criminalidade. Zonas residenciais com maiores taxas de criminalidade parecem refletir um maior número de contatos com a polícia e favorecer a aquisição de informações acerca de contatos negativos de amigos ou familiares com a polícia. Existem, assim, evidências não apenas da existência de policiamento diferenciado de acordo com as taxas de criminalidade nas áreas de residência (Weitzer e Tuch, 2005), mas também da importância dos contatos decorrentes desse policiamento na formação das percepções dos jovens acerca da polícia (Skogan, 2006). Sindall et al. (2016) verificaram que jovens que consideravam a sua zona amigável para se viver tinham percepções mais favoráveis em relação à polícia existindo, ainda, um efeito positivo da visibilidade da polícia nas percepções favoráveis dos jovens.

#### **4.4. Variáveis relativas à polícia**

Os contatos negativos com a polícia têm sido apontados pela literatura como estando na origem de julgamentos negativos de legitimidade e de percepções menos favoráveis por parte dos jovens (Hinds, 2007 e Stewart et al., 2013). Os resultados presentes na literatura tendem a ser consistentes: jovens que veem ou ouvem falar de má conduta policial expressam percepções e atitudes menos positivas, uma vez que para os jovens, as experiências, sejam elas pessoais ou indiretas, parecem ser dignas de consideração (Hurst, 2007; Hurst et al., 2000; e Hurst et al., 2005). Também o cinismo legal é maior quando existem contatos diretos e vicariantes com a polícia (Nivette et al., 2015). De facto, as experiências vicariantes de má conduta policial são um preditor significativo de uma menor confiança dos jovens na polícia (Flexon et al., 2009). Os dados apontam para que as percepções dos jovens acerca da polícia possam ser negativa e gravemente influenciadas apenas por uma experiência negativa com a polícia (Dirikx et al., 2012). Os julgamentos de justiça procedimental dos jovens acerca das suas experiências de contato diretas e vicariantes têm influência nas suas percepções acerca da legitimidade da polícia, sendo este um resultado consistente com as evidências encontradas em estudos com adultos (Fagan e Tyler, 2005). Sindall et al. (2016) descobriram um efeito assimétrico dos contatos diretos com a polícia: os jovens que tiveram uma experiência de contato negativa com a polícia tinham uma menor probabilidade de terem percepções favoráveis acerca da polícia, apesar de não existir uma melhoria das percepções entre aqueles que tiveram uma experiência de contato positiva.

Apesar da literatura relativa aos adultos demonstrar que os fatores de justiça procedimental são mais importantes do que o desempenho da polícia para os julgamentos acerca da sua legitimidade, existem dados empíricos que a contrariam no caso concreto dos jovens (Hinds, 2007); as percepções dos jovens podem ser moldadas mais pela influência de fatores instrumentais, uma vez que a ameaça de sanção que pode surgir da ação policial terá um impacto maior na formação das percepções e atitudes dos jovens em relação à polícia, do que na dos adultos.

Existem outros estudos relevantes que importa mencionar, por apresentarem fatores importantes consistentemente apresentados na literatura relativa aos adultos como sendo também relevantes para a confiança dos jovens, sugerindo pistas ao nível de outras variáveis relevantes a ter em consideração neste tipo de estudos.

Fagan e Tyler (2005) sugerem a existência de um processo denominado socialização legal, responsável pela criação e promoção de cumprimento da lei e de cooperação com os atores legais. Os autores referem que a socialização legal é um processo desenvolvimental que ocorre durante a infância e a adolescência, que pode ser considerado capital desenvolvimental e que se reveste de grande importância no comportamento adulto subsequente. Neste processo surgem como moderadores os contextos sociais, designadamente a área de residência. Com base em duas amostras de jovens entre os dez e os dezasseis anos, provenientes de duas áreas de residência distintas da cidade de Nova Iorque, que variavam na sua composição racial, estrutura social e nos padrões de criminalidade e aplicação da lei, Fagan e Tyler (2005) verificaram que existem mudanças ao longo do processo de socialização legal, com o passar do tempo e o aumento da idade: a legitimidade da lei e das autoridades legais moldam o cumprimento da lei de acordo com os contextos, designadamente a área de residência. Para este processo de socialização legal e para a legitimidade, a justiça procedimental de diferentes atores (como a polícia, pessoal de segurança da escola e seguranças privados) mostrou ser um fator relevante na construção das percepções dos jovens acerca das instituições.

Dirikx et al. (2012), no seu estudo qualitativo, concluíram que, apesar de os jovens tendencialmente responderem de forma negativa a questões gerais relativas à confiança na polícia, isto não quer dizer que tenham, necessariamente, percepções negativas. Os autores consideram que os jovens respondem a questões gerais com pensamentos mais imediatos, que se relacionam com experiências diretas e indiretas negativas. Contudo, quando são questionados de forma mais específica, os jovens tendem a ser mais positivos, distinguindo espontaneamente entre os bons e os maus polícias. Assim, apesar das evidências de que os



jovens se posicionam de forma neutra nas respostas a inquéritos, isto poderá ser um reflexo do facto de os jovens acharem difícil generalizar, quer de forma negativa, quer positivamente (Dirikx et al., 2012). Dados de que os jovens atribuem menor importância ao desempenho e eficácia da polícia, por comparação com o tratamento respeitoso e justo dos cidadãos, foram também encontrados, reforçando a importância das percepções de justiça procedimental na confiança dos jovens na polícia (Dirikx et al., 2012 e Reisig et al., 2012).

Verificações de identidade discricionárias, práticas de *stop and search* por parte da polícia relativamente a jovens, relações tensas entre polícia e adolescentes e o modo como a polícia trata os jovens de minorias étnicas, têm sido considerados os fatores principais para existência de motins e distúrbios urbanos em alguns locais da Europa (Hunold et al., 2016). Muitos jovens encontram-se profundamente frustrados com a polícia, devido a um policiamento proactivo das suas comunidades onde, muitas vezes, são encetadas práticas de paragem de cidadãos em locais desfavorecidos e em comunidades de minorias, acentuam a desigualdade na aplicação de práticas de policiamento. Face a estas percepções, os jovens tendem a deixar de confiar na polícia, podendo surgir ressentimentos e hostilidade que prejudicam, ainda mais, a confiança e a legitimidade da instituição. Segundo Hunold et al. (2016), práticas injustas relacionadas com atividades de *stop and search* e *stop and frisk*, acentuam o poder discriminatório de que a polícia dispõe e o sentimento de desadequação ou impotência dos jovens perante essas práticas. Com o objetivo de investigar o impacto do comportamento da polícia na qualidade das interações entre polícia e jovens e perceber de que forma as mesmas afetam a confiança na polícia em áreas de residência multiétnicas na Alemanha, Hunold et al. (2016) analisaram os dados de um estudo comparativo, com base em dados provenientes da observação de práticas de policiamento, de entrevistas em profundidade e de um questionário aplicado em duas cidades. Os autores não encontraram dados que suportem a existência de tensões entre a polícia e jovens com antecedentes migrantes e que o estilo de policiamento na Alemanha promovesse violência coletiva. Pelo contrário, foram encontradas evidências de que as relações entre polícia e jovens com antecedentes migrantes eram em geral positivas, de que a polícia na Alemanha era percebida como legítima, em virtude do seu comportamento justo e de que os jovens confiavam na polícia, independentemente de terem antecedentes migrantes ou de viverem ou não em áreas desfavorecidas. A observação qualitativa sugeriu, ainda, que o estilo de policiamento da polícia Alemã, se caracteriza por estratégias adaptativas, negociando o seu poder de forma flexível no contato com os jovens, o

que pode promover a confiança na polícia devido a uma comunicação positiva e estabelecadora de laços entre jovens e polícia (Hunold et al., 2016).

Concluída a revisão da literatura acerca da confiança na polícia e da sua legitimidade passaremos a descrever, no Capítulo II, a metodologia que utilizamos para a realização do estudo empírico.

## **CAPÍTULO II: ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)**

---

### **1. Objetivos gerais e específicos**

A presente investigação tem como objetivo geral compreender a confiança dos jovens na polícia e a legitimidade que lhe atribuem, tendo por base os referenciais teóricos que a literatura evidencia como sendo fatores explicativos da confiança na polícia em geral. Do objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos de cariz quantitativo:

1. À luz da Teoria da Justiça Procedimental de Tyler, compreender a relação existente entre a confiança dos jovens na polícia, a legitimidade que lhe atribuem e:
  - a. As suas percepções acerca da confiança na eficácia desta instituição;
  - b. As suas percepções acerca da justiça procedimental desta instituição;
  - c. As suas percepções acerca da justiça distributiva desta instituição.
2. Perceber a satisfação dos jovens com o trabalho da polícia e os fatores que com ela se relacionam.
3. Com base na Teoria do Capital Social, identificar as condições sócio contextuais da área de residência dos jovens que mostram ter uma maior relação com a confiança na polícia e com a legitimidade que os jovens lhe atribuem.
4. Integrar as variáveis que têm sido utilizadas pela teoria da justiça procedimental, pela teoria do desempenho e pela teoria do capital social num modelo, de forma a compreender o seu poder preditor na confiança na polícia, na confiança na eficácia da polícia, na satisfação com o trabalho da polícia e na legitimidade conferida à polícia.

Os objetivos anteriormente descritos serão analisados tendo em conta a idade, o género, o estatuto socioeconómico e o tipo de percurso escolar efetuado pelos jovens como variáveis de controlo. Do objetivo geral decorrem, ainda, os seguintes objetivos específicos de cariz qualitativo:

5. Compreender as percepções e os juízos dos jovens acerca da polícia.

6. Perceber a relação entre polícia e comunidade, designadamente através das características dos contextos de vida dos jovens e dos contatos estabelecidos com a polícia.
7. Compreender a relação entre jovens e polícia, tendo em conta a presença e a visibilidade desta instância, os contatos que os jovens com ela estabelecem e a sua segurança subjetiva, sobretudo na sua área de residência.
8. Compreender a interpretação que os jovens fazem do desempenho, da justiça procedimental e da justiça distributiva da polícia, ao nível das suas intervenções.
9. Aceder às motivações dos jovens para cooperarem com a polícia.

## 2. Descrição e Fundamentação das Metodologias

### 2.1. Caracterização do Desenho de Investigação

O presente estudo irá seguir uma abordagem mista. *“Um estudo com métodos mistos envolve a recolha ou análise quer de dados quantitativos e/ou dados qualitativos num único estudo no qual os dados são recolhidos concorrente ou sequencialmente, recebem uma prioridade, e envolvem a integração dos mesmos numa ou mais fases do processo de investigação”*<sup>15</sup> (Creswell et al. 2003, p. 212). Isto vai ao encontro daquilo que é designado como triangulação: analisar um determinado assunto no estudo ou responder a uma questão de investigação através de diferentes perspetivas (Flick, 2015). Assim, iremos proceder a uma triangulação metodológica entre métodos, no sentido de contrapor os dados obtidos pelo método quantitativo e o método qualitativo, de forma a maximizar a validade dos dados empíricos obtidos. Os primeiros quatro objetivos específicos do estudo inserir-se-ão no âmbito da investigação quantitativa, procedendo-se à aplicação de questionários. Trabalharemos no âmbito correlacional, uma vez que pretendemos, apenas, analisar as variáveis sem intervir sobre as mesmas. De uma forma complementar e ao mesmo tempo exploratória, relativamente aos objetivos específicos 5 a 9, o estudo inclui uma componente qualitativa, procedendo-se à realização de *focus group*. *“O focus group é um método onde os dados são recolhidos através de múltiplos participantes ao mesmo tempo”*<sup>16</sup> (Braun e Clarke, 2013, p. 108). Este método consiste na discussão guiada de um tópico de interesse, sendo

---

<sup>15</sup> **Da versão original:** *“A mixed methods study involves the collection or analysis of both quantitative and/or qualitative data in a single study in which the data are collected concurrently or sequentially, are given a priority, and involve the integration of the data at one or more stages in the process of research”* (Creswell et al. 2003, p. 212).

<sup>16</sup> **Da versão original:** *“Focus groups are a method where data are collected from multiple participants at the same time”* (Braun e Clarke, 2013, p. 108).

conduzido por um moderador, em que os participantes podem expressar e discutir entre si diferentes pontos de vista. Os *focus group* permitem aceder, de modo mais económico, a um conjunto diversificado de experiências. Por permitirem e promoverem a interação entre os indivíduos relativamente aos tópicos abordados, pareceram ser a opção ideal a adotar no presente estudo, uma vez que se adequam ao tempo disponível para a realização da dissertação e nos dão acesso às perspetivas de diversos jovens concentrados num mesmo local.

## 2.2. Constituição da amostra

Tendo em conta o desenho de investigação adotado (metodologias mistas), iremos separar esta secção em duas partes: uma respeitante à aplicação dos questionários e outra respeitante ao desenvolvimento dos *focus group*.

No âmbito da investigação quantitativa, a constituição da amostra seguiu uma amostragem por conveniência, com base nos seguintes critérios de seleção: i) jovens que se encontrassem a frequentar o Ensino Secundário, quer em percursos de ensino regular, quer em percursos de ensino alternativos e independentemente da sua idade; e ii) jovens com mais de 15 anos que se encontrassem a frequentar outros níveis de ensino. Assim, a amostra do estudo quantitativo é constituída por 116 jovens selecionados de um conjunto de três escolas da área metropolitana do Porto.

Relativamente à investigação qualitativa, a seleção da amostra teve por base uma subamostra da amostra principal. Na aplicação dos questionários procurou-se indagar os jovens acerca do seu eventual interesse em participar numa atividade posterior, descrevendo-se, em geral, como é que esta iria decorrer e quais os seus principais objetivos. Foi necessário atender ao número de voluntários conseguidos, de forma a organizar da melhor maneira possível os *focus group*. Como na utilização desta metodologia a unidade de recolha de dados é o número de sessões de *focus group* levadas a cabo e não os participantes (Braun e Clarke, 2013), estabelecemos como ideal a realização de um *focus group* por escola amostrada, sendo estes constituídos, no máximo, por oito jovens. Contudo, a sua concretização não foi possível. Assim, a amostra do estudo qualitativo foi composta por dois *focus group* realizados em duas escolas da área metropolitana do Porto. Atentando no método de constituição da amostra, estamos no âmbito da amostragem não probabilística<sup>17</sup> e acidental<sup>18</sup> (ou por conveniência<sup>19</sup>),

---

<sup>17</sup> “Qualquer procedimento de amostragem que viole o EPSEM (“Método da Igual Probabilidade de Seleção”) é visto como uma amostra não-probabilística” (Hagan, 2010, p. 115).

<sup>18</sup> Devido à ausência de tentativas de assegurar a representatividade da amostra.

devido à forma de seleção das escolas pela facilidade, disponibilidade e proximidade das mesmas, bem como pela forma de seleção dos jovens para o preenchimento do questionário e para a participação no *focus group*.

### **2.3. Instrumentos e Operacionalização das variáveis do estudo**

Atendendo aos objetivos do estudo, e considerando a aplicação de metodologias mistas, iremos subdividir esta seção de modo a contemplar os instrumentos para as metodologias quantitativas e qualitativas.

#### **2.3.1. Questionário**

Para concretizar os objetivos descritos, foi realizada uma análise da literatura, com vista ao planeamento e estruturação de um questionário. Passaremos a descrever as variáveis de cada grupo utilizadas na presente investigação.

##### ***Grupo I: Questões sociodemográficas***

As variáveis de controlo do presente estudo, são o *sexo*, a *idade*, o *estatuto socioeconómico* e o *tipo de percurso escolar*. No que diz respeito ao estatuto socioeconómico do agregado familiar, foi solicitado aos inquiridos que, pensando nos rendimentos do seu agregado familiar, o caracterizassem em baixo, médio ou alto. Para efeitos do presente estudo, dicotomizou-se as respostas à variável em causa em “baixo” ou “médio/alto”. No que respeita ao nível de ensino frequentado, foi solicitado aos inquiridos que: i) referissem o nível de ensino que frequentavam (designadamente, ensino secundário ou outro), existindo espaço para que estes referenciassem se se tratava de um percurso escolar regular ou alternativo e; ii) referissem o ano de frequência ou o último ano concluído (dependendo se se tratava da frequência do ensino secundário ou de outro). Contudo, para efeitos do presente estudo, e para salvaguardar ao máximo a confidencialidade dos participantes, dicotomizou-se a variável relativa ao nível de ensino frequentado em tipo de percurso escolar (regular ou alternativo).

##### ***Grupo II: Vitimação***

Neste grupo os participantes foram inquiridos acerca de lhes ter ou não acontecido uma série de situações nos últimos 12 meses, podendo estas dividir-se em *vitimação violenta* (e.g. ter sido vítima de ameaça de agressão ou agressão) e *vitimação psicológica* (ter sido vítima de ofensas verbais, de boatos, de circulação de fotos/imagens sem consentimento através de telemóvel ou computador ou de discriminação/racismo). Desta forma foi possível compor

---

<sup>19</sup> Por se tratar de uma amostra selecionada a partir das necessidades do investigador (Hagan, 2010).

uma medida da *prevalência corrente da vitimação* (a vitimação que os indivíduos sofreram nos últimos 12 meses). Estas questões foram extraídas e adaptadas da primeira versão do *International Self-Report Delinquency II (ISRD-II)*, aplicada em Portugal.

### ***Grupo III: Questões relativas ao estilo de vida***

A teoria dos estilos de vida tem sido referenciada como importante na explicação da relação entre contatos e atitudes dos jovens em relação à polícia (Leiber et al., 1998), uma vez que diferentes estilos de vida se associam a diferentes situações de risco, podendo estes evoluir, ou não, para comportamento delincente, pela interação com características individuais e/ou comunitárias (Wikstrom et al., 2006).

Extraídas e adaptadas da primeira versão do *ISRD-II* aplicado em Portugal, as medidas de delinquência autorreportadas incluídas consistiram na enumeração de uma série de comportamentos que pretendiam perceber se os jovens já tinham praticado, quer nos últimos 12 meses, quer ao longo da vida, de forma a compor uma medida da *prevalência corrente* (a delinquência que os indivíduos praticaram nos últimos 12 meses), da *prevalência cumulativa* (a delinquência que os indivíduos praticaram ao longo da sua vida) e da *variedade da delinquência* (somatório do número de atos delinquentes praticados por um indivíduo). Os comportamentos contemplados podem ser divididos em *consumos* (considerando uma série de substâncias relativas a álcool e droga), em *delinquência violenta* (e.g. participar em lutas de grupo, bater em alguém) e em *delinquência contra a propriedade* (e.g. furto, roubo).

Um grupo de questões mais incisivas relativas ao estilo de vida, relacionou-se com a ocupação de tempos livres, tendo os jovens sido questionados acerca do tipo de atividades que praticavam com os seus amigos durante estes períodos temporais. Um conjunto destas questões procurava averiguar a existência de delinquência de pares, tendo sido formado um índice de *atividades delinquentes* composto por cinco atividades que os jovens poderiam praticar com amigos: e.g. “*Provocamos distúrbios*”, “*Tiramos coisas das lojas sem pagar*”. As respostas variavam entre 1 (nunca) e 4 (sempre). Os itens foram extraídos e adaptados da primeira versão do *ISRD-II* em Portugal.

### ***Grupo IV: Questões relativas à área de residência***

Tendo em conta a relevância do capital social e da eficácia coletiva na área de residência para o presente estudo, incluímos no questionário itens relativos à segurança na área de residência (desordens/incivilidades, preocupação com o crime e medo do crime), à vinculação à área de residência (estabilidade residencial, satisfação com a área de residência, expectativas

para a área de residência), à existência de confiança (confiança geral), ao capital social (coesão social e controlo social informal), à adesão às normas cívicas e à coprodução polícia-comunidade (encorajamento de esforços coletivos, envolvimento na resolução de problemas, visibilidade da polícia e satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência).

Relativamente à segurança na área de residência, foram incluídas no questionário questões relativas à existência de *desordens/incivilidades* e relativas à *preocupação e medo do crime*. No que respeita às desordens/incivilidades, esta variável foi composta por sete itens que os inquiridos classificavam numa escala entre 1 (discordo plenamente) e 5 (concordo plenamente), respeitantes a situações que eventualmente poderiam ocorrer na sua área de residência (e.g. “*Há muito lixo espalhado pelo chão*”, “*Há muita criminalidade*”). Estes itens foram retirados e adaptados do *ISRD-II*. A variável *preocupação com o crime* foi mensurada por um conjunto de três itens acerca da frequência com que os inquiridos se preocupavam com a possibilidade de a sua casa ser assaltada, de ser vítima de crime em geral e de ser vítima de crime na área de residência, podendo estes classificá-los de 1 (nunca ou raramente) a 4 (sempre ou quase sempre). Estes itens foram retirados do *European Social Survey – ESS5*<sup>20</sup>. Finalmente, o *medo do crime* foi mensurado através de dois itens que procuravam compreender como é que os inquiridos se sentiam quando caminhavam sozinhos na rua na sua zona de residência, quer durante o dia, quer durante a noite, variando a escala de resposta de 1 (muito inseguro) a 4 (muito seguro). Estes itens, a exemplo dos relativos à preocupação com o crime, foram retirados do *ESS5*.

No que diz respeito à *vinculação à área de residência*, a variável *estabilidade residencial* foi composta por um item que procurava averiguar há quanto tempo é que os inquiridos viviam na sua zona de residência (podendo as respostas variar entre há menos de um ano, entre um e três anos, há mais de três anos, ou sempre vivi nesta zona). Relativamente à *satisfação com a área de residência*, esta variável foi composta por quatro itens relativos à forma como os inquiridos se sentiam na sua zona (e.g. “*Sinto-me em casa na minha zona de residência*”), procurando perceber a concordância dos inquiridos (numa escala de resposta de 1 – discordo plenamente a 5 – concordo plenamente). Finalmente, no que diz respeito às *expetativas em relação à área de residência*, esta variável foi medida através de dois itens que procuravam perceber de que forma é que os inquiridos avaliavam as condições gerais da sua área de residência no último ano (pioraram, estão na mesma ou melhoraram) e de que forma

<sup>20</sup> Todos os itens referenciados neste capítulo como sendo provenientes do *European Social Survey* provêm da análise de dados e documentação relativa ao *European Social Survey* de 2010 (*Round 5*).

achavam que as mesmas se iriam comportar no próximo ano (piorar, manter-se as mesmas ou melhorar). Todas estas questões foram retiradas e adaptadas de um questionário da Escola de Criminologia no âmbito do Observatório Local de Segurança.

Ao nível da *confiança*, a *confiança geral* foi medida através de um conjunto de três perguntas: “*De um modo geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?*”, podendo a resposta variar entre 0 (todo o cuidado é pouco) e 10 (a maioria das pessoas é de confiança); “*Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que as pessoas tentam ajudar os outros?*”, variando a resposta de 0 (as pessoas estão preocupadas com elas próprias) a 10 (as pessoas tentam ajudar os outros) e “*Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que pode, ou pensa que a maior parte das pessoas é honesta?*”, podendo a resposta variar entre 0 (a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim) e 10 (a maior parte das pessoas é honesta). Estas três questões foram retiradas do ESS5.

Relativamente ao *capital social*, este construto é composto pela *coesão social* e pelo *controlo informal na área de residência*. A *coesão social* foi medida através de um conjunto de três itens, em que os inquiridos manifestavam a sua concordância (de 1 – discordo plenamente a 5 – concordo plenamente) face a afirmações relativas à probabilidade de existir entreajuda entre os vizinhos na sua área de residência (e.g. “*Em caso de doença, a minha família poderia contar com o apoio dos vizinhos*”). Estes itens foram retirados e adaptados de Narayan e Cassidy (2001). O *controlo informal na área de residência* foi medido por um conjunto de itens procurando compreender a probabilidade que os jovens achavam existir (1 – muito improvável a 5 – muito provável) de os seus vizinhos intervirem numa série de situações (e.g. “*A escola da sua área de residência ameaçar fechar por decisão do governo*”). Estas questões foram retiradas e adaptadas de Sampson et al. (1997).

A *adesão às normas cívicas* foi medida através de um conjunto de onze itens que pretendiam compreender quão errado (de 1 – nada errado a 4 – muito errado) os jovens percecionavam uma série de situações (e.g. “*Um carro passar sinais vermelhos*”). Estes itens foram retirados e adaptados do *World Values Survey 5* e do ESS5.

No que diz respeito à *coprodução polícia-comunidade*, o questionário contemplou um conjunto de quatro subdimensões que procuravam mensurar: *encorajamento de esforços coletivos*, *envolvimento na resolução de problemas*, *visibilidade da polícia* e *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*. Relativamente ao *encorajamento de esforços coletivos*, este foi medido através de um conjunto de três itens que procuravam perceber com



que frequência é que a polícia na área de residência dos jovens participava em reuniões comunitárias, eventos sociais e ações de formação para prevenção criminal (de 1 – nunca a 4 – muitas vezes). Estes itens foram retirados e adaptados de Scott (2002). No que respeita ao *envolvimento na resolução de problemas*, esta subdimensão foi mensurada através de dois itens que procuravam perceber a concordância dos jovens relativamente à eventual união de esforços entre polícia e comunidade, na sua zona de residência (de 1 – discordo plenamente a 5 – concordo plenamente). Já quanto à *visibilidade da polícia*, esta era medida através da concordância/discordância (na escala de resposta anteriormente descrita) em relação a dois itens (“*É frequente ver carros patrulha na minha zona de residência*” e “*É frequente ver agentes de polícia a fazerem patrulhamento a pé na minha zona de residência*”). Todos estes itens foram retirados e adaptados de Scott (2002). Finalmente, no que diz respeito à *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*, esta subdimensão foi medida através da satisfação dos inquiridos (de 1 – muito insatisfeito a 5 – muito satisfeito) com determinados aspetos da polícia na sua área de residência (e.g. “*Esforços de prevenção da criminalidade*”). Estes itens foram retirados e adaptados de Jackson e Sunshine (2007).

#### **Grupo V: Questões relativas à polícia**

As questões incluídas neste grupo têm, maioritariamente, na sua base o módulo da Confiança na Justiça do *European Social Survey*, de 2010 (Jackson et al., 2010; 2011). As questões que extraímos dizem respeito apenas à polícia, excluindo-se a confiança e legitimidade dos tribunais. Descrevemos ainda questões provenientes de outras fontes.

Pretendeu-se aceder à *confiança na polícia*, através de uma questão principal (“*Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem na polícia*”), cuja escala de resposta vai de 0 (não tenho nenhuma confiança na polícia) a 10 (tenho toda a confiança na polícia). É de salientar que não estamos de acordo com os autores deste módulo do ESS5 na questão que estes seleccionaram para a confiança geral na polícia (“*Tendo em consideração tudo o que é suposto a polícia fazer, diria que a polícia tem feito um bom ou mau trabalho?*”), uma vez que consideramos que esta é mais adequada para aceder à *satisfação com o trabalho da polícia* (com uma escala de resposta de 1 – um muito mau trabalho a 5 – um muito bom trabalho).

A *confiança na polícia* também foi dividida nas subdimensões de *confiança na eficácia da polícia* (muito relacionada com os modelos instrumentais de cooperação, dado ter o seu foco nos resultados atingidos pela polícia), de *confiança na justiça distributiva da polícia* (a ideia de que a polícia trata todas as pessoas de forma igual) e de *confiança na justiça procedimental da polícia* (a justiça com a qual a polícia exerce a sua autoridade, incluindo questões relativas

à qualidade do tratamento e qualidade da tomada de decisão). Assim, a *confiança na eficácia da polícia* foi medida através de um conjunto de três itens que procuravam compreender a eficácia e a rapidez com que os inquiridos consideravam que a polícia fazia uma série de coisas (prevenção de crimes em que é usada violência ou ameaça de violência física, apanhar assaltantes de casas e a chegar quando chamada depois de um crime violento). As escalas de resposta variavam de 0 – extremamente ineficaz a 10 – extremamente eficaz e de 0 – extremamente lenta a 10 – extremamente rápida. Já a *confiança na justiça distributiva da polícia* foi medida através de um item (“Quando as vítimas de um crime vão à polícia apresentar queixa, acha que a polícia trata pior os ricos, trata pior os pobres ou trata da mesma maneira ricos e pobres?”), cuja escala de resposta variava entre 1 (trata pior os ricos), 2 (trata pior os pobres) ou 3 (trata ricos e pobres da mesma maneira). Finalmente, a *confiança na justiça procedimental da polícia* foi medida através de um conjunto de dois itens, em que se questionavam os inquiridos acerca da frequência (de 1 – raramente a 4 – muito frequentemente) com que achavam que a polícia em Portugal fazia determinadas coisas (e.g. “trata as pessoas com respeito”, “justifica as suas decisões quando isso lhe é pedido”, etc.). Todos estes itens foram retirados e adaptados do ESS5.

Ao nível da *legitimidade percebida da polícia*, tradicionalmente, esta é mensurada através da *obrigação de obedecer à polícia*. Esta obrigação de obedecer foi medida através de três perguntas que procuravam compreender em que medida os jovens consideravam seu dever apoiar as decisões da polícia mesmo que não concordem com elas, fazer o que a polícia lhes diz mesmo que não compreendam as razões ou não concordem com elas e fazer o que a polícia lhes diz mesmo que não gostem do modo como são tratados (de 0 – não tenho nenhum dever a 10 – tenho todo o dever). Importantes para a compreensão da legitimidade são, ainda, o *alinhamento moral* (a percepção dos jovens de que a existência da polícia se encontra justificada pela sua defesa e fortalecimento de valores morais que são os seus e os da sua comunidade) e a *legalidade percebida da ação policial* (questões acerca da corrupção e influências de que a polícia pode ser alvo, que pretendem aceder às percepções dos jovens acerca da quebra das leis pela própria polícia). Relativamente ao *alinhamento moral*, este foi mensurado através de quatro questões que procuravam compreender em que medida os jovens concordavam ou discordavam (de 1 – discordo plenamente a 5 – concordo plenamente) de uma série de afirmações acerca da polícia em Portugal (e.g. “A polícia tem geralmente o mesmo sentido de certo e errado que eu tenho”). Em relação à *legalidade da ação policial*, esta foi medida através de um único item que procurava compreender a frequência com que os

jovens consideravam que a polícia aceitava subornos em Portugal (de 0 – nunca a 10 – sempre). Todos os itens referidos foram retirados e adaptados do ESS5.

Uma outra dimensão introduzida no questionário foi a da *responsabilização da polícia*, medida através de três itens que procuravam, numa escala de 1 (discordo plenamente) a 5 (concordo plenamente), compreender a concordância dos inquiridos relativamente à existência de supervisão e de punição de comportamentos desadequados e de má conduta policial (e.g. “*Os comportamentos desadequados por parte da polícia são supervisionados*”). Estes itens foram adaptados de Weisburd et al. (2000).

Outra dimensão inserida foi a do *cinismo legal*. Este foi mensurado através de oito questões que procuravam averiguar a concordância (de 1 – discordo plenamente a 5 – concordo plenamente) dos inquiridos face a uma série de afirmações (e.g. “*Não há problema em, por vezes, ignorar as decisões da polícia*”). Estes itens foram retirados e adaptados de Sunshine e Tyler (2003).

A *cooperação com a polícia* foi mensurada através de um item que pretendia aceder à predisposição dos jovens para chamarem a polícia, caso assistissem a uma situação de roubo na rua. A escala de resposta variava de 1 (nada provável) a 4 (muito provável) e os itens foram retirados e adaptados do ESS5.

Finalmente, foram ainda incluídos no questionário itens relativos aos *contatos com a polícia*. Primeiramente, os inquiridos eram questionados acerca de terem tido, ou não, contatos com a polícia, quer *voluntários* (e.g. “*Pedi informação à polícia*”), quer *compulsivos* (e.g. “*A polícia chamou-me à atenção*”), no último ano, para um total de nove contatos. Caso os inquiridos respondessem afirmativamente para qualquer um deles, era-lhes pedido que classificassem a sua *satisfação* com o referido contato numa escala de 1 (fiquei muito insatisfeito) a 5 (fiquei muito satisfeito). Estas perguntas foram adaptadas do ESS5 e de Matangue (2016).

### **2.3.2. Focus Group**

No planeamento da investigação concebemos a aplicação do *focus group* algum tempo depois da aplicação dos questionários e da realização de análises estatísticas preliminares dos dados. Só assim conseguiríamos perceber as características da amostra em causa relativamente ao tema em estudo e proceder à estruturação de um guião para a condução do *focus group* que nos permitisse o esclarecimento de certos aspetos de forma mais compreensiva. Tal objetivo foi conseguido, tendo as sessões de *focus group* sido realizadas dois meses após a passagem do último questionário nas escolas. Este período temporal permitiu a preparação de um guião,

com base nos resultados obtidos através da análise estatística preliminar dos dados. Assim, iremos atentar em alguns aspetos pertinentes que foram tidos em conta na sua realização.

A preparação de *focus group* deve ser pensada e executada com alguma antecedência, uma vez que, frequentemente, requer a utilização de material de estimulação. Nem sempre as questões abertas são suficientes para induzir a discussão, sobretudo no caso de jovens. Assim, planeou-se iniciar a discussão com um desencadeador que consistia em solicitar aos participantes a partilha com o grupo de todas as ideias que lhes surgissem quando pensavam na palavra “*polícia*”. Conciliando a análise estatística preliminar dos dados do questionário com os objetivos específicos elencados, foi possível compreender quais os grandes temas que seria interessante explorar numa discussão moderada, com os jovens. A escolha dos tópicos de discussão foi elaborada considerando, por um lado, os interesses de investigação e, por outro lado, as limitações temporais colocadas pelas escolas para a realização dos *focus group*, de forma a não prejudicar o normal funcionamento das atividades escolares.

Foram três as dimensões relevadas para os *focus group*: as *percepções e juízos acerca da polícia*, a *relação entre polícia e comunidade* e a *relação entre polícia e jovens*.

No que diz respeito às *percepções e juízos acerca da polícia*, incluíram-se duas subdimensões: *ser vs. dever ser* e *o bom polícia*. Relativamente ao *ser vs. dever ser*, procurou-se orientar a discussão através de um aumento sucessivo da abstração das questões, começando por aceder às percepções que os jovens tinham acerca de quais são as tarefas da polícia, passando para aquilo que os jovens achavam que a polícia deveria fazer, mas não faz e, por último, contrapondo com aquilo que consideram que a polícia faz, mas não deveria fazer. Na subdimensão do *bom polícia*, procurou-se orientar os participantes de forma mais concreta para esta figura, solicitando que descrevessem de que forma é que o imaginavam, considerando aquelas que seriam as suas principais características para, posteriormente, o compararem com a maioria dos polícias (aqueles com quem poderiam contactar no dia-a-dia), verificando se as características eram similares ou distintas, bem como a sua atuação.

A dimensão da *relação entre polícia e comunidade* tinha como subdimensões a *segurança na zona de residência*, os *contextos de vida* e a *presença e visibilidade da polícia*. Pretendeu-se compreender, primeiramente, quais os principais problemas de segurança que os jovens percecionavam nos seus contextos (área de residência/escola) e quem consideravam responsável pelos mesmos, de forma a compreender a eventual existência de uma relação entre as características dos seus contextos e os possíveis contatos estabelecidos com a polícia e de que forma estes últimos poderiam influenciar o seu sentimento de segurança. Numa

segunda fase, procurou-se perceber o conhecimento e a experiência dos jovens relativamente à atuação policial nesses contextos (*e.g. Escola Segura*), e a importância que lhe atribuíam. Por fim, era ainda dado espaço aos jovens para que estes manifestassem a sua opinião face a outros contextos em que considerassem importante a presença e a visibilidade da polícia.

Relativamente à principal dimensão dos *focus group*, a *relação entre jovens e polícia*, procurou-se compreender de que forma é que os jovens se posicionavam face à afirmação que apresentávamos (“*Os jovens nem sempre têm uma relação fácil com a polícia*”), incentivando-os a manifestar a sua concordância ou discordância face à mesma e a discutirem, entre si, o assunto, deixando espaço para a partilha de experiências (pessoais ou vicariantes) com a polícia, procurando compreender o modo como a polícia atuou e como é que os jovens avaliavam essas experiências de contato, ao nível do desempenho, da justiça procedimental e da justiça distributiva da atuação da polícia. Por fim, questionávamos os jovens acerca da cooperação dos cidadãos com a polícia, procurando perceber quais eram as motivações que estes consideravam que levariam as pessoas a cooperarem, em que situações é que eles próprios estariam dispostos a cooperar e de que forma consideravam que a polícia poderia potenciar a colaboração dos cidadãos.

Foi utilizada uma apresentação *power point* para a dinamização dos estímulos introduzidos, assim como para a introdução do tema, para a sua finalização e para os agradecimentos aos participantes. A introdução dos estímulos foi intercalada com as questões que pretendíamos lançar em discussão, procurando que existisse um estímulo no início de cada uma das dimensões do guião, de forma a estimular a introdução de novos tópicos em debate. Apesar de o guião de *focus group* servir para orientar a realização do mesmo, agrupando as dimensões de interesse, não se verificou a sua aplicação de forma rígida nas sessões, tendo existido espaço para o surgimento de novos temas por parte dos jovens que fomentaram e enriqueceram o debate.

#### **2.4. Descrição das variáveis dependentes e independentes**

Como **variáveis dependentes** do presente estudo surge a *confiança na polícia*, a *confiança na eficácia da polícia*, a *satisfação com o trabalho da polícia* e a *legitimidade da polícia*.

No que respeita às **variáveis independentes**, estas foram agrupadas em grandes grupos de acordo com a literatura científica, podendo ser classificadas da seguinte forma: variáveis sociodemográficas, variáveis de insegurança objetiva e subjetiva, variáveis de estilo de vida, variáveis relativas à área de residência e variáveis relativas à polícia. Primeiramente, no que respeita às **variáveis sociodemográficas**, a *idade*, o *género*, o *estatuto socioeconómico* e o

*tipo de percurso escolar* dos jovens foram as variáveis consideradas. Quanto às **variáveis de insegurança objetiva e subjetiva**, estas incluíram a *prevalência da vitimação*, a *preocupação com o crime* e o *medo do crime*. As **variáveis de estilo de vida** englobaram a *variedade da delinquência* e as *atividades delinquentes* (com o grupo de pares). As **variáveis relativas à área de residência** consideradas foram as *desordens/incivilidades*, a *estabilidade residencial*, a *satisfação com a área de residência*, as *expetativas em relação à área de residência*, a *confiança geral*, a *eficácia coletiva* (composta pela *coesão social* e pelo *controlo informal na área de residência*), a *adesão às normas cívicas* e a *coprodução polícia-comunidade* (composta pelo *encorajamento de esforços coletivos*, pelo *envolvimento na resolução de problemas*, pela *visibilidade da polícia* e pela *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*). Finalmente, no que respeita às **variáveis relativas à polícia**, a *confiança na justiça distributiva da polícia*, a *confiança na justiça procedimental da polícia*, o *alinhamento moral*, a *legalidade da ação policial*, a *responsabilização da polícia*, o *cinismo legal*, a *cooperação com a polícia* e a *satisfação com os contatos da polícia* (voluntários e compulsivos) foram as variáveis consideradas.

### 3. Procedimentos

Na descrição dos procedimentos, primeiramente, iremos descrever como decorreu o processo de recolha de dados através da aplicação dos questionários e da realização dos *focus group* e, depois, descreveremos os procedimentos de análise de dados. Relativamente aos procedimentos de análise de dados, estes dividir-se-ão em procedimentos de análise estatística para os dados de natureza quantitativa, e em procedimentos de análise de conteúdo, para os dados de natureza qualitativa.

#### 3.1. Processo de recolha de dados

O pedido de autorização foi solicitado o mais cedo possível a um conjunto de escolas da área metropolitana do Porto, tendo sido fornecida a informação acerca das principais dimensões do questionário e dos tópicos do guião para o *focus group*, no sentido de as escolas poderem autorizar, de forma informada, a realização do estudo e a recolha de dados. Foram três as escolas que se mostraram disponíveis para acolher o nosso projeto, tendo sido realizadas reuniões de forma a discutir os pormenores da investigação e os recursos necessários para a sua realização.

A obtenção de consentimento informado por parte dos elementos da amostra é importante em qualquer investigação. O consentimento informado, para além de ser uma forma de as

peças consentirem a sua participação (ou a de outros, no caso de pessoas responsáveis por menores) no estudo, serve para fornecer informações aos participantes acerca dos propósitos do estudo, do modo como os dados serão recolhidos e utilizados, acerca do que será requerido aos participantes, entre outras (Lewis, 2003). Neste sentido, questões como a garantia da confidencialidade e do anonimato e o caráter voluntário da participação devem ser salientadas: a confidencialidade e o anonimato asseguram que a identidade dos participantes apenas seja conhecida pelo investigador e o caráter voluntário assegura aos indivíduos a possibilidade de cessarem a sua participação no estudo a qualquer momento. Neste sentido, atendendo à amostra que pretendíamos obter e à possibilidade de abranger indivíduos menores de idade (tendo em conta os 18 anos como a idade da maioridade em Portugal), esboçamos um modelo de consentimento informado para encarregados de educação e para jovens com mais de 18 anos. Uma vez que antecipávamos a existência de pouco tempo entre a aplicação dos dois métodos (questionário e *focus group*), e uma vez que a obtenção do consentimento demora sempre algum tempo, considerámos ser uma boa opção a utilização de um documento único para a obtenção de consentimento, quer para preenchimento do questionário, quer para participação dos jovens no *focus group*. Para a entrega dos consentimentos aos encarregados de educação e aos jovens com mais de 18 anos, contámos com a colaboração das escolas que selecionaram, de acordo com a sua calendarização de atividades escolares, quais as turmas que participariam no estudo, de acordo com os requisitos pré-estabelecidos para a constituição da amostra.

Agendadas as datas para a passagem dos questionários, a aplicação dos mesmos foi feita a uma amostra de 116 indivíduos nas três escolas. Os questionários foram administrados sob a forma de autopreenchimento, em contexto de sala de aula, tendo sido entregues dentro de um envelope, para que os participantes o pudessem selar, garantindo assim a confidencialidade. O seu preenchimento demorou em média cinquenta minutos. No final do mesmo, dirigimo-nos aos jovens que tinham consentimento para participar no *focus group*, no sentido de explicitar em que é que este consistia e para averiguar a voluntariedade dos jovens para participarem no mesmo, informando-os da data da sua eventual realização.

Posteriormente, foi acordada uma data para a realização do *focus group* com duas das três escolas nas quais foram aplicados os questionários. Tendo em consideração os voluntários existentes, foram selecionados, aleatoriamente, jovens para integrarem os dois *focus group*, atendendo-se aos seguintes critérios para a constituição da amostra: i) esta deveria ser constituída, no máximo, por oito jovens, de forma a assegurar a participação de todos na

atividade; e ii) existindo raparigas na amostra, estas deveriam ser no mínimo duas, de forma a salvaguardar-se algum conforto na sua participação.

Assim, foram realizados dois *focus group*, com uma duração média de uma hora cada, sendo que um foi constituído por oito jovens (cinco rapazes e três raparigas) e o outro por sete jovens (três rapazes e quatro raparigas). Os mesmos foram levados a cabo por dois moderadores<sup>21</sup> que conduziram a atividade. Os *focus group* decorreram numa sala de aula, com mesas dispostas em círculo, tendo sido gravados através de gravador.

### **3.2. Procedimentos de Análise de Dados**

A exemplo do que tem acontecido noutras secções, iremos subdividir a presente em duas categorias distintas: i) procedimentos de análise estatística para os dados quantitativos; e ii) procedimentos de análise temática para os dados qualitativos.

#### **3.2.1. Procedimentos de Análise Estatística**

No que respeita aos procedimentos estatísticos necessários iremos dar conta de todo o processo de tratamento de dados a partir do *software IBM SPSS Statistics 24*.

##### ***Procedimentos de Análise Estatística Descritiva***

Quanto aos procedimentos de análise de estatística descritiva, foram aplicadas para a análise de variáveis quantitativas, medidas de tendência central (média amostral) e medidas de dispersão (desvio-padrão), de forma a compreender como é que os dados se encontravam dispersos face ao valor médio. Para a caracterização da amostra, segundo a vitimação e a delinquência, também foi utilizado o cálculo de percentagens. Recorreu-se ainda a uma análise de valores mínimos e máximos de resposta a cada item.

Antes de proceder a qualquer tipo de análise mais aprofundada, foi necessário confirmar se se verificavam os pressupostos de aplicação de determinados testes estatísticos, designadamente através da análise da distribuição dos dados. Esta foi efetuada para a tomada de decisão entre a utilização de testes paramétricos ou não paramétricos. Assim, para a verificação da Normalidade da Distribuição, foram efetuados testes de Kolmogorov-Smirnov, tendo-se verificado que não estavam preenchidos os pressupostos para a utilização dos testes paramétricos.

Atendendo a que se incluíram diversos itens no questionário com vista a mensurarem uma determinada dimensão, foram ainda realizados procedimentos procurando chegar a valores de

---

<sup>21</sup> A autora da presente dissertação e a Mestre Josefina Castro, coorientadora da dissertação.



Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ), uma medida de consistência interna que permitiu compreender se os referidos itens poderiam ser agrupados em índices.

### ***Procedimentos de Análise Estatística Inferencial***

Relativamente aos procedimentos de análise estatística inferencial, utilizaram-se medidas de associação (Coeficientes de Correlação), que permitissem quantificar a intensidade das associações e a direção das mesmas. Dada a não verificação dos pressupostos de normalidade, utilizámos o coeficiente de correlação de Spearman.

A literatura tem demonstrado que o mais comum ao nível dos estudos relativos à confiança na polícia é a aplicação de Modelos de Regressão Lineares, para estimar modelos de previsão de forma a compreender quais as variáveis independentes que influenciam as variáveis dependentes. No caso concreto, realizámos Modelos de Regressão Múltipla (com método de entrada hierárquico) para cada uma das variáveis dependentes em estudo, tendo-se verificado previamente o preenchimento de todas as condições para a sua aplicação<sup>22</sup>

### ***3.2.2. Procedimentos de Análise Temática***

Segundo Silverman (2015), nos *focus group* a conversa não tem interesse por si só, sendo utilizada como um meio para aceder a informações que se encontram para além dela. Atendendo ao exposto, o procedimento considerado mais adequado para a análise dos dados em causa foi a análise temática. A análise temática consiste num método qualitativo de identificação e análise de padrões, caracterizado pela flexibilidade teórica, uma vez que não necessita de uma adesão prévia a um quadro de explicação teórico. Este método tem como principais vantagens o facto de servir para responder a uma série de questões de investigação, permitir a análise de diferentes tipos de dados (desde fontes principais, como entrevistas ou *focus group*, até fontes secundárias), funcionar com conjuntos de dados de diversos tamanhos e poder ser aplicado na produção de análises conduzidas, quer com base em dados, quer com base em teorias (Braun e Clarke, 2013).

Tendo por base as fases descritas por Braun e Clarke (2006 *cit in* Braun e Clarke, 2013) para a análise temática, primeiramente procedemos a uma transcrição dos *focus group*, procurando salvaguardar o anonimato dos jovens participantes e, seguidamente, a uma redução dos dados transcritos, de forma a facilitar a aplicação das fases da análise temática

---

<sup>22</sup> Designadamente a linearidade, uma distribuição dos resíduos de estimação tendente para a normalidade e a ausência de *outliers* e de multicolinearidade.

anteriormente descritas. Esta redução caracterizou-se pela transformação e organização textual das transcrições dos dois grupos, no sentido de tornar o material mais legível e compreensível e para simplificar a posterior aglomeração de dados similares durante o processo de codificação. Este processo de redução dos dados coincidiu com a primeira fase da análise temática, contribuindo para uma maior familiarização com os dados. No que respeita ao processo de codificação do material, procurou-se encontrar códigos com base na familiaridade estabelecida com os dados: apesar de este processo de codificação ter na sua origem alguns conceitos provenientes da literatura para os quais já estaríamos mais alerta (*e.g.* “relação entre jovens e polícia”, “cooperação com a polícia”, etc.), na sua grande maioria procedeu-se a um processo de codificação em que os dados estariam na origem da grande maioria dos códigos. Depois desta codificação inicial, procurou-se associar frases ou excertos aos códigos extraídos, sendo que se repetiram alguns segmentos textuais, atendendo a que estes se mostraram adequados a integrar vários códigos. Ao mesmo tempo que atribuíamos excertos aos códigos, fomos produzindo *memos*, ou seja, elaborando alguns comentários ao longo do documento, de forma a registar, desde logo, algumas ideias e significados provenientes dos discursos. Depois deste trabalho, iniciámos o processo de procura de temas que conseguissem definir e agrupar os segmentos textuais com a mesma codificação, alargando assim os códigos a temas mais amplos. Deste modo, foi necessário estabelecer relações entre os códigos e definir temas e subtemas, cujos nomes fossem o mais concisos e explícitos possível.

No próximo capítulo passaremos a descrever os principais resultados obtidos através dos processos de análise anteriormente explicitados, mantendo a mesma lógica de estruturação utilizada até aqui: o capítulo encontrar-se-á subdividido em duas partes, sendo que a primeira remeterá para os resultados da metodologia quantitativa e a segunda para os resultados da metodologia qualitativa.

### **CAPÍTULO III: ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)**

---

#### **I. Resultados quantitativos obtidos através da aplicação do questionário**

Os resultados serão apresentados, primeiramente, com base nos procedimentos de análise estatística descritiva e, posteriormente, com base nos procedimentos de análise estatística inferencial. Esta apresentação seguirá a ordenação que consideramos relevante de acordo com os objetivos do trabalho e que foi explicitada no capítulo metodológico, ao nível daquelas que são as variáveis dependentes e independentes do estudo.

## 1. Caraterização sociodemográfica da amostra em estudo

A Tabela 1 refere-se às caraterísticas sociodemográficas dos participantes no estudo: a amostra foi constituída por 116 jovens entre os 14 e os 23 anos, sendo que 56,5% eram do sexo feminino e 43,5% do sexo masculino. A média de idades dos jovens foi de 17.44 com um desvio-padrão de 1.65.

No que respeita ao estatuto socioeconómico, 23,7% dos inquiridos responderam que percecionavam o seu estatuto socioeconómico como sendo baixo, por oposição a 76,3% dos inquiridos que o classificaram como médio ou alto. Finalmente, no que diz respeito ao tipo de percurso escolar frequentado, e dado o que foi referido na constituição da amostra, 36,3% dos jovens inquiridos encontravam-se a frequentar um percurso escolar regular, face a 63,7% dos jovens que referiram frequentar um percurso alternativo.

**TABELA 1: Análise descritiva das variáveis sociodemográficas**

Variáveis	Descrição	%	X	SD	N
<b>Idade</b>	Entre os 14 e o 23	100	17.44	1.65	116
<b>Género</b>	Feminino (1)	56.5	-	-	115
	Masculino (2)	43.5	-	-	
<b>Estatuto Socioeconómico</b>	Baixo (0)	23.7	-	-	114
	Médio/Alto (1)	76.3	-	-	
<b>Tipo de Percurso Escolar</b>	Percurso Regular (0)	36.3	-	-	102
	Percurso Alternativo (1)	63.7	-	-	

## 2. Caraterização da amostra segundo as variáveis dependentes em estudo

Analisando os resultados descritivos para as variáveis dependentes (Tabela 2), a *confiança na polícia* teve uma média de respostas de 5.24 com um desvio-padrão de 2.96, existindo respostas nos dois extremos: 10,7% dos jovens referiram não confiar de todo na polícia, face a 8,9% que referiram confiar plenamente. A *confiança na eficácia da polícia* apresentou uma consistência interna de .78, uma média de 4.32 e um desvio-padrão de 2.39, variando as respostas entre 1 e 9. A *satisfação com o trabalho da polícia* teve uma média de respostas de 3.11 e um desvio-padrão de 0.81: 13% dos jovens consideraram que a polícia fazia um mau ou um muito mau trabalho, 50,9% responderam de forma neutra e 36,1% referiram que a polícia fazia um bom ou um muito bom trabalho. Finalmente, quanto à *legitimidade da polícia*, obteve-se uma consistência interna de .61, uma média de 5.05 e um desvio-padrão de 2.05, tendo as respostas dos jovens variado entre 0 e 9.

**TABELA 2: Análise descritiva das variáveis dependentes do presente estudo**

	N	X	SD	Min.	Máx.
<i>Confiança na Polícia</i>	112	5.24	2.96	0	10
<i>Confiança na Eficácia da Polícia</i> (Alfa de Cronbach = .78)	114	4.32	2.30	0	9
<i>Satisfação com o trabalho da Polícia</i>	115	3.11	.814	1	5
<i>Legitimidade: obrigação de obedecer</i> (Alfa de Cronbach = .61)	116	5.05	2.05	0	9

### 3. Caraterização da amostra segundo as variáveis independentes em estudo

#### 3.1. Variáveis de insegurança objetiva e subjetiva

No que respeita à *vitimação*, foram realizadas tabelas de contingência de forma a compreender como é que a amostra se distribuía relativamente à *prevalência corrente*, tendo-se verificado que 33,3% dos indivíduos do sexo feminino já tinham sido vítimas de pelo menos um dos crimes listados, face a apenas 18,4% dos indivíduos do sexo masculino. Relativamente ao *medo do crime*, esta dimensão apresenta uma consistência interna de .64 e uma média de 1.81 e um desvio-padrão de 0.61: a maioria dos jovens reporta sentir-se segura ou muito segura quando caminha sozinha na sua zona de residência, quer durante o dia (99,1%), quer durante a noite (65,8%). Finalmente os itens que constituem a *preocupação com o crime* apresentaram uma consistência interna de .91, uma média de 1.74 e um desvio-padrão de 0.96, sendo que a grande maioria dos jovens reporta nunca se preocupar com essa possibilidade, face aos três tipos de crime considerados.

#### 3.2. Variáveis relativas a estilo de vida

Relativamente à *variedade da delinquência*, verifica-se que a amostra estudada apresentou uma média de 2.03 e um desvio-padrão de 2.56. Foram ainda realizadas tabelas de contingências para compreender como se comportava a amostra face a outras variáveis respeitantes à *delinquência*. Quanto à *prevalência cumulativa*, verificou-se que 32.2% dos indivíduos do sexo feminino praticaram pelo menos um dos crimes considerados, face a 25,2% dos indivíduos do sexo masculino. No que diz respeito à *prevalência corrente da delinquência*, constata-se que 28.4% dos indivíduos do sexo feminino praticaram pelo menos um ato delinquente no último ano, comparativamente a 20% dos indivíduos do sexo masculino. A dimensão das *atividades delinquentes*, apresentou uma consistência interna de .66, uma média de 1.14 e um desvio-padrão de 0.28, sendo que a maioria dos jovens reporta nunca praticar as atividades referidas.

### 3.3. Variáveis relativas à área de residência

As *desordens/incivilidades* apresentaram uma consistência interna de .87, uma média de 2.51 e um desvio-padrão de 1.00.

A *estabilidade residencial*, tendo sido composta apenas por um item, apresentou uma média de 3.34 e um desvio-padrão de 0.78, compreendendo-se que a maioria dos jovens (51,7%) reporta viver na sua área de residência desde sempre.

A *satisfação com a área de residência* apresentou uma consistência interna de .78, uma média de 3.73 e um desvio-padrão de 0.90 sendo que, a grande maioria dos jovens, se mostra satisfeita com a zona onde vive.

A dimensão das *expetativas em relação à área de residência* apresentou uma consistência interna de .67, uma média de 2.29 e um desvio-padrão de 0.43, com a maioria dos jovens a considerar que as condições da sua zona se mantiveram na mesma no último ano (62,1%) e que se iriam manter na mesma no ano seguinte (72,4%).

A *eficácia coletiva* é um construto composto por duas dimensões: por um lado a coesão social e, por outro lado, o controlo social informal. A dimensão da *coesão social* apresentou uma consistência interna de .86, uma média de 3.29 e um desvio-padrão de 1.01, com grande parte dos jovens a reportar a existência de uma elevada coesão social na sua área de residência, caracterizada por uma percepção da predisposição dos vizinhos em os ajudar a si e à sua família. Os itens relativos ao *controlo informal na área de residência* apresentaram uma consistência interna de .75, uma média de 2.95 e um desvio-padrão de 0.86, com a maioria dos jovens a reportar a existência de um baixo controlo informal na sua área de residência.

A *confiança geral* caracterizou-se por uma consistência interna de .69, média de 3.45 e um desvio-padrão de 1.92, tendo os jovens uma baixa confiança nas outras pessoas.

A *adesão às normas cívicas* apresentou uma consistência interna de .78, uma média de 2.98 e um desvio-padrão de 0.45, sendo que a maioria dos jovens reporta considerar errada ou muito errada grande parte dos comportamentos.

A *coprodução polícia-comunidade* foi um construto composto por quatro dimensões: encorajamento de esforços coletivos, envolvimento na resolução de problemas, visibilidade da polícia e satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência. Os itens do *encorajamento de esforços coletivos* apresentaram uma consistência interna de .80, uma média de 1.87 e desvio-padrão de 0.82, sendo que uma minoria dos jovens considera que a polícia não participa na sua comunidade de forma a encorajar esforços coletivos. O *envolvimento na resolução de problemas* apresentou uma consistência interna de .78, uma

média de 2.62 e um desvio-padrão de 0.96, com uma minoria dos jovens a considerar que os residentes da sua zona se envolviam na resolução de problemas. A dimensão da *visibilidade da polícia* apresentou uma consistência interna de .75, uma média de 2.61 e um desvio-padrão de 1.10, com os jovens divididos no que respeita à frequência com que os carros patrulha são visíveis na sua área de residência e com uma minoria dos jovens a considerar frequente a existência de patrulhamento a pé na sua zona. Quanto à *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*, esta dimensão apresentou uma consistência interna de .90, uma média de 2.94 e um desvio-padrão de 0.85, com respostas neutras por parte dos jovens à maioria dos itens.

### 3.4. Variáveis relativas à polícia

Relativamente à *confiança na justiça distributiva da polícia*, 47,4% dos jovens referem que a polícia trata ricos e pobres de forma diferente, face a 52,6% dos jovens que referem que trata ricos e pobres da mesma maneira.

Quanto à *confiança na justiça procedimental*, esta apresentou uma consistência interna de .65, uma média de 2.29 e um desvio-padrão de 0.64, com a maioria dos jovens a responder “algumas vezes” ou “frequentemente” aos itens.

Os itens incluídos no *alinhamento moral* apresentaram uma consistência interna de .77, uma média de 3.01 e um desvio-padrão de 0.68, com os jovens a posicionarem-se tendencialmente de forma neutra na resposta a estes itens.

Para a *legalidade da ação policial* a média da amostra foi de 4.31, com um desvio-padrão de 2.50, existindo respostas extremas: 7,3% dos jovens referem que a polícia aceita sempre subornos, face a 2,7% dos jovens que referem que isso nunca acontece.

A *responsabilização da polícia* apresentou uma consistência interna de .58, uma média de 2.78 e desvio-padrão de 0.91, com a maioria dos jovens a responder de forma negativa ou neutra aos itens.

Para a *cooperação com a polícia* compreende-se que 3,5% dos jovens consideram ser nada provável chamarem a polícia caso assistam a um roubo na rua, 63,8% reportam ser pouco provável ou provável e 32,7% referem ser muito provável.

O *cinismo legal* apresentou uma consistência interna de .72, uma média de 3.05 e um desvio-padrão de 0.58: a maioria dos jovens tende a discordar ou a posicionar-se de forma neutra em afirmações de ligeira oposição à polícia e à lei.

Ao nível dos *contatos com a polícia*, no que respeita à *prevalência dos contatos*, a maioria dos jovens não teve contatos voluntários (exceto para pedir informações), nem contatos compulsivos com a polícia no último ano.

No que respeita à *satisfação com os contatos voluntários*, os seus itens apresentaram uma consistência interna de .90, uma média de 3.33 e um desvio-padrão de 1.06, sendo que a maioria dos jovens manifesta ter ficado satisfeita no que respeita a ter pedido informações à polícia e a ter reportado um crime.

Finalmente, no que respeita à *satisfação com os contatos compulsivos*, esta apresentou uma consistência interna de .86, uma média de 2.93 e um desvio-padrão de 1.04, verificando-se que a satisfação dos jovens com estes contatos foi maior apenas para a situação em que a polícia os contactou para lhes pedir informações.

#### **4. Relações entre as variáveis**

Importará agora apresentar os resultados relativos à forma como as variáveis se relacionam entre si. Para tal, analisamos os valores do Coeficiente de Correlação de Spearman (uma vez que não se verificaram os pressupostos para a utilização de testes paramétricos)<sup>23</sup>. Atendendo a que o presente estudo é composto por diversas variáveis, apresentaremos apenas as correlações entre variáveis dependentes e independentes que se mostraram estatisticamente significativas.

##### **4.1. Relações com as variáveis sociodemográficas**

As variáveis dependentes não mostraram ter qualquer relação com as variáveis sociodemográficas (*idade, género, estatuto socioeconómico e tipo de percurso escolar*).

##### **4.2. Relações com as variáveis de insegurança objetiva e subjetiva**

Verificou-se que a *confiança na eficácia da polícia* se relaciona negativamente com o *medo do crime* ( $r = -.212$ ). Assim, jovens mais inseguros tendem a confiar menos na eficácia da polícia (Tabela 3).

##### **4.3. Relações com as variáveis de estilo de vida**

A *confiança na polícia* relaciona-se negativamente com a *delinquência* ( $r = -.268$ ) e a *legitimidade da polícia* relaciona-se negativamente com a *delinquência* ( $r = -.289$ ) e com as *atividades delinquentes* ( $r = -.193$ ) (Tabela 3). Assim, jovens que têm uma menor variedade na delinquência tendem a ter uma maior confiança na polícia e a reconhecer a polícia como

---

<sup>23</sup> Tendo em conta um nível de significância de \*.05 e \*\*.01.

legítima, sentindo por isso um maior dever de obediência. Os jovens que praticam menos atividades delinquentes com o grupo de pares reconhecem uma maior legitimidade à polícia, sentindo um maior dever de obediência.

**TABELA 3: Correlações entre variáveis de segurança objetiva e subjetiva, variáveis de estilo de vida e variáveis dependentes**

	Variáveis de insegurança objetiva e subjetiva			Variáveis de estilo de vida	
	Vitimação	Preocupação com o crime	Medo do crime	Delinquência	Atividades delinquentes
<b>Confiança na polícia</b>	-.141	-.072	-.104	<b>-.268**</b>	-.155
<b>Confiança na eficácia da polícia</b>	-.139	-.094	<b>-.212*</b>	-.002	-.110
<b>Satisfação com o trabalho da Polícia</b>	-.162	-.074	-.138	-.151	-.171
<b>Legitimidade: obrigação de obedecer</b>	-.065	.025	-.015	<b>-.289**</b>	<b>-.193*</b>

#### 4.4. Relações com as variáveis relativas à área de residência

A *confiança na polícia* relaciona-se positivamente com o *controle informal na área de residência* ( $r = .201$ ), com a *confiança geral* ( $r = .360$ ), com a *adesão às normas cívicas* ( $r = .321$ ), com o *envolvimento na resolução de problemas* ( $r = .253$ ) e com a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência* ( $r = .370$ ) (Tabela 4). Assim, jovens que confiam mais na polícia tendem a aderir mais às normas cívicas e a confiar mais nos outros, a viver em áreas residenciais onde existe um maior controle informal e um maior envolvimento dos residentes para solucionar os problemas, sendo ainda jovens que estão mais satisfeitos com o envolvimento da polícia na sua zona.

A *confiança na eficácia da polícia* relacionou-se positivamente com a *confiança geral* ( $r = .412$ ), com a *adesão às normas cívicas* ( $r = .284$ ), com o *encorajamento de esforços coletivos* ( $r = .194$ ), com o *envolvimento na resolução de problemas* ( $r = .250$ ) e com a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência* ( $r = .362$ ) (Tabela 4). Deste modo, jovens que confiam na eficácia da polícia tendem a aderir mais às normas cívicas e a confiar mais nos outros, vivendo em áreas de residência onde existem esforços coletivos e onde existe um envolvimento dos residentes na resolução de problemas, estando mais satisfeitos com o envolvimento da polícia na sua zona.



**TABELA 4: Correlações entre variáveis relativas à área de residência e variáveis dependentes**

	Variáveis relativas à área de residência							
	Eficácia coletiva				Coprodução polícia comunidade			
	Coesão social	Controlo informal na área de residência	Confiança geral	Adesão às normas cívicas	Encorajamento de esforços coletivos	Envolvimento na resolução de problemas	Visibilidade da polícia	Satisfação c/o envolvimento da polícia na área de residência
<b>Confiança na polícia</b>	.131	<b>.201*</b>	<b>.360**</b>	<b>.321**</b>	.178	<b>.253**</b>	.135	<b>.370**</b>
<b>Confiança na eficácia da polícia</b>	.132	.146	<b>.412**</b>	<b>.284**</b>	<b>.194*</b>	<b>.250**</b>	.162	<b>.362**</b>
<b>Satisfação com o trabalho da polícia</b>	.153	.166	<b>.358**</b>	<b>.292**</b>	.119	<b>.283**</b>	.080	<b>.422**</b>
<b>Legitimidade: obrigação de obedecer</b>	.071	.054	<b>.277**</b>	.133	.024	.174	.005	.126

A *satisfação com o trabalho da polícia* relacionou-se positivamente com a *confiança geral* ( $r = .358$ ), com a *adesão às normas cívicas* ( $r = .292$ ), com o *envolvimento na resolução de problemas* ( $r = .283$ ) e com a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência* ( $r = .422$ ) (Tabela 4). Desta forma, jovens mais satisfeitos com o trabalho da polícia tendem a ter uma maior confiança em geral, a aderir às normas cívicas, a perceber um envolvimento dos residentes na resolução de problemas na sua zona e a estar mais satisfeitos com o envolvimento da polícia na sua área de residência.

Finalmente, a *legitimidade da polícia* relacionou-se positivamente apenas com a *confiança geral* ( $r = .277$ ) (Tabela 4). Assim, jovens que percebem uma maior legitimidade da polícia tendem a confiar mais nos outros em geral.

#### 4.5. Relações com as variáveis relativas à polícia

Primeiramente, antes de apresentar as correlações entre variáveis dependentes e restantes variáveis relativas à polícia, importará apresentar as correlações entre as variáveis dependentes.

Todas as variáveis dependentes se encontram correlacionadas entre si (Tabela 5). Desta forma, jovens que confiam mais na polícia tendem a confiar também na sua eficácia, a estar satisfeitos com o seu trabalho e a sentir um maior dever de obediência pelo reconhecimento da sua legitimidade.

**TABELA 5: Correlações entre as variáveis dependentes**

	Confiança na polícia	Confiança na Eficácia da polícia	Satisfação com o trabalho da polícia	Legitimidade: obrigação de obedecer
Confiança na polícia	1	<b>.653**</b>	<b>.611**</b>	<b>.318**</b>
Confiança na eficácia da polícia	-	1	<b>.497**</b>	<b>.195*</b>
Satisfação com o trabalho da polícia	-	-	1	<b>.231*</b>
Legitimidade: obrigação de obedecer	-	-	-	1

No que concerne às correlações entre as variáveis dependentes e as restantes variáveis relativas à polícia, a *confiança na polícia* encontra-se positivamente relacionada com a *confiança na justiça distributiva* ( $r = .205$ ), com a *confiança na justiça procedimental* ( $r = .420$ ), com o *alinhamento moral* ( $r = .329$ ), com a *legalidade da ação policial* ( $r = .243$ ), com

a responsabilização da polícia ( $r = .312$ ), com a cooperação com a polícia ( $r = .192$ ), com a satisfação com os contatos voluntários com a polícia ( $r = .293$ ) e com a satisfação com os contatos compulsivos ( $r = .503$ ). A confiança na polícia relacionou-se ainda negativamente com a prevalência dos contatos compulsivos com a polícia ( $r = -.222$ ) (Tabela 6). Assim, os jovens que confiam na polícia tendem a confiar na sua justiça distributiva e procedimental, a estar moralmente alinhados com ela, a considerarem as ações da polícia legais, a acharem que a polícia é responsabilizada quando age de forma irregular, a cooperarem com esta, a estarem satisfeitos com os contatos voluntários e compulsivos com a polícia e a terem menos contatos compulsivos com esta.

**TABELA 6: Correlações entre variáveis dependentes e variáveis relativas à polícia**

	Confiança na polícia	Confiança na eficácia da polícia	Satisfação com o trabalho da polícia	Legitimidade: obrigação de obedecer
Confiança na justiça distributiva	<b>.205*</b>	.172	<b>.268**</b>	.128
Confiança na justiça procedimental	<b>.420**</b>	<b>.370**</b>	<b>.503**</b>	<b>.207*</b>
Alinhamento moral	<b>.329**</b>	<b>.355**</b>	<b>.400**</b>	<b>.290**</b>
Legalidade da ação policial	<b>.243*</b>	.164	<b>.308**</b>	.060
Responsabilização da polícia	<b>.312**</b>	<b>.280**</b>	<b>.229*</b>	<b>.258**</b>
Cinismo legal	-.161	<b>-.234*</b>	-.114	-.085
Cooperação com a polícia	<b>.192*</b>	<b>.204*</b>	<b>.209*</b>	.119
Prevalência de contatos voluntários com a polícia	-.102	-.117	.081	.081
Satisfação com os contatos voluntários com a polícia	<b>.293*</b>	<b>.271*</b>	<b>.472**</b>	-.068
Prevalência de contatos compulsivos com a polícia	<b>-.222*</b>	-.096	-.035	-.035
Satisfação com os contatos compulsivos com a polícia	<b>.503**</b>	<b>.446**</b>	<b>.575**</b>	.181

A *confiança na eficácia da polícia* está positivamente relacionada com a *confiança na justiça procedimental* ( $r = .370$ ), com o *alinhamento moral* ( $r = .355$ ), com a *responsabilização da polícia* ( $r = .280$ ), com a *cooperação com a polícia* ( $r = .204$ ), com a *satisfação com os contatos voluntários* ( $r = .271$ ) e com a *satisfação com os contatos compulsivos* ( $r = .446$ ). Pelo contrário, a *confiança na eficácia da polícia* está negativamente relacionada com o *cinismo legal* ( $r = -.234$ ) (Tabela 6). Assim, jovens que confiam na eficácia da polícia, confiam mais na sua justiça procedimental, estão moralmente alinhados com ela, acreditam na sua responsabilização em casos de má conduta, cooperam mais e estão mais satisfeitos com os contatos, quer voluntários, quer compulsivos, sendo ainda menos cínicos em relação à polícia e à lei.

A *satisfação com o trabalho da polícia* encontra-se positivamente correlacionada com a *confiança na justiça distributiva* ( $r = .268$ ) e *procedimental* ( $r = .503$ ), com o *alinhamento moral* ( $r = .400$ ), com a *legalidade da ação policial* ( $r = .308$ ), com a *responsabilização da polícia* ( $r = .229$ ), com a *cooperação com a polícia* ( $r = .209$ ) e com a *satisfação com os contatos voluntários* ( $r = .472$ ) e *compulsivos* ( $r = .575$ ) (Tabela 6). Desta forma, os jovens que estão mais satisfeitos com a polícia tendem a confiar mais na sua justiça procedimental e distributiva, tendem a ter um maior alinhamento moral com a instituição, a considerar a sua ação legal, a considerar que a polícia é responsabilizada por má conduta, a cooperarem com esta e a estarem mais satisfeitos com os contatos voluntários e compulsivos com a polícia.

Finalmente, no que respeita à *legitimidade da polícia*, esta relaciona-se com a *confiança na justiça procedimental* ( $r = .207$ ), com o *alinhamento moral* ( $r = .290$ ) e com a *responsabilização da polícia* ( $r = .258$ ) (Tabela 6). Assim, jovens que consideram a polícia mais legítima, tendem a confiar mais na sua justiça procedimental, a ter um maior alinhamento moral com esta e a acreditar que a polícia é responsabilizada sempre que age incorretamente.

## **5. Variáveis preditoras da confiança na polícia, da confiança na eficácia da polícia, da satisfação com o trabalho da polícia e da legitimidade da polícia**

Para compreender as variáveis independentes que melhor explicam as variáveis dependentes, foram realizados Modelos de Regressão Linear. As variáveis dependentes em estudo foram testadas em função de cinco modelos preditivos: variáveis sociodemográficas, variáveis de insegurança objetiva e subjetiva, variáveis de estilo de vida, variáveis relativas à área de residência e variáveis relativas à polícia. Procurou-se compreender, em cada modelo,

as variáveis independentes que se mostravam preditoras das variáveis dependentes, para as incluir num modelo final, com todas as variáveis que se mostraram estatisticamente significativas. Para aferir a significância estatística, quer dos modelos, quer das variáveis preditoras, utilizaram-se valores de  $\alpha = .05$ .

## **5.1. Variáveis preditoras da confiança na polícia**

### **5.1.1. Modelos parcelares**

O modelo preditivo da confiança na polícia com base nas variáveis sociodemográficas não mostrou poder estatístico ( $p = .402$ ) (Anexo I: Tabela 1).

O modelo preditivo da confiança na polícia com base nas variáveis de insegurança objetiva e subjetiva não se mostrou estatisticamente significativo ( $p = .549$ ) (Anexo I: Tabela 2).

O modelo preditivo da confiança na polícia com base nas variáveis de estilo de vida, apresentou um poder explicativo de apenas de 5%, mostrando-se estatisticamente significativo ( $p = .014$ ). Contudo, nenhuma das variáveis de estilo de vida mostrou ser explicativa da confiança dos jovens na polícia (Anexo I: Tabela 3).

O modelo com base nas variáveis relativas à área de residência explicou 40% da confiança na polícia, sendo estatisticamente significativo ( $p = .000$ ). A *confiança geral* ( $p = .000$ ), a *coesão social* ( $p = .054$ ), a *adesão às normas cívicas* ( $p = .001$ ) e a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência* ( $p = .007$ ) mostraram ter poder preditivo da confiança dos jovens na polícia (Anexo I: Tabela 4).

O modelo de explicação da confiança na polícia com base nas variáveis relativas à polícia apresentou um poder explicativo de 64%, sendo um modelo com significado estatístico ( $p = .000$ ). A *confiança na eficácia da polícia* ( $p = .009$ ) e a *satisfação com o trabalho da polícia* ( $p = .036$ ) foram as variáveis que mostraram ter um poder explicativo na confiança dos jovens na polícia (Anexo I: Tabela 5).

### **5.1.2. Modelo final**

No modelo final para a confiança na polícia foram introduzidas todas as variáveis que mostraram ter um poder explicativo (significado estatístico) nos modelos anteriores: a *coesão social*, a *confiança geral*, a *adesão às normas cívicas*, a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*, a *confiança na eficácia da polícia* e a *satisfação com o trabalho da polícia*. Dada a relevância das variáveis relativas à polícia no contexto da variável

dependente em causa, optamos por realizar um modelo de regressão hierárquico, em que estas foram as primeiras a ser inseridas (Tabela 7).

**TABELA 7: Modelo final de explicação da confiança dos jovens na polícia<sup>24</sup>**

	Modelo 1			Modelo 2		
	B	SE	Beta	B	SE	Beta
(Constante)	-1.495	.829		-4.091	1.551	
Confiança na eficácia da polícia	.583	.101	<b>.455***</b>	.489	.107	<b>.382***</b>
Satisfação com o trabalho da polícia	1.341	.295	<b>.357***</b>	1.057	.320	<b>.282***</b>
Coesão social				-.217	.218	-.074
Confiança geral				.156	.124	.102
Adesão às normas cívicas				1.019	.482	<b>.153*</b>
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência				.351	.267	.101
	<b>R<sup>2</sup> = .495; F = 53.02; p = .000</b>			<b>R<sup>2</sup> = .527; F = 19.34; p = .000</b>		

Relativamente ao primeiro modelo, onde foram inseridas apenas as variáveis relativas à polícia, este teve um  $R^2 = .495$  explicando assim cerca de 50% da variância total da confiança dos jovens na polícia. Este modelo mostrou-se estatisticamente significativo ( $p = .000$ ) e todas as variáveis mostraram ter um poder explicativo na confiança da polícia: *eficácia da polícia* (.000) e *satisfação com o trabalho da polícia* (.000). No que respeita ao segundo modelo, inseriram-se as variáveis relativas à área de residência, tendo este apresentado um  $R^2 = .527$  e um  $p.value = .000$ : o modelo explica assim cerca de 53% da variância total da confiança dos jovens na polícia, sendo um modelo estatisticamente significativo. As variáveis que mostraram ter um poder preditivo no modelo foram a *eficácia da polícia* (.000), a *satisfação com o trabalho da polícia* (.001) e a *adesão às normas cívicas* (.037).

Assim, podemos concluir que as variáveis independentes mais importantes para a confiança dos jovens na polícia, por ordem de relevância, são a satisfação com o trabalho da polícia ( $B = 1.057$ ), a adesão às normas cívicas ( $B = 1.019$ ) e a eficácia da polícia ( $B = .489$ ).

<sup>24</sup> **Nota:** B, SE e Beta significam coeficientes não estandardizados, desvio-padrão e coeficientes estandardizados, respetivamente. os níveis de significância para o modelo são  $*p < .05$ ;  $**p < .01$  e  $***p < .001$

## 5.2. Variáveis preditoras da confiança na eficácia da polícia

### 5.2.1. Modelos parcelares

O modelo da confiança na eficácia da polícia com base nas variáveis sociodemográficas não teve significado estatístico ( $p = .149$ ). Apenas o género mostrou ter um poder preditivo da confiança dos jovens na eficácia da polícia; contudo, por se tratar de um modelo sem significado estatístico, não iremos incluir o género no modelo explicativo final (Anexo II: Tabela 1).

O modelo com base nas variáveis de insegurança objetiva e subjetiva não se mostrou estatisticamente significativo ( $p = .067$ ). Apenas o medo do crime se mostrou uma variável preditora neste modelo ( $p = .043$ ) que, ainda assim, não iremos inserir no modelo final de predição da confiança na eficácia, uma vez que advém de um modelo sem significado estatístico (Anexo II: Tabela 2).

No que respeita às variáveis de estilo de vida na predição da confiança na eficácia da polícia, para além se tratar de um modelo sem poder estatístico ( $p = .411$ ), nenhuma das variáveis mostrou ter um poder preditivo da variável dependente (Anexo II: Tabela 3).

O modelo com base nas variáveis relativas à área de residência apresentou um poder explicativo da confiança dos jovens na eficácia da polícia de 38%, sendo um modelo com significado estatístico ( $p = .000$ ). As variáveis com um poder preditivo desta variável dependente foram as *expetativas em relação à área de residência* ( $p = .005$ ), a *confiança geral* ( $p = .000$ ), a *coesão social* ( $p = .052$ ) e a *adesão às normas cívicas* ( $p = .007$ ) (Anexo II: Tabela 4).

O modelo explicativo da confiança dos jovens na eficácia da polícia com base nas variáveis relativas à polícia teve um poder explicativo de 46%, tratando-se de um modelo estatisticamente significativo ( $p = .007$ ). As variáveis que se mostraram preditoras da confiança na eficácia foram o *cinismo legal* ( $p = .020$ ) e a *satisfação com o trabalho da polícia* ( $p = .023$ ) (Anexo II: Tabela 5).

### 5.2.2. Modelo final

No modelo final para a confiança dos jovens na eficácia da polícia foram introduzidas todas as variáveis que mostraram ter um poder explicativo (significado estatístico) nos modelos anteriores: as *expetativas para a área de residência*, a *confiança geral*, a *coesão social*, a *adesão às normas cívicas*, o *cinismo legal* e a *satisfação com o trabalho da polícia*. As variáveis relativas à área de residência assumem uma maior importância no contexto da

variável dependente em causa, sendo introduzidas primeiramente no modelo de regressão hierárquico (Tabela 8).

**TABELA 8: Modelo final de explicação da confiança dos jovens na eficácia da polícia<sup>25</sup>**

	Modelo 1			Modelo 2		
	B	SE	Beta	B	SE	Beta
(Constante)	-3.876	1.536		-2.458	1.848	
Expetativas para a área de residência	1.685	.437	<b>.315***</b>	1.282	.430	<b>.240**</b>
Confiança geral	.475	.102	<b>.399***</b>	.314	.107	<b>.264**</b>
Coesão social	-.305	.199	-.135	-.281	.190	-.124
Adesão às normas cívicas	1.230	.417	<b>.236**</b>	.891	.411	<b>.171*</b>
Cinismo legal				-.523	.312	-.133
Satisfação com o trabalho da polícia				.830	.244	<b>.294***</b>
	<b>R<sup>2</sup> = .321; F = 12.74; p = .000</b>			<b>R<sup>2</sup> = .397; F = 11.63; p = .000</b>		

Assim, no primeiro modelo, foram inseridas as variáveis relativas à área de residência. O  $R^2 = .329$  e o  $p.value = .000$  demonstram tratar-se de um modelo que explica cerca de 33% da variação da confiança dos jovens na eficácia da polícia, tratando-se de um modelo estatisticamente significativo. As *expetativas em relação à área de residência* (.000), a *confiança geral* (.000) e a *adesão às normas cívicas* (.004) foram as variáveis que mostraram ter poder preditivo da confiança dos jovens na eficácia da polícia. No que respeita ao segundo modelo, as variáveis inseridas foram as relativas à polícia. O modelo apresentou um  $R^2 = .407$  e um  $p.value = .000$ , pelo que se trata de um modelo estatisticamente significativo e que explica cerca de 41% da variação da confiança dos jovens na eficácia na polícia. As *expetativas em relação à área de residência* (.004), a *confiança geral* (.004), a *adesão às normas cívicas* (.033) e a *satisfação com o trabalho da polícia* (.001) foram as variáveis independentes responsáveis por esta variação da confiança dos jovens na eficácia da polícia.

Desta forma, podemos concluir que a variável independente mais importante na predição da confiança dos jovens na eficácia da polícia é as *expetativas em relação à área de residência*

<sup>25</sup> **Nota:** B, SE e Beta significam coeficientes não estandardizados, desvio-padrão e coeficientes estandardizados, respetivamente. os níveis de significância para o modelo são \* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$  e \*\*\* $p < .001$



( $B = 1.282$ ), seguida da adesão às normas cívicas ( $B = .891$ ), da satisfação com o trabalho da polícia ( $B = .830$ ) e da confiança geral ( $B = .314$ ).

### **5.3. Variáveis preditoras da satisfação com o trabalho da polícia**

#### **5.3.1. Modelos parcelares**

O modelo de predição da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia com base nas variáveis sociodemográficas não se mostrou estatisticamente significativo ( $p = .220$ ), nem nenhuma das variáveis apresentou um poder preditivo (Anexo III: Tabela 1).

O modelo com base nas variáveis de insegurança objetiva e subjetiva não teve significado estatístico ( $p = .259$ ) e nenhuma das variáveis se mostrou preditora da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia (Anexo III: Tabela 2).

O modelo de predição da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia com base nas variáveis de estilo de vida não se mostrou estatisticamente significativo ( $p = .080$ ) e nenhuma das variáveis se mostrou poder preditivo (Anexo III: Tabela 3).

O modelo com base nas variáveis relativas à área de residência para a explicação da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia, mostrou-se significativo ( $p = .000$ ) e com um poder explicativo de 40% (Anexo III: Tabela 4). A *confiança geral* ( $p = .000$ ), a *adesão às normas cívicas* ( $p = .029$ ) e a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência* ( $p = .000$ ) mostraram ter poder preditivo da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia.

Os resultados do modelo para a satisfação dos jovens com o trabalho da polícia, com base nas variáveis relativas à polícia, mostram que este teve um poder explicativo de 71%, mostrando-se estatisticamente significativo ( $p = .000$ ) (Anexo III: Tabela 5). Neste modelo, apenas a *confiança na eficácia da polícia* ( $p = .023$ ), a *confiança na justiça distributiva* ( $p = .057$ ), a *confiança na justiça procedimental* ( $p = .006$ ), o *cinismo legal* ( $p = .007$ ) e a *satisfação com os contatos compulsivos com a polícia* ( $p = .041$ ) foram as variáveis que mostraram ter um poder preditivo da satisfação com o trabalho da polícia.

#### **5.3.2. Modelo final**

No modelo final para a satisfação dos jovens com o trabalho da polícia foram introduzidas todas as variáveis que mostraram ter um poder explicativo (significado estatístico) nos modelos anteriores: a *confiança geral*, a *adesão às normas cívicas*, a *satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência*, a *confiança na eficácia da polícia*, a *confiança na justiça distributiva*, a *confiança na justiça procedimental*, o *cinismo legal* e a *satisfação*

com os contatos compulsivos. As variáveis relativas à polícia assumem uma maior importância no contexto da variável dependente em causa, tendo sido primeiramente inseridas no modelo de regressão hierárquico (Tabela 9).

**TABELA 9: Modelo final de explicação da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia<sup>26</sup>**

	Modelo 1			Modelo 2		
	B	SE	Beta	B	SE	Beta
(Constante)	-.392	.563		-.471	.667	
Confiança na eficácia	.099	.041	<b>.267*</b>	.102	.044	<b>.274*</b>
Confiança na justiça distributiva	.217	.160	.131	.223	.167	.135
Confiança na justiça procedimental	.401	.116	<b>.334***</b>	.395	.141	<b>.329**</b>
Cinismo legal	.318	.122	<b>.250*</b>	.278	.126	<b>.219*</b>
Satisfação com os contatos compulsivos	.309	.085	<b>.391***</b>	.308	.085	<b>.390***</b>
Confiança geral				-.054	.059	-.113
Adesão às normas cívicas				.005	.181	.003
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência				.128	.095	.142
	<b>R<sup>2</sup> = .586; F = 14.10; p = .000</b>			<b>R<sup>2</sup> = .615; F = 9.40; p = .000</b>		

No primeiro modelo, as variáveis inseridas foram as relativas à polícia. Este modelo teve um  $R^2 = .585$  e um  $p.value = .000$ : trata-se de um modelo cujas variáveis independentes explicam cerca de 59% da variação da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia e estatisticamente significativo. As variáveis *confiança na eficácia da polícia* (.019), *confiança na justiça procedimental* (.001), *cinismo legal* (.012) e *satisfação com os contatos compulsivos* (.001) mostraram ser preditoras no modelo. No segundo modelo foram introduzidas variáveis relativas à área de residência, tendo-se obtido um  $R^2 = .615$  e um  $p.value = .000$ : trata-se de um modelo estatisticamente significativo, cujas variáveis independentes explicam cerca de 62% da variação na satisfação dos jovens com o trabalho da polícia. A *confiança na eficácia da polícia* (.024), a *confiança na justiça procedimental*

<sup>26</sup> **Nota:** B, SE e Beta significam coeficientes não estandardizados, desvio-padrão e coeficientes estandardizados, respetivamente. os níveis de significância para o modelo são \* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$  e \*\*\* $p < .001$

(.007), o *cinismo legal* (.031) e a *satisfação com os contatos compulsivos com a polícia* (.001) foram as variáveis independentes que mostraram ter um poder preditivo no modelo.

Desta forma, podemos concluir que a confiança na justiça procedimental ( $B = .395$ ) é a variável independente mais importante na predição da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia, seguida da satisfação com os contatos compulsivos com a polícia ( $B = .308$ ), do cinismo legal ( $B = .278$ ) e da confiança na eficácia da polícia ( $B = .102$ ).

#### **5.4. Variáveis preditoras da legitimidade da polícia**

##### **5.4.1. Modelos parcelares**

O modelo com base nas variáveis sociodemográficas não apresentou significado estatístico ( $p = .244$ ). Contudo, mesmo que fosse estatisticamente significativo, nenhuma das variáveis sociodemográficas mostrou ter poder explicativo na legitimidade da polícia (Anexo IV: Tabela 1).

Analisando o modelo com base nas variáveis de insegurança objetiva e subjetiva, compreende-se que este não é estatisticamente significativo ( $p = .922$ ): nenhuma das variáveis mostrou ter poder preditivo na legitimidade da polícia (Anexo IV: Tabela 2).

No que respeita às variáveis de estilo de vida na previsão da legitimidade da polícia, este modelo teve um poder explicativo de 9%, mostrando-se estatisticamente significativo ( $p = .005$ ) (Anexo IV: Tabela 3). A *variedade da delinquência* mostrou ter poder preditivo da legitimidade da polícia ( $p = .006$ ).

No que respeita ao modelo com base nas variáveis relativas à área de residência, este é estatisticamente significativo ( $p = .046$ ) com um poder explicativo de 18% (Anexo IV: Tabela 4). Neste modelo, apenas a *confiança geral* mostrou ter um poder preditivo da legitimidade da polícia ( $p = .003$ ).

Finalmente, no que respeita às variáveis relativas à polícia, este modelo não se mostrou estatisticamente significativo ( $p = .605$ ) e nenhuma das variáveis se mostrou preditora da legitimidade da polícia (Anexo IV: Tabela 5). Contudo, atendendo à relevância da variável dependente e à literatura científica internacional, reconhecemos que seria importante uma eventual redução das variáveis relativas à polícia introduzidas neste modelo, uma vez que apenas um conjunto restrito de variáveis é reconhecido como sendo preditor da legitimidade da polícia. Atendendo ao exposto, optou-se por testar apenas aquele que se considera ser o núcleo duro das variáveis que poderão ter um poder explicativo na legitimidade, considerando o estado da arte. Assim, as variáveis da *confiança na eficácia da polícia*, da *confiança na*

*justiça procedimental da polícia*, da *confiança na justiça distributiva da polícia*, do *alinhamento moral* e da *legalidade da ação policial* foram inseridas num modelo. Este modelo mostrou ter um poder explicativo da legitimidade da polícia de 13%, sendo estatisticamente significativo ( $p = .011$ ) (Anexo IV: Tabela 6). A única variável que mostrou ter um poder preditor na legitimidade da polícia foi o *alinhamento moral* ( $p = .006$ ).

#### 5.4.2. Modelo final

No modelo final para a legitimidade da polícia foram introduzidas todas as variáveis que mostraram ter um poder explicativo (significado estatístico) nos modelos anteriores: a *variedade da delinquência*, a *confiança geral* e o *alinhamento moral*. Como se trata apenas de três variáveis e provenientes de três grupos distintos, neste caso em específico iremos entrar com as variáveis no modelo de regressão em conjunto, não recorrendo por isso ao modelo hierárquico (Tabela 10).

**TABELA 10: Modelo final de explicação da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia**

	Modelo 1		
	B	SE	Beta
(Constante)	2.413	.812	
Delinquência	-.184	.067	-.234**
Confiança geral	.226	.092	.215*
Alinhamento moral	.753	.258	.253**

$$R^2 = .222; F = 10.54; p = .000$$

Introduzidas as variáveis que mostraram ter poder estatístico na predição da legitimidade da polícia, o modelo apresentou um  $R^2 = .222$  e um  $p.value = .000$ . Assim, trata-se de um modelo estatisticamente significativo, que explica 22% da variação da legitimidade da polícia. A variedade da delinquência (.007), a confiança geral (.015) e o *alinhamento moral* (.004) mostraram ter poder preditivo no sentido de obrigação de obedecer dos jovens à polícia.

Desta forma, podemos concluir que o alinhamento moral ( $B = .753$ ) é a variável independente mais importante da legitimidade da polícia, ou seja, do dever de obediência dos jovens em relação à polícia, seguindo-se a confiança geral ( $B = .226$ ) e a variedade da delinquência ( $B = -.184$ ).

## II. Resultados qualitativos obtidos através da aplicação dos *focus group*

Com o objetivo de compreender a relação entre jovens e polícia, realizaram-se dois *focus group*. O primeiro *focus group* foi composto por cinco rapazes e três raparigas e decorreu de forma constante e sem interrupções, tendo-se verificado uma participação equitativa dos jovens, excetuando uma jovem que participava apenas quando se solicitada a sua intervenção e um jovem que parecia ser mais reservado e cujas intervenções eram feitas de forma mais pontual. O segundo *focus group*, composto por três rapazes e quatro raparigas, que participaram de forma equitativa decorreu em duas partes devido a uma interrupção por motivos relacionados com as atividades da escola, tendo os jovens concordado em continuar a participar após a mesma.

Passando à apresentação dos resultados, os mesmos podem organizar-se em três eixos temáticos principais que, por sua vez, se podem dividir em subtemas: 1) *Imagem da polícia*, 2) *Autoridade e legitimidade da polícia* e 2) *Relação entre jovens e polícia*. Para cada um deles apresentaremos os principais resultados, justificando com excertos da transcrição sempre que considerarmos que tal se justifique.

### 1. Imagem da polícia

Os *focus group* foram iniciados com um desencadeador, que consistiu em pedir aos jovens que dissessem quais as palavras que associavam à polícia. Atendendo às características deste tipo de questão, os dados recolhidos através dela mereceram um tratamento diferenciado. Os enunciados referidos pelos jovens podem ser organizados em cinco categorias: atividades, “símbolos”, valores, condutas transgressivas e outros.

Quanto à categoria “atividades” as palavras expressas foram “*multas*”, “*prender pessoas*” e “*educar os delinquentes de forma mais segura*”, tendo sido, ainda, referidas as palavras “*água*” e “*patrulha*”. Analisando estas expressões, as atividades comumente associadas pelos jovens à polícia tendem a ser atividades rotineiras. Contudo, “*água*” não é uma palavra rotineira uma vez que, quando explorado o seu significado junto dos jovens, se compreendeu que estava relacionada com uma intervenção repressiva da polícia no contexto das manifestações. O mesmo se passa em relação à “*patrulha*”, associada ao policiamento das áreas de residência dos jovens.

Relativamente aos “*símbolos*” os jovens referiram as armas utilizadas pela polícia, como “*pistolas*” e “*cassetetes*”, assim como a terminologia utilizada para descrever a atuação da polícia no seu meio, mais precisamente, a “*carrinha*” na descrição da patrulha. Assim, percebe-se que um dos grupos referenciou elementos genéricos, enquanto que o outro grupo

referiu palavras muito específicas, associadas a contextos muito particulares de atuação da polícia (as áreas de residência de habitação social).

Quanto a valores da polícia, o “*respeito*”, a “*segurança*”, a referência à polícia como um “*um agente da autoridade*” e as “*leis*” foram os elementos mencionados.

Nas associações às condutas transgressivas da polícia os jovens referiram a “*corrupção*” e o “*tráfico*”.

Para além das associações referidas, surgiram outras palavras relativas à polícia no segundo grupo (como “*puta que os pariu*” e “*não quero saber deles para nada*”), que denotam a existência de uma atitude hostil de uma jovem relativamente à polícia.

Este exercício de associação permitiu observar alguns dos vetores-chave da estruturação do discurso dos jovens sobre a polícia ao longo dos *focus group*: a ambivalência da imagem da polícia entre lei e transgressão, o predomínio de uma imagem repressiva e autoritária e a hostilidade.

Antes de analisar de forma mais detalhada a imagem da polícia, importa ter em consideração o que, a partir dos discursos dos jovens, se entende por “imagem da polícia”. Esta desdobra-se em polícia enquanto instituição e, sobretudo, em polícia enquanto configuração integradora dos múltiplos agentes policiais que os jovens observam ou com quem interagiram direta ou indiretamente em algum momento das suas vidas. Aliás, em ambos os *focus group*, e por diversas vezes, esta distinção foi feita. Os jovens referiram que “*há polícias e polícias*”, designadamente “*polícias mais simpáticos, (...) acessíveis...*” e “*outros (...) mesmo arrogantes...*”, referindo mesmo que “*há de tudo...*”. Os jovens consideram que este facto se relaciona com a personalidade da pessoa em causa. Esta imagem também se reflete ao nível dos direitos, uma vez que “*há direitos iguais para tudo e para todos*”, não sendo a polícia diferente dos restantes cidadãos.

Em geral, a imagem da polícia reflete o cruzamento dos seguintes temas: a *relação da polícia à lei*, os *modos de atuação da polícia face às diferentes situações e contextos*, os *procedimentos da polícia na interação com os cidadãos*, o “*bom polícia*” e a percepção da *eficácia da atuação da polícia*.

No que respeita à *relação da polícia à lei*, a legitimidade da polícia-instituição nunca é colocada em causa. Aliás, todo o discurso sobre a relação entre o exercício da atividade policial e o seu enquadramento legal é sempre referido aos “polícias” e às atividades e contextos em que estes o ofendem. A relação da polícia à lei é entendida pelos jovens como a principal fonte de legitimidade da atuação da polícia. Ainda que esta ideia não seja

explicitamente formulada, ela perpassa ao longo dos debates sendo implicitamente inferida a partir das situações em que a legitimidade da polícia é colocada em causa, ou seja, em que a polícia pela sua atuação não respeita o quadro legal que delimita e define a sua atividade. Esta formulação negativa desdobra-se em dois eixos principais: por um lado, o envolvimento dos agentes em atividades criminosas e/ou ilícitas e, por outro lado, em procedimentos que são vistos como ofendendo os deveres de atuação da polícia face aos direitos dos cidadãos.

Relativamente ao envolvimento em atividades criminosas e/ou ilícitas, a aceitação de subornos (sedução no caso das mulheres e “*pagar-lhe uma cerveja e uns tremozos*” no caso dos homens) e o encobrimento de determinados casos a troco de dinheiro foram aspetos que surgiram em ambos os grupos. Uma ideia unânime nos dois grupos foi, ainda, a de que a polícia ficava com as roupas apreendidas nas feiras quando as deveria entregar aos mais necessitados, sendo assim que a polícia também ganha a vida. O segundo grupo acrescentou, ainda, que a polícia ficava também com alguma da droga apreendida:

*“Por exemplo, se formos à feira de Espinho ou à feira da Senhora da Hora, por exemplo. É uma feira com ciganos. Muitas vezes, a polícia apreende a roupa e para onde é que vai a roupa? Geralmente vai para eles... E porque é que eles a roupa não distribuem por sem abrigos ou pessoas com necessidades? Eu acho que nisso aí a polícia não está a agir bem.” (J8) (G1)<sup>27</sup>*

*“Mas é a realidade. Quando os polícias vão a feiras e apreendem roupas e aqueles calçados que são réplicas... não é tudo para queimar...” (J4) “Claro que não.” (J6) “É assim que muitos também ganham a vida...” (J4) (G2)*

*“Quanto bófia é que quando não vão fazer apreensões de drogas e assim não ficam com alguma? Não, vai ser tudo para queimar...” (J4) (G2)*

Finalmente, uma ideia comum em ambos os grupos foi a de que os polícias “*muitas vezes não cumprem as leis, em concreto*”, ou que apenas as cumprem pela frente, existindo um distanciamento entre aquilo que dizem e o que fazem na realidade. No primeiro grupo, os jovens consideraram, ainda, errado o facto de a polícia “*estacionar mal os carros na rua*” sem que sofra qualquer consequência por isso e, no segundo grupo, a “*corrupção*” foi um dos principais problemas mencionados.

No que respeita à relação da polícia à lei existe uma série de procedimentos ilegítimos que podem configurar omissões, intervenções abusivas, discricionariedade e proteção parcial.

---

<sup>27</sup> **G1:** grupo 1; **G2:** grupo 2; **M1:** moderador 1; **M2:** moderador 2; **J:** jovem (a cada jovem foi atribuído um número de forma a salvaguardar o seu anonimato).

Nas omissões, os jovens do primeiro grupo afirmaram que a polícia muitas vezes “*deixa passar em branco*” coisas que deveriam sofrer uma punição. Os jovens do segundo grupo mencionaram considerarem que a polícia “*ainda está muito mal*” quanto a determinados tipos de crime (como violência doméstica, violações e homicídios) e que, “*nas situações deviam agir corretamente*”, designadamente na resposta a chamadas de emergências e/ou ocorrências, acabando por ter uma atuação de “*faz de conta*” e manifestando vontade de não “*preencher a ficha*”.

No que respeita às intervenções abusivas, os jovens de ambos os grupos referiram que a polícia é, muitas das vezes, violenta sem motivo, agindo de cabeça quente e batendo em quem quer. Os jovens do primeiro grupo consideraram que existe violência e “*falta de respeito*” entre polícia e jovens, enquanto os jovens do segundo grupo consideraram que a polícia nem sempre age bem em operações STOP (fazendo demasiado “*alarido*”, mesmo quando se encontram crianças dentro das viaturas). Estes últimos referiram, também, que a polícia abusa do seu poder, agredindo as pessoas, destruindo e danificando bens de toxicodependentes que vivem na rua nas imediações das habitações sociais na sequência de rusgas mal sucedidas, e tratando mal as pessoas.

Quanto à discricionariedade da polícia, desde logo, numa fase inicial do *focus group*, uma jovem do segundo grupo mostrou considerar que a polícia tem uma atuação discricionária nas atividades que desempenha ao longo do dia-a-dia: “*O que ela quer dizer é eles com farda já fazem o que querem (...)*”. Para além desta referência, ambos os grupos mencionaram episódios diretos e indiretos. Um jovem do primeiro grupo referiu que a polícia fazia uma utilização excessiva do poder, recorrendo ao uso de violência sobre jovens (“*muitas vezes eles chegam lá roubam-lhes o dinheiro... e os jovens continuam na rua... Isso também não é cumprir a lei...*”), enquanto os jovens do segundo grupo referiram as paragens e revistas injustificadas por parte da polícia e a sua forma de atuação no decurso dessas atividades:

*“É isso e mandarem-te parar e revistar no meio da rua e toda a gente fica a olhar... que mau aspeto... (...) Acho isso mesmo chunga... é que podiam dizer ‘olha, anda aqui a um canto prontos’... É mesmo no meio da rua, toda a gente a olhar, (...)” (J3) (G2)*

*“Uma vez eu estava com um amigo meu e eles chegaram lá e eu tinha dois contos de ganza e ele tinha um maço de tabaco. E antes de revistarem perguntaram, ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e eu mostrei-lhes e disse ‘tenho isto’ e eles ‘guarda isso’ e eu guardei. Viraram-se para o meu amigo ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e ele disse ‘não’. Começou a revista-lo, tirou o maço de tabaco e pergunta ‘fumas? que idade tens?’, ele diz ‘tenho 16’. Mandaram-no para o chão e meteram-lhe o pé aqui.*



*Como é que te chamas e ele 'X' e eles 'venha connosco à carrinha' e não sei o quê... Por ele ter um maço de tabaco e eu tinha dois contos de ganza e não me fizeram nada.” (J2) (G2)*

Os jovens do segundo grupo consideraram, ainda, que a polícia tem atuações incompreensíveis e com um pendor vingativo quando não atinge os seus objetivos no decurso das suas atividades:

*“Quando eles vão ao bairro revistar o pessoal.” (J2) “Ainda ontem foram lá, não encontraram nada ficaram cegos. Meteram-se a partir cadeiras (...) meteram-se a destruir as cenas das casas dos toxicod dependentes, para eles não dormire m na rua, eles fazem as suas coisas as suas casinhas, de propósito mesmo para destruir as coisas deles... para quê?” (J5) “Pois é, eles chegam lá, não apanham nada e ficam cegos...” (J2) (G2)*

Finalmente, a proteção parcial foi outro dos aspetos mencionados. No primeiro grupo surgiu a ideia de que a polícia perdoa mais facilmente mulheres e amigos, sendo esta ideia corroborada pelos jovens do segundo grupo que acreditam que a polícia é complacente e que encobre os seus colegas de profissão quando estes agem de forma errada.

Relativamente aos *modos de atuação da polícia face às diferentes situações e contextos*, quando questionados de forma mais concreta acerca das atividades que a polícia realiza, surgiram ideias convergentes e divergentes nos dois grupos, sendo que estas podem ser agrupadas em três categorias de resposta: atividades reativas (criminais e não crimina is), atividades proactivas (crimina is e não crimina is) e atividades de treino.

No que respeita às atividades reativas, estas caracterizam-se por atividades de controlo e detenção. Relativamente às atividades reativas de cariz não criminal, o primeiro grupo referiu a intervenção da polícia no trânsito (através das “*multas*”, quer no trânsito, quer por mau estacionamento), tendo a intervenção em “*acidentes*” sido referida pelos jovens de ambos os grupos. Já no que respeita a atividades reativas de cariz criminal, ambos os grupos referiram a intervenção da polícia em determinados tipos de crime: o primeiro grupo referiu a intervenção da polícia em “*violência doméstica*”, agressões, “*furtos*” e “*roubos*” (e.g.: “*supermercado*”), arrombamentos e outro tipo de ocorrências; o segundo grupo referiu a intervenção sobre o tráfico de droga, assaltos, homicídios, violência doméstica, violações, ameaças com arma de fogo e noutras ocorrências. Quanto a atividades referidas apenas por um dos grupos, o primeiro grupo referiu “*educar os delinquentes de forma segura*” e o segundo grupo referiu a receção de queixas e o preenchimento de fichas de ocorrências.

Nas atividades proactivas, ambos os grupos referiram atividades de cariz não criminal. O primeiro grupo referiu o “*patrulhamento*” nas áreas de residência e as “*rusgas com cães*” nas

escolas para detecção de droga, enquanto que o segundo grupo referiu as “*operações STOP*” e “*chegar à nossa beira e perguntar o que é que eu tenho nos bolsos*”. Mais ainda e conforme foi referido anteriormente, ambos os grupos referiram neste âmbito as “*rusgas*” nas “*áreas de residência*” de habitação social, para apreensão de “*droga*” e em “*feiras*”, para a apreensão de “*roupa*”.

Quanto às atividades de treino (e às atividades desempenhadas pela polícia no contexto de unidades de polícia), estas apenas foram referidas pelo primeiro grupo. Assim, o treino físico (como tiro e as aulas de condução) e o treino psicológico foram referidos pelos jovens, que disseram que a polícia desempenha atividades na “*tropa*”, no “*exército*”, nas “*forças contra terrorismo*” e na polícia/corpo de intervenção.

Analisando as atividades descritas, compreende-se que os jovens consideram que a polícia tem um papel maioritariamente reativo, mobilizando os seus recursos para determinados tipos de criminalidade em detrimento de outros. Contudo, as atividades que são objeto de maior detalhe no discurso dos jovens, e também de uma percepção mais negativa, são as atividades proactivas realizadas pela polícia, espontaneamente associadas por ambos os grupos a situações de “*rusgas*” em “*feiras*” e “*áreas de residência*”.

Estas percepções dos jovens advêm, em grande medida, das suas experiências de contato com determinados tipos de policiamento desenvolvidos nos contextos que frequentam. A imagem da polícia descrita pelos jovens tende a estar associada à atuação das patrulhas de polícia em zonas de habitação social, sendo pautada por uma proactividade repressiva e agressiva. Uma vez que é este tipo de atuação que molda, maioritariamente, as percepções dos jovens acerca da polícia, compreende-se que estes tendam a mostrar desinteresse no que respeita a falar de outros tipos de policiamento.

As atividades da *Escola Segura* enquanto unidade no interior das polícias foi um assunto que surgiu de forma espontânea no primeiro grupo. Por este motivo, optou-se por questionar os jovens do segundo grupo acerca desta polícia. Em geral, ambos os grupos demonstraram desinteresse em falar deste assunto, tendo referido que a *Escola Segura* tem como principais atividades o patrulhamento pelas ruas, perto das escolas (“*de carro ou mesmo a pé*”) e a realização de “*palestras*” nas mesmas. No primeiro grupo foi, ainda, referida a intervenção da *Escola Segura* nos problemas ocorridos no interior da escola (designadamente em “*conflitos*” e “*pancadaria*” entre alunos), na sequência da política levada a cabo pela escola (chamar sempre a polícia quando ocorrem incidentes). Os jovens referiram que, nestes casos, a atuação da polícia passa por mostrar aos alunos envolvidos nos problemas que aquilo que fizeram

“*não era certo*”. No que respeita às percepções relativamente à existência e atuação desta unidade da polícia, os jovens consideram que a *Escola Segura* passa uma determinada imagem que não corresponde à imagem da polícia em geral, daí o desinteresse que o assunto gera: os polícias da *Escola Segura* são diferentes dos outros polícias (dos polícias das patrulhas com os quais os jovens contactam). Um dos jovens do primeiro grupo manifestou uma atitude de indiferença e desprezo face à intervenção desta unidade, designadamente em palestras na escola, de uma forma bastante subtil, quando foi questionado acerca do facto de a polícia ter estado este ano na escola: “*Infelizmente... Felizmente eles vieram...*” (J3). Outro dos jovens do primeiro grupo revelou a diferença e distanciamento desta unidade face à restante polícia de uma forma também bastante subtil: “*(...) uma secção da polícia diferente da polícia, que anda aí pela rua e assim...*” (J8).

Apesar de, em geral, os jovens do primeiro grupo terem considerado a atuação da *Escola Segura* importante, um dos jovens relegou essa importância para segundo plano, valorizando mais a questão da obrigatoriedade:

“*E vocês acham importante...*” (M1) “*Sim...*” (G1) “*... que a escola chame a polícia?*” (M1) “*Se é obrigatório é obrigatório...*” (J3) (G1)

O segundo grupo foi bastante ostensivo e direto na consideração da inutilidade desta unidade de polícia e das suas atividades:

(A propósito de uma ameaça com arma de fogo) “*Se calhar eram polícias da Escola Segura.*” (M2) “*Não. Eram da patrulha. Eles não mandam a polícia da Escola Segura para responder...*” (J2) (G2)

“*(...) vocês aqui têm contato com a Escola Segura?*” (M2) “*Não.*” (G2) “*Ainda bem que não...*” (J3) “*Ainda bem que não? Porquê? Não gostavas de ter contato com eles?*” (M1) “*Porque não... Para quê?*” (J3) (G2)

“*Então vocês nunca tiveram assim nenhuma palestra feita pela polícia numa escola?*” (M1) “*Já tive. Iam lá fazer figuras de otários*” (J2) “*Vocês acham que não é útil?*” (M1) “*Claro que não.*” (J2) “*Não porque eles falam das coisas mas as atitudes não são as mesmas.*” (J5) “*Portanto, há uma distância entre aquilo que dizem e o que falam...*” (M2) “*Há e mesmo daquilo que fazem.*” (J6) (G2)

Desta forma, é possível compreender diferenças entre os polícias da *Escola Segura* e os restantes polícias. Parece que os jovens desconsideram os polícias da *Escola Segura*, quase como se não os reconhecessem como polícias de verdade, considerando-os mesmo como “*otários*”. Este facto deve-se, por um lado, ao tipo de atividades que desempenham (à incapacidade de intervir em determinados tipos de situações) e, por outro lado, ao facto de os

jovens considerem os seus discursos muito distantes daquilo que é a realidade e daquilo que a polícia (que não a *Escola Segura*) faz. Esta descoberta é reveladora, dado tratar-se de uma unidade de polícia que se insere no modelo de proximidade, destinada ao contato e intervenção com jovens, em contexto escolar e que, em princípio, seria de acolher a simpatia dos jovens. Contudo, uma vez que alguns destes jovens estão habituados a contactar com as patrulhas que atuam em áreas de residência de habitação social, são estas as experiências que moldam as suas percepções acerca da polícia, fundamentando, assim, os seus argumentos relativos à existência de diferenças significativas entre aquilo que é a polícia da *Escola Segura* e estas patrulhas com quem os jovens têm contatos regularmente e que referiram fazer parte das patrulhas nas suas áreas de residência: se uma faz patrulhas ao pé das escolas e palestras nas mesmas, a outra revista estes jovens com frequência e atua de forma gratuita e discricionária; se uma intervém sempre que existem problemas e conflitos no interior das escolas, a outra deixa os jovens desprotegidos face a problemas que lhes acontecem; se uma se mostra amigável e disponível, a outra atua de forma repressiva e está lá a “*meter nojo*”. Desta forma, compreende-se que os jovens são muito críticos quanto às atuações proactivas e às patrulhas de polícia que atuam nas suas áreas de residência, desconsiderando os polícias da *Escola Segura* por falarem de coisas que estes jovens não verificam na realidade. As diferenças de atuação destes diferentes tipos de policiamento, originam, assim, desconfiança geral dos jovens face à polícia e problemas de legitimidade.

Quanto aos *procedimentos da polícia na interação com os cidadãos*, e apesar de os jovens de ambos os grupos referirem ao longo dos *focus group* o respeito pelos “*direitos*” dos cidadãos e a imparcialidade como critérios decisivos para o reconhecimento da autoridade da polícia, são diversas as vezes em que se percebe a existência de um tratamento desigual por parte da polícia, no discurso dos jovens. A polícia discrimina e age de forma discricionária, tratando as pessoas de forma diferenciada de acordo com determinados pressupostos: a “*orientação sexual diferente*”, a “*nacionalidade*”, a “*aparência*”, a “*forma de vestir*”, o “*género*”, o “*feminismo*” e o “*machismo*”. Para além do local onde residem, os jovens do segundo grupo consideraram, ainda, que as suas companhias, o facto de a polícia ter tido um “*mau dia*” e o facto de eles serem “*jovens*” são fatores de discriminação por parte da polícia:

“Olha a mim já me revistaram por eu estar com um amigo que eles tripavam tótil e revistaram-me por causa disso... (...) Já, já o conheciam, mas por eu estar com ele eles tinham que me revistar a mim? Não! Foi o que eu lhes disse. E não me fizeram nada, queria lá saber...” (J5) (G2)

*“Então vocês já falaram, por exemplo, a polícia discrimina em função da raça (...) por causa das companhias (...) e mais motivos?” (M1) “Olhe por terem um mau dia...” (J6) “Só porque têm um mau dia...” (M1) “E por exemplo, o facto de vocês serem jovens, acham que isso também é um fator?” (M2) “Claro!” (J3) (G2)*

*“Oh Jovem 5, mas essa coisa de ser do bairro achas que isso tem também alguma... é um fator...” (M2) “Claro.” (J4) “É, para eles é. Quem for de bairro já é má pessoa. Para eles é simples.” (J5) “Portanto, tu achas e pelos vistos não és a única que eles têm uma atuação diferente em certos bairros ou em certas zonas do que noutras...” (M2) “É.” (J5) (G2)*

De uma forma mais concreta, um jovem referiu a raça como sendo um fator de discriminação por parte da polícia, sobretudo na América: *“(...) como vocês ouvem também da América os polícias são racistas. E eu também não tolero isso. Acho que as pessoas... os polícias portugueses ou da América... os estrangeiros... deviam ter o mesmo ato de igualdade com qualquer diferença.” (J7) (G1).* Quando questionados acerca das fontes através das quais os jovens se apercebem destas situações, a “internet” e as “notícias” foram os elementos referenciados, depreendendo-se, assim, a importância que os *media* assumem na formação das percepções e opiniões dos jovens acerca da polícia.

Os jovens do segundo grupo consideraram que a etnia é um fator de discriminação, embora num sentido um pouco diferente: *“Uma questão... por exemplo, quando há problemas com a nossa raça, de senhores, a bófia vem... Mas quando é por exemplo com ciganos, já não se metem. Porquê? Qual é a diferença de ciganos para senhores?” (J4) (G2).* Os jovens deste grupo consideram que a polícia tem uma atitude diferenciada em relação a pessoas de etnia cigana, acabando por não intervir de forma igual em todos os problemas e deixando-os passar em branco: *“Já assisti onde o meu pai mora, a gente ouviu tiros, chamaram a polícia eles quando viram que era com ciganos, ‘a gente vem já’, foram-se embora... Porquê? Numa situação de disparos e tiros...” (J4) (G2).* Os jovens percecionam uma situação de desproteção face a problemas que envolvem pessoas de etnia cigana e, quando questionados acerca dos motivos que possam estar na origem desta desproteção, os jovens apontam o medo como sendo o principal fator:

*“Mas tu achas que é por medo Jovem 3 que eles não fazem isso como a Jovem 4 está a dizer? Não se metem com ciganos porque têm medo deles é isso?” (M1) “Eu acho que sim. Porque é que acha que muitos polícias vão fazer as rugas de cara tapada? Diga-me, porquê?” (J3) “Não querem ser identificados...” (M1) “Claro, têm família também. Ainda há um maluco do bairro que agarra nuns três ou quatro do bairro e vão atrás da família dele e não os fode também... Acha que eles não têm medo... Ah, pois é... Claro que têm medo! Por exemplo, lá em X você não vê nenhum carro da polícia a parar em Y, lá*

*em X... Nenhum para... Eles estão lá todos a fazerem o que querem da vida e vendem, fuma, fazem o que querem ali... Mas não há um único carro da bôfia que pare ali. E estão ali a noite toda, a fazer barulho, a fazerem o que quiserem.” (J3) (G2)*

Na base desta atuação diferenciada por parte da polícia em relação a pessoas de etnia cigana encontra-se o medo, que justifica a ausência de intervenção da polícia em determinados casos e o recurso a medidas de proteção pessoal face às atividades que desempenha, no sentido de proteger a sua identidade para evitar futuras represálias. Por outro lado, estes excertos demonstram os poderes discricionários da polícia e que lhe permitem, simplesmente, não atuar (deixando as pessoas desprotegidas) em determinadas situações ou então atuar de forma excessiva, originando a necessidade de tomada de medidas de proteção pessoal (como por exemplo, tapar a cara).

No que respeita à discricionariedade da atuação policial, ambos os grupos relataram episódios relacionados com esta matéria. Um dos jovens do primeiro grupo referiu que a polícia no seu local de residência fazia uma utilização excessiva do seu poder, recorrendo à força e usando violência sobre os jovens:

*“Infelizmente moro num bairro que (...) não é muito bom prontos, e há jovens que para terem uma vida têm de ir para a rua vender coisas que não são certas e muitas vezes eles chegam lá roubam-lhes o dinheiro... e os jovens continuam na rua... Isso também não é cumprir a lei (...) Batem-lhes, roubam-lhes o dinheiro e vão para outros lados. Deixam-nos lá... na rua, nas esquinas.” (J2) (G1)*

No segundo grupo, os jovens relataram que a polícia tem o poder de os mandar parar no meio da rua para os revistar, sem lhes ser dado qualquer motivo para tal e de um modo que é percebido como desadequado: “(...) é que podiam dizer ‘olha, anda aqui a um canto prontos’... É mesmo no meio da rua, toda a gente a olhar, (...)” (J3) (G2). Um dos jovens do segundo grupo relatou ainda um episódio relativo a uma revista, em que a polícia atuou de uma forma incompreensível para ele:

*“Uma vez estava com um amigo meu e eles chegaram lá e eu tinha dois contos de ganza e ele tinha um maço de tabaco. E antes de revistarem perguntaram, ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e eu mostrei-lhes e disse ‘tenho isto’ e eles ‘guarda isso’ e eu guardei. Viraram-se para o meu amigo ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e ele disse ‘não’. Começou a revista-lo, tirou o maço de tabaco e pergunta ‘fumas? que idade tens?’, ele diz ‘tenho 16’. Mandaram-no para o chão e meteram-lhe o pé aqui. Como é que te chamas e ele ‘X’ e eles ‘venha connosco à carrinha’ e não sei o quê... Por ele ter um maço de tabaco e eu tinha dois contos de ganza e não me fizeram nada (...) E quê? Por ter um maço de tabaco calcaram-lhe a cabeça e a mim nem revistaram? Eu tinha dois contos de ganza, é droga...” (J2) (G2)*

Por um lado, o jovem tem consciência de que a posse de droga poderia e devia trazer-lhe consequências, por outro lado não considera um maço de tabaco algo relevante e que justifique um tratamento violento e agressivo por parte da polícia para com o seu amigo. A confiança na polícia é suportada pela previsibilidade da atuação policial e da consistência dos critérios segundo os quais esta se pauta. Estes critérios, por sua vez, são em certa medida, suportados pela lei. A desconfiança dos jovens em relação à polícia é verbalizada de modo mais intenso quando à discricionariedade se soma o uso da força. O diálogo dos jovens demonstra que, muitas vezes, a polícia utiliza os seus poderes de forma vingativa e para prosseguir o seu interesse pessoal. Relativamente à prossecução do interesse pessoal, ambos os grupos referiram que a polícia frequentemente fica com material resultante das apreensões que realiza, quer nas feiras quer nas áreas de habitação social, como anteriormente foi referido. O segundo grupo referiu ainda que a polícia recebe dinheiro em troca do encobrimento de determinados casos e a troca de transportar droga para o interior dos estabelecimentos prisionais:

*“Encobre e porquê? Porque chove-lhes dinheiro. É a mesma coisa como na cadeia. Eles levam droga lá para dentro e recebem a sua parte. Ninguém leva droga à pala. E hoje em dia nada é à pala, até as casas de banho do comboio se paga.” (J4) (G2)*

Assim, através destas afirmações, compreende-se que os jovens consideram a polícia corrupta, uma vez que atua no sentido de obter lucros em benefício próprio, muitas vezes de formas ilegais. Mais ainda, os jovens do segundo grupo consideraram que a polícia tem atuações incompreensíveis e com um pendor vingativo quando não atingem os seus objetivos no decurso das suas atividades: quando os polícias vão ao *“bairro revistar o pessoal”* e não encontram nada *“ficam cegos”*, acabando por *“partir cadeiras”* e *“as cenas das casas dos toxicodependentes”*, que para *“não dormirem na rua”*, fazem as *“suas casinhas”*; os jovens referem que nestes casos a polícia age de *“propósito mesmo para destruir as coisas deles”*. Estas situações de discricionariedade descritas, na percepção dos jovens, ou são caracterizadas como sendo gratuitas ou atribuídas a motivações pessoais ou coletivas podendo mesmo, em última análise, ser atribuídas a motivações corporativas. Independentemente do tipo de justificação formulada, a polícia reveste-se do seu poder para usar o recurso à força, constituindo-se assim como uma ameaça.

Finalmente, no que respeita à percepção da *eficácia da atuação da polícia*, quando os jovens foram diretamente questionados acerca de acharem ou não a polícia eficaz e em que

circunstâncias, as respostas dos dois grupos foram diferentes. O primeiro grupo considerou que a eficácia da polícia se encontra essencialmente dependente do tipo de crime em causa. Os jovens deste grupo consideraram que a polícia é eficaz nas intervenções que faz “nas escolas”, em casos de “furtos”, na prevenção e solução de atos de vandalismo e “violência”, sendo ainda eficaz relativamente a crimes de “violência doméstica” e “violência no namoro” e em crimes que envolvem “pessoas desaparecidas”. Já os jovens do segundo grupo responderam pela negativa, considerando que a polícia não era eficaz na resolução de crimes de “violência doméstica”, “violações” e em determinados crimes de homicídio. Atendendo a esta análise descritiva, importará questionar: mas afinal, o que significa eficácia para estes jovens? Podemos concluir que, para os jovens, a polícia é eficaz quando se mostra capaz de prevenir e solucionar determinados crimes, sobretudo os que envolvem violência e pessoas mais vulneráveis: nestes casos a polícia é necessária e deve atuar. Para o segundo grupo, a polícia mostra-se ineficaz e incapaz de prevenir certos crimes.

Contudo, e apesar da aparente imagem de eficácia da polícia fornecida pelos jovens do primeiro grupo, analisando os discursos ao longo dos *focus group* é possível detetar outros elementos que, não tendo sido manifestamente relacionados com a eficácia da polícia, nos dão indícios acerca da ineficácia da mesma, sobretudo quando se trata de diálogos relativos a experiências pessoais: a incapacidade da polícia proteger estes jovens quando acontecem determinados crimes (por omissão de proteção), o seu desinteresse face aos problemas que os preocupam (*e.g.* os telemóveis) e a sua ausência de locais onde os jovens consideram que ela deveria estar (*e.g.* territórios habitados por pessoas de etnia cigana, nos quais a polícia não atua). Estes elementos, mais do que se limitarem a uma imagem negativa da polícia, contribuem para a relação hostil dos jovens com a polícia, pelo que iremos detalhá-los quando analisarmos esse grande tema.

### **O “bom polícia”**

Face a toda a caracterização exposta acerca da imagem da polícia (e do “polícia real”), e atendendo à questão introduzida no guião relativa à forma como os jovens caracterizavam o “bom polícia”, torna-se possível fazer uma comparação entre estas imagens. Na opinião dos jovens dos dois grupos, o bom polícia reúne uma série de características que podem ser agrupadas da seguinte forma: legalidade da atuação, procedimentos, eficácia e características pessoais e de história de vida. Ao nível da legalidade da atuação, os jovens referiram três características de um bom polícia: “cumprir as leis”, “cumprir as regras à risca” e “saber quais são os deveres e fazer sem recusá-los”. No que respeita aos procedimentos, “ouvir



*sempre as pessoas*”, sobretudo *“antes de agir”* (de forma a *“ver o lado da pessoa”*), *“não partir (...) para o ato da violência”* e *“respeitar a pessoa com quem está a comunicar”* foram as referências elaboradas pelos jovens. Relativamente às características relacionadas com a eficácia, o bom polícia está presente sempre que é necessário e só quando é necessário (*“Estar presente, do género, ser preciso ajuda para qualquer coisa e eles prestarem a ajuda...”*) e *“responde às chamadas”*. Em termos de características pessoais e de história de vida, os jovens referiram que o bom polícia tem de ter uma história de vida que lhe permitiu aprender e ganhar a experiência necessária para as suas funções, tem de estar na disposição de deixar o seu país para ganhar essa experiência e mais tarde defender o seu país e tem de ser uma boa pessoa. Analisando estas características, compreende-se que estas se aproximam às referências verbalizadas de forma espontânea pelos jovens em relação aos militares:

*“Nós não vemos militares a mandar em nos, nem a mandar parar o carro, nada do género. Conhecemos os militares por salvar o mundo, como se costuma dizer...” (J6) “Defender o nosso país.” (J8) “Exato. Os polícias são conhecidos pelas regras e essas coisas.” (J6) (G1)*

*“Eu acho que não devia de haver polícia, devia de haver o exército e a polícia não (...) eu nunca levei com um gajo do exército...” (J2) “Estão dentro dos quartéis...” (M2) “Ya, estão lá na vidinha deles...” (J2) “Vocês veem as missões como diferentes da polícia e dos militares, ou há alguma coisa que os aproxima?” (M2) “Claro que é.” (G2) “Então?” (M2) “Um militar se houver tipo um ataque eles têm que ir. É claramente diferente.” (J4) “Um militar se calhar é mais para defender... se calhar o povo. Acho eu, do meu ponto de vista.” (J7) “Ya. É mais por amor à camisola.” (J2) “O militar é para defender a pátria.” (J4) “Achas que um polícia não tem amor à camisola, é?” (M1) “Não, tem amor ao bolso. Não é todos, mas...” (J2) “Não são todos assim, acho.” (J7) “Eu acho que um militar sim, que é por amor à camisola.” (J4) “Achas que sim?” (M2) “Sim, porque um militar está sujeito a ir, por exemplo, numa missão e não voltar.” (J4)*

A forma como a polícia deveria atuar e a sua imagem ideal aparecem coladas à imagem dos militares, que os jovens percecionam de uma forma diferente, desde logo porque não mandam neles e porque *“estão dentro dos quartéis”*. Os militares são pessoas com as quais os jovens não têm contato no dia-a-dia, mas que percecionam como tendo um papel fundamental de proteção da pátria, caracterizando-os necessariamente como pessoas que trabalham por *“amor à camisola”*, uma vez que podem não voltar das missões para as quais são enviados. Esta ideia dos militares enquanto salvadores do mundo esteve presente nos dois grupos, estando a polícia mais associada às regras e próxima dos cidadãos. Um dos jovens sugere mesmo que a polícia deveria ser substituída pelos militares, contribuindo para o esboço da imagem que estes jovens têm acerca da polícia

## 2. Autoridade e Legitimidade da polícia

A autoridade e legitimidade da polícia foram um dos grandes eixos temáticos que surgiram dos discursos dos jovens nos *focus group*, podendo ser analisadas em quatro vertentes, designadamente, a *definição de autoridade da polícia e as suas fontes*, a *imposição da autoridade através do comportamento da polícia* (“*autoridade boa*” e “*autoridade má*”), os *interesses que movem a atuação da polícia* e, finalmente, o *problema da cooperação e da obediência*.

Quanto à *definição da autoridade da polícia e as suas fontes*, para os jovens, a autoridade da polícia é definida como o poder de impor “*limites*” e o poder de que a polícia é dotada e que lhe permite, por um lado, “*mandar em nós*” e proteger-nos e, por outro lado, fazer “*o que querem*”, designadamente, baterem nas pessoas e questioná-las acerca daquilo que têm nos bolsos. Assim, parece que os jovens contemplam a existência de dois tipos de autoridade: a “*autoridade boa*”, que é a autoridade legítima e de que a polícia é dotada no exercício das suas funções legalmente atribuídas; e a “*autoridade má*”, que é a subversão por parte da polícia da autoridade boa e a utilização do seu poder de forma discricionária. Num dos grupos, os jovens consideram ainda que a autoridade da polícia, mais do que ter existência em si mesma, é uma ideia enraizada na mente das pessoas, uma vez que “*somos iguais*” e temos os “*mesmos direitos*”.

Num dos grupos, a ideia de autoridade foi também relativizada em função daquilo que é o comportamento da polícia face aos cidadãos: a polícia é vista como autoridade quando vê as pessoas como “*iguais*” e quando reconhece e respeita os seus “*direitos*”, sendo esta a condição essencial para que a autoridade da polícia seja reconhecida. Desta forma, a legitimidade da polícia é reconhecida através do exercício de “*autoridade boa*”, com base na aplicação de princípios de justiça procedimental.

Quando questionados acerca da fonte da autoridade da polícia, os dois grupos foram unânimes na referência aos símbolos que a polícia comporta como estando na origem desta autoridade. No primeiro grupo, um jovem referiu que a polícia pensa ser autoridade em virtude de utilizar um “*crachá*” identificativo, enquanto o segundo grupo foi unânime na referência à “*farda*” como estando na origem da autoridade de que a polícia é detentora. A farda, a par da existência de outros símbolos comportados pela polícia como a “*arma*” e o “*cassetete*”, são a origem do poder da polícia. Assim, parece que os símbolos, por si só, são suficientes para que a polícia disponha de uma série de poderes. Contudo, para além de os jovens considerarem que a farda não apaga o facto de a polícia ser igual às outras pessoas

(*“mas quando exercia disse-lhe de caras... tu de farda és um filho da puta como os outros”*), quando a polícia se encontra sem farda, as coisas alteram-se na opinião dos jovens, podendo ser vítima de agressão quando se cruza com *“conhecidos”* com quem já teve problemas: *“(...) sem farda não fazem isso... Veem alguém na rua conhecido a quem já bateram fogem a sete pés.”* (J5) (G2). Assim, a *“farda”* aparece como a legitimadora de qualquer atuação. Por este motivo, quando um polícia se encontra sem farda fica vulnerável, pois perde toda a simbologia e poder a ela associados. A farda altera a polícia externamente, uma vez que quem a enverga tem consciência de ter uma série de poderes, mas também internamente, uma vez que quando não a envergam também têm consciência das suas vulnerabilidades.

Resumindo, a polícia é autoridade porque *“manda em nós”*, mas este tipo de situação pode originar desproteção na medida em que a polícia nem sempre atende aos direitos das pessoas com quem lida. Assim, a polícia apenas está legitimada se usar esse poder de *“mandar em nós”* para cumprir a sua missão de proteção, dado existirem *“direitos iguais”* entre polícia e cidadãos que deverão ser respeitados. Desta forma, a polícia deve tratar as pessoas com respeito e reconhecê-las *“de forma igual”*, atendendo a critérios de justiça procedimental, para ser detentora de uma autoridade considerada legítima. Estas relações também comportam implicações ao nível da forma como os jovens veem a polícia: um polícia que respeite os direitos dos cidadãos e os proteja será visto como um bom polícia, cuja autoridade e atuação estão legitimadas; pelo contrário, um polícia que mande nos cidadãos sem qualquer tipo de fundamento protetor e sem respeito pelos seus direitos, será visto como um mau polícia, cuja autoridade e atuação são ilegítimas.

No que respeita à *imposição da autoridade através do comportamento da polícia*, a legitimidade da polícia será conseguida via *“autoridade boa”*, uma vez que para os jovens, esta será reconhecida sempre que a polícia cumpra o seu dever de proteção e lhes reconheça direitos iguais:

*“Vocês veem a polícia como uma figura de autoridade, é?”* (M2) *“Depende, se eles nos virem como uma figura de... se eles nos virem como autoritário, muitas vezes de forma igual. É...”* (J3) *“Se houver uma relação de igual para igual, é isso?”* (M2) *“Sim, é. É como dizem, direitos iguais. É assim...”* (J3) (G1)

Uma jovem do primeiro grupo referiu que, apesar de serem quem nos protege, a polícia acaba por ser exatamente igual a nós em tudo, incluindo nos direitos: *“Eu acho que as pessoas têm muito a ideia de eles serem a autoridade. E mandarem em nos, como quem diz, mas serem exatamente como nós. Terem os mesmos direitos, terem tudo igual a nós, só que*

*acabam por... como são quem por um lado nos protege, acho que ficou sempre o caso de serem vistos como autoridade.” (J5) (G1)*

Assim, para que a polícia seja vista como uma autoridade por parte destes jovens é também essencial que os proteja face às suas preocupações e que, acima de tudo, tenha uma atuação correta, impondo respeito, fazendo as pessoas cumprir as leis, e principalmente, cumprindo-as também:

*“Há o bom polícia é aqueles que fazem o que têm de cumprir e fazem as pessoas cumprir.” (J6) “Claro, chegam ali e sabem impor respeito...” (J3) “Agora há aqueles que chegam ali também armados em malucos...” (J2) (G2)*

*“(...) vocês acham que apesar disso, a presença da polícia é importante, acham que a polícia deveria estar lá mas fazer outro tipo de coisas, ou a polícia não é precisa de todo?” (M2) “Não, a polícia é precisa, mas quando toma por exemplo nas situações deviam agir corretamente.” (J6) (G2)*

Desta forma compreende-se que os jovens não querem uma sociedade sem polícia nem lei, sendo esta última um fator de legitimação da atuação da polícia e do reconhecimento da sua autoridade. A necessidade da polícia é enfatizada pela sua vertente protetora e pela ideia de que esta deve atender a determinados requisitos na sua atuação para que seja considerada legítima: o respeito pelos direitos dos jovens com quem lida e o reconhecimento da sua igualdade. Contudo, em geral, os jovens de ambos os grupos reconheceram que a polícia tem atitudes discricionárias que, muitas vezes, os deixam desprotegidos face a determinadas situações.

*(A propósito de uma ameaça com arma de fogo) “Então não serviu de muito a ajuda e o telefonema de pedido de ajuda...” (M2) “Não, eles não perguntaram nada sobre o que aconteceu só perguntaram ‘de que escola é que vocês são?’ e nós ‘de X’, ‘ah, estão a faltar às aulas?’ e nós ‘estamos’ e eles ‘ah e tal não sei quê, qual é o vosso nome?’ nós dissemos e... tipo, nem sei para que é que eles apontaram o nosso nome...” (J2) “É para fazer de conta...” (J3) “Não queriam preencher a ficha.” (J2) (G2)*

Aparentemente a polícia tende a desvalorizar os problemas dos jovens, culpando as vítimas pela situação, uma vez que estas se encontravam a faltar às aulas. Os jovens ficam assim desprotegidos face a situações que os preocupam e em que consideram a intervenção da polícia necessária. Este tipo de desproteção é sentida pelos jovens, por exemplo, também em relação a problemas que envolvem pessoas de etnia cigana e nos quais a polícia tende a não intervir por medo, como anteriormente foi descrito.

Assim, existe uma ambiguidade: se, por um lado, existem situações nas quais a polícia não intervém, deixando estes jovens desprotegidos, por outro lado, existem situações em que a

polícia intervém de forma excessiva e com a necessidade de recorrer a mecanismos de ocultação da sua identificação para evitar futuras represálias. A estas situações de desproteção ou de intervenção excessiva da polícia, junta-se a discricionariedade nas revistas aos jovens e o uso excessivo da força sobre os jovens nas áreas de residência, como anteriormente foi referido. Os jovens percecionam gratuidade na atuação da polícia, que não é movida por uma necessidade social: “(...) *os jovens continuam na rua... Isso também não é cumprir a lei... (...) Batem-lhes, roubam-lhes o dinheiro e vão para outros lados. Deixam-nos lá... na rua, nas esquinas.*” (J2) (G1). Por um lado, a polícia deixa estes jovens desprotegidos face a determinadas situações nas quais consideram que esta devia intervir e, por outro lado, intervém em demasia em situações nas quais eles consideram desnecessárias. O problema agrava-se quando a esta gratuidade se junta a violência. Nestes casos, a polícia não é reconhecida como legítima, pois utiliza o seu poder através de uma “autoridade má”, que não coincide com os valores importantes para os jovens e com as suas necessidades e interesses.

No que respeita aos *interesses que movem a polícia nas suas atuações*, o discurso dos jovens demonstra que, muitas vezes, a polícia utiliza os seus poderes de forma vingativa e para prosseguir o seu próprio interesse.

No que respeita aos interesses pessoais, nos dois grupos foi comum a ideia de que a polícia aceita subornos e recebe dinheiro a troco de encobrir determinados casos ou mesmo por introduzir droga no interior das prisões. Uma outra ideia comum em ambos os grupos, foi o facto de a polícia ficar com material apreendido na sequência de “rusgas” em “feiras”, como referido anteriormente. Estas atuações, com vista a obter lucros em benefício próprio, levam os jovens a percecionarem a polícia como sendo corrupta. A este facto, acrescenta-se a ideia de que polícia tem ainda atuações de cariz vingativo e sem qualquer tipo de necessidade ou utilidade social quando não atinge os seus objetivos no decurso das suas atividades, como também foi descrito anteriormente.

Para os jovens, este tipo de atuações são negativas uma vez que aquilo que as fundamenta se resume a interesses pessoais e vingança. A polícia, que deveria proteger os jovens, passa a ser vista como uma ameaça à sua segurança, sobretudo quando existe o perigo de se tornar violenta na sua atuação e o perigo de se entrar numa zona de não direito, em que o reconhecimento da igualdade e dos direitos dos jovens passa a ser relegado para segundo plano, face aos interesses que movem este tipo de atuações. A legitimidade da polícia é assim colocada em causa, pela utilização da sua autoridade e do seu poder para fins que os jovens consideram ilegítimos.

Finalmente, no que respeita ao *problema da cooperação e da obediência*, os jovens de ambos os grupos pareceram considerar que o mais usual é as pessoas não cooperarem com a polícia. Se, no primeiro grupo, os jovens consideram que as pessoas apenas cooperam quando alguém se encontra desaparecido, no segundo grupo os jovens consideram que não cooperariam mesmo que a polícia lhes pedisse a sua ajuda uma vez, na sua opinião, ninguém vai denunciar outras pessoas.

Quando questionados acerca das formas possíveis de cooperação com a polícia, os jovens do primeiro grupo referiram “*apresentar uma queixa*”, a descrição de suspeitos e as “*testemunhas*” como eventuais possibilidades. No que respeita ao segundo grupo, os jovens consideraram que as pessoas que mais colaboram com a polícia são os “*chibos*” (os delatores que denunciam traficantes de droga) e que estas tendem a ser “*velhotas*” que metem a polícia dentro de casa para que possam ver tudo pela janela. Interessante é o facto de os jovens não percecionarem o tráfico/consumo de droga como um problema merecedor de atenção, mas sim como um assunto da vida privada: “*(...) outra coisa é ligar e ‘olha o meu vizinho vende droga e ele faz isto ali, e acolá e acoloutro’... Isso é ser chibo, é meter-se na vida dos outros.*” (J2) (G2).

Quando confrontados com um exemplo concreto de um assalto por um desconhecido e de uma subsequente apresentação de queixa, estes jovens consideraram que apresentar queixa nesses casos é diferente de ser “*chibo*”. Aparentemente, para os jovens é diferente denunciar um vizinho (alguém que se conhece e com quem se tem uma relação de proximidade) de denunciar um desconhecido (alguém que anda a cometer crimes na rua). Esta diferença torna-se ainda mais vincada quando se especifica o tipo de crime: o tráfico/consumo de droga pelo vizinho é uma questão da vida privada, ao passo que um assalto na rua por um desconhecido é um crime que deverá ser denunciado, pois incomoda as pessoas e interfere com as suas vidas. Ainda assim, os jovens consideram que cooperar com a polícia através da apresentação de uma queixa nesses casos dependeria muito do tipo de crime em causa: por exemplo, no caso do assalto, a queixa dependeria do que fosse furtado/roubado, uma vez que existem determinados valores que não justificam sequer a queixa.

Os jovens do primeiro grupo consideraram importante cooperar com a polícia quando acontecem “assaltos”, “maus tratos”, “violência doméstica”, “violência no namoro” ou quando há “*alguém desaparecido*”. Os jovens do segundo grupo consideraram importante ajudar a polícia no caso de pessoas em dificuldades ou desaparecidas dizendo, contudo, que não ajudariam a polícia para os seus próprios interesses:

*“E se fosse para ajudar uma pessoa que está em dificuldades, por exemplo?” (M2) “Ajudava, se fosse preciso. No que pudesse ajudar eu ajudava, agora se fosse coisas para o interesse deles já não...” (J2) “E se por exemplo, fosse uma pessoa que estivesse desaparecida, por exemplo, e se a polícia fosse pedir informações se viste alguém, ou quando é que foi a última vez que a viste...” (M2) “Dizia.” (J2) “Aí ajudavas, não é?” (M1) “Claro. Podia estar na mesma situação. Desaparecer alguém da minha família ou assim.” (J2) (G2)*

Desta forma, parece que os jovens apenas consideram importante cooperar com a polícia na sua vertente mais protetora, ou seja, em casos onde existe violência manifesta ou a necessidade de ajuda eminente (e.g. para encontrar alguém). Além disso, parecem desconsiderar que a cooperação com a polícia noutras situações seja para o bem de todos, achando mesmo que a polícia pretende a colaboração das pessoas para a prossecução de interesses pessoais ou corporativos.

Relativamente às percepções dos jovens acerca da eventual cooperação com a polícia, apenas o segundo grupo se manifestou a esse respeito. Alguns dos jovens referiram nunca ter apresentado queixas pois achavam que não valeria a pena. Tal possibilidade estaria, no entanto, dependente do tipo de crime em causa. Por exemplo, reportar um roubo de telemóvel não valeria a pena, pois a polícia não quer saber; reportar o assalto/roubo de uma carteira dependeria da quantia que lá se encontrasse:

*“Já alguém apresentou queixa aqui de alguma coisa?” (M2) “Não.” (G2) “E veem alguma situação em que se vissem a apresentar queixa... imaginem, são assaltados no metro ou... apresentariam queixa?” (M2) “Não, para quê?” (J3) “Depende.” (J2) “De que é que dependeria então?” (M1) “Se me roubassem o telemóvel, isso não.” (J2) “Apresentavas?” (M2) “Não, não. Para quê? ‘Ah está bem nós vamos resolver isso’... Pegavam no arquivo, gaveta, pah. Quê? Eles andam aí a... Estão-se a cagar para os nossos telefones.” (J2) (G2)*

No que diz respeito a situações em concreto em que os jovens cooperaram com a polícia, uma jovem do primeiro grupo referiu ter chamado a polícia quando se apercebeu de ocorrências estranhas na sua zona, tendo a polícia passado a fazer rondas diárias no local. Um jovem, também do primeiro grupo, referiu ter chamado a polícia quando se apercebeu da existência de um casal a registar as matrículas do carro quando estes saíam da garagem de sua casa, tendo inclusive tirado fotos pelas quais a polícia mostrou interesse. Finalmente, uma jovem do segundo grupo referiu ter chamado a polícia na sequência de um segurança privado do metro ter saído com o seu bilhete de identidade quando lhe passava uma multa por ausência de título de viagem; a jovem prosseguiu a viagem até ao seu destino sem o seu documento de identificação tendo a polícia tomado conta da ocorrência.

Existiram ainda nos discursos dos jovens alguns indícios relativos ao dever de obediência à polícia. Uma jovem do primeiro grupo considerou que um dos motivos pelos quais as pessoas por vezes desobedecem à polícia se deve ao facto de a polícia não ter razão:

*“Então pegando nesta deixa do Jovem 3, o que é que faz com que as pessoas obedeçam à polícia na maior parte dos casos? O que é que vocês acham?” (M2) “Depende, eu acho que há casos em que desobedecem porque vê-se que realmente não têm razão, mas há outros casos que lá está, que têm razão e desobedecem mas não deviam...” (J5) “Ou dizerem mas não terem poder para fazerem.” (J7) (G1)*

Assim parece que, caso a desobediência aconteça devido ao facto de a polícia não ter razão, esta se encontra legitimada. Pelo contrário, a jovem refere também a existência de desobediência ilegítima, em que as pessoas desobedecem mas não o deveriam fazer. Um dos jovens do primeiro grupo acrescentou ainda que as pessoas podem dizer à polícia o que sentem (quando esta não tem razão) sem desobedecer, uma vez que nem sempre têm poder para o fazer. Assim, parece que existe um alinhamento moral por parte de certas pessoas, que tendem a fazer o que a polícia lhes diz mesmo que não concordem com os motivos. Esta ideia de os jovens poderem dizer à polícia aquilo que sentem está em conformidade com o discurso de uma das jovens do segundo grupo:

*“Olha a mim já me revistaram por eu estar com um amigo que eles tripavam tótil e revistaram-me por causa disso...” (J5) “Mas eles já o conheciam?” (M2) “Já, já o conheciam, mas por eu estar com ele eles tinham que me revistar a mim? Não! Foi o que eu lhes disse. E não me fizeram nada, queria lá saber...” (J5) (G2)*

Esta jovem sentiu-se no direito de retaliar o facto de a quererem revistar por estar acompanhada de alguém de quem a polícia não gostava ou com quem implicava e, por isso, a polícia acabou por não a revistar. Neste caso, a polícia atuou de acordo com a justiça procedimental, ouvindo os intervenientes e acabando por agir com neutralidade.

### **3. Relação entre jovens e polícia**

Finalmente, neste terceiro ponto, serão abordadas as relações entre jovens e polícia tendo em conta os seguintes subtemas: *caraterização das relações entre jovens e polícia, percepções de (in)seguranças dos jovens, relação entre inseguranças dos jovens e prioridades da polícia e a relação ambivalente entre a necessidade e a indesejabilidade da polícia.*

Começando por uma *caraterização das relações entre jovens e polícia*, os dois grupos foram unânimes na referência a um problema: a existência de “violência” por parte da polícia para com os jovens. No primeiro grupo, um dos jovens referiu ser comum que a polícia se



dirija à sua área de residência onde existem problemas com jovens que vendem coisas que “*não são certas*”, sendo que em termos de atuação os policiais “*batem-lhes, roubam-lhes o dinheiro e vão para outros lados*”. Este jovem considerou que a polícia faz um uso abusivo do seu poder e uma má intervenção, através da violência e do roubo, mostrando-se incapaz de resolver o problema, uma vez que “*os jovens continuam na rua*” e considerando que “*isso também não é cumprir a lei*”. No segundo grupo, a violência foi referida pelos jovens em duas situações: associada a um episódio vivido por um dos jovens no âmbito de uma revista e associada às “*rusgas*” em áreas de residência de habitação social:

*“Uma vez eu estava com um amigo meu e eles chegaram lá e eu tinha dois contos de ganza e ele tinha um maço de tabaco. E antes de revistarem perguntaram, ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e eu mostrei-lhes e disse ‘tenho isto’ e eles ‘guarda isso’ e eu guardei. Viraram-se para o meu amigo ‘tens alguma coisa que te compromete?’ e ele disse ‘não’. Começou a revista-lo, tirou o maço de tabaco e pergunta ‘fumas? que idade tens?’, ele diz ‘tenho 16’. Mandaram-no para o chão e meteram-lhe o pé aqui. Como é que te chamas e ele ‘X’ e eles ‘venha connosco à carrinha’ e não sei o quê... Por ele ter um maço de tabaco e eu tinha dois contos de ganza e não me fizeram nada.” (J2) “E porque é que achas que isso aconteceu?” (M2) “Porque é que isso aconteceu?” (J2) “Sim. Por seres mais velho?” (M2) “Não, tínhamos a mesma idade. Ele tinha 16 anos e eu também tinha. (...) E quê? Por ter um maço de tabaco calcaram-lhe a cabeça e a mim nem revistaram? Eu tinha dois contos de ganza, é droga...” (J2) (G2)*

*“Quando eles vão ao bairro revistar o pessoal.” (J2) “Ainda ontem foram lá, não encontraram nada ficaram cegos. Meteram-se a partir cadeiras...” (J5) “Pois é, é o que eles fazem! Eles chegam lá...” (J2) “... meteram-se a destruir as cenas das casas dos toxicodependentes, para eles não dormirem na rua, eles fazem as suas coisas as suas casinhas, de propósito mesmo para destruir as coisas deles... para quê?” (J5) “Pois é, eles chegam lá, não apanham nada e ficam cegos...” (J2) (G2)*

O jovem que nos relatou o primeiro episódio confessou não ter compreendido o tipo de atitude que a polícia tomou, atendendo a que nada lhe fizeram e agiram de forma violenta e agressiva para com o seu colega, a seu ver, sem um motivo válido. Assim, estamos perante uma situação a que, para além da violência, se encontra aliada uma discricionariedade por parte da polícia que age de uma forma estranha e incompreensível. Quanto ao segundo episódio, “*para quê?*” foi a pergunta que a jovem deixou no ar. Ao não reconhecer qualquer tipo de utilidade social neste tipo de intervenção, a jovem considera-a gratuita e vingativa.

Para além da violência, os jovens do primeiro grupo referiram ainda a existência de abusos de autoridade por parte da polícia que falta ao “*respeito*” aos jovens: um jovem referiu que a polícia já lhe tinha faltado ao “*respeito*” e que já tinha metido esse polícia “*na linha várias vezes*”, uma vez que considera que a polícia apenas é autoridade caso reconheça a igualdade

dos restantes cidadãos e dado existirem “*direitos iguais para tudo e para todos*”. Episódios de violência e falta de respeito foram ainda mencionados pelos restantes jovens do grupo que, quando questionados acerca do sentido deste tipo de comportamentos, referiram que esta “*violência*” e “*desrespeito*” não acontecem apenas num sentido, uma vez que o desrespeito é mútuo (quer da polícia para com os jovens, quer dos jovens para com a polícia). Alguns dos jovens do grupo mencionaram que eram desconhecedores da existência de conflitos entre jovens e polícia nas zonas que frequentam e onde vivem. Contudo, um dos jovens referiu ainda que existia muitas das vezes alguma “*falta de respeito*” dos jovens para com a polícia, motivada pelo facto de a polícia se encontrar a fazer o seu trabalho, nomeadamente detenções por consumo ou transporte de material ilícito. Estas faltas de respeito traduziam-se por “*insultar*” e cuspir os agentes. O jovem considerou esta atitude como sendo errada, uma vez que os agentes apenas estão a fazer o seu trabalho, tendo o restante grupo concordado.

Além da violência e das faltas de respeito, um dos jovens do segundo grupo mencionou a existência de alguma tensão pelo facto de a polícia se dirigir a ele com frequência quando este se encontra a fumar na sua área de residência:

*“Quando eu saio à rua vira-se um para mim ‘o que é que estás aqui a fazer?’; ‘senhor agente, eu moro aqui e venho aqui fumar um cigarro e tal’; ‘mas não podes estar aqui que isto é uma zona de tráfico, eh pah vai-te mas é embora, vai para casa’.” (J2) (G2)*

Esta tensão é motivada pelo facto de os jovens frequentarem e permanecerem em locais que são policiados pela existência de problemas, gerando-se sentimentos incompreensão e insatisfação: “*Mas quê, não posso estar em casa?*”. Este tipo de atuação não é vista como sendo protetora, corroborando a ideia de que a sua presença gera uma certa ambivalência nos jovens, pelo facto de esta, ao mesmo tempo, representar uma ameaça de violência. Assim, o jovem considera que a polícia nunca foi incorreta consigo, tratando-se apenas dessa “*tanga de ser uma zona de tráfico*”.

Finalmente, os jovens relataram que um dos episódios gerador de maior tensão com a polícia é a revista. Em geral, os jovens consideraram normal serem mandados parar na rua pela polícia e serem revistados, tendo acontecido a todos os presentes sem que, contudo, tenha existido um motivo em concreto para tal. Na apreciação que os jovens fazem a este tipo de situações mostram algum desconforto e vergonha face ao facto de a polícia o fazer no meio da rua, uma vez que “*toda a gente fica a olhar*” e dá um “*mau aspeto*”, e algum sentimento de injustiça no que respeita ao facto de a polícia muitas das vezes os mandar parar e querer revistar apenas porque estão acompanhados por alguém de quem a polícia não gosta ou que

está sinalizado, considerando os jovens que esse motivo não lhes dá o direito de os revistarem.

Atendendo ao exposto compreende-se que a tonalidade das relações entre jovens e polícia é maioritariamente negativa e hostil. Os jovens descreveram que muitas das vezes a polícia abusa do seu poder, recorrendo à violência ou sendo discricionária nas atitudes que toma, sendo que algumas das suas atitudes/intervenções se tornam incompreensíveis para eles. Em muitos casos, a atuação da polícia, apesar de abusiva e exagerada, mostra-se incapaz de solucionar os problemas, levando os jovens a questionarem ainda mais a sua atuação, aparentemente pautada pela gratuidade e sem qualquer necessidade. Em alguns procedimentos que leva a cabo, a polícia é também geradora de insatisfação, uma vez que deveria tomar determinados cuidados que não toma (*e.g.*., chamar os jovens à parte para os revistar e não o fazer no meio da rua). Assim, percebe-se que a polícia não age de acordo com princípios de justiça procedimental nas suas intervenções. Contudo, apenas os jovens do primeiro grupo referiram que a falta de respeito e violência entre jovens e polícia não decorre apenas num sentido, existindo de parte a parte.

Ao nível das *percepções de (in)segurança dos jovens*, apenas os jovens do primeiro grupo referiram aquilo que para si era a definição de segurança, dizendo tratar-se da ausência de medo e da capacidade de se protegerem a si próprios em determinado contexto, sem a necessidade da intervenção de terceiros. Quando analisamos as principais inseguranças que os jovens manifestam sentir, compreende-se que estas se prendem, por um lado, com os delitos contra a propriedade e, por outro lado, com situações de ofensa à integridade física ou situações onde esta possa vir a existir de forma eminente. No que respeita aos delitos contra a propriedade, os “*assaltos*” foram um elemento referido por ambos os grupos; o primeiro grupo referiu ainda os “*furtos*”. Quanto às situações de ofensa à integridade física ou às situações em que esta poderá existir, o elemento comum referido por ambos os grupos foi a “*violência doméstica*”. Os jovens do primeiro grupo referiram ainda os “*conflitos*”, os maus-tratos em geral, a “*violência no namoro*”, a “*violência*” em geral e situações de “*porrada*” na rua, enquanto que os jovens do segundo grupo referiram as “*violações*” e determinados crimes de homicídio como sendo uma das suas preocupações. Os jovens de ambos os grupos referiram, ainda, os crimes em que está “*alguém desaparecido*”. Assim, facilmente se compreende que as preocupações dos jovens se prendem com crimes em que existe uma maior probabilidade de ocorrência de violência e uma maior vulnerabilidade das pessoas face

a essa violência. Desta forma, importa questionar se este tipo de preocupações tem um reflexo ao nível das prioridades da polícia.

No que respeita à *relação entre inseguranças dos jovens e prioridades da polícia* importa desde logo mencionar que, quando questionados acerca das atividades da polícia, os jovens referiram que esta elege prioridades ao nível da sua atuação, estando conscientes de que a polícia não pode intervir em todas as situações:

*“A polícia não está preocupada com quem arromba uma porta...” (J2) “Ya.” (J1) “Têm mais coisas que fazer...?” (M2) “É mais importante um furto ou assim do que uma porta arrombada, acho eu!” (J2) “Achas que não tem relevância suficiente?” (M1) “É óbvio que tem mas a polícia é óbvio que diz “ah e tal” mas...” (J2) “Acabam por não fazer nada.” (J1) (...) “Mas eu acho que é um agir mal da polícia porque quem arrombou uma porta não se sabe se mais tarde vai arrombar uma porta ou fazer mal, ou para assaltar. E a polícia acaba por deixar isso passar um bocado de lado e acho que não deveria fazer.” (J5) (...) “Se nesse caso a polícia não quer agir, eles neste caso vão optar só por uma coisa, não vão fazer as duas coisas.” (J3) (G1)*

Compreende-se que os jovens consideram que a polícia não atua de igual forma em todas as ocorrências, elegendo prioridades de atuação com base naquilo que será mais importante e grave, deixando as pessoas desprotegidas face a outras situações. Contudo, os jovens consideram que a polícia, ao decidir não agir em determinadas situações face a outras, age mal pois esta omissão poderá originar problemas piores. Além disso, os jovens manifestaram alguma discordância face a determinadas prioridades: *“Levam mais cadeia por droga do que por violações, mortes e essas cenas...”*. Aparentemente, os jovens consideram que a polícia tem as prioridades trocadas, uma vez que crimes que eles consideram mais graves acabam por ter penas menos severas. Existem, ainda, crimes que a polícia prioriza e que, para os jovens, não são de todo um problema:

*“A prioridade deles deve ser apanhar droga.” (J6) “O tráfico é?” (M2) “Ya.” (G2) “E vocês acham que existem problemas mais importantes que o tráfico?” (M1) “Claro.” (J2) “Tipo o quê, por exemplo?” (M1) “Tipo aqueles violadores que andam aí...” (J3) (G2)*

*“Então oh Jovem 2, tu achas que de forma nenhuma a violência doméstica é prioridade para a polícia?” (M2) “Não, claro que não.” (J2) “A violação acho que devia ser...” (J4) “Devia ser...” (M2) “Mas violação tanto de mulheres como de homens...” (J4) (G2)*

Analisando os discursos dos jovens, estes consideram que a tónica da atuação da polícia é colocada sobre situações que para si não são verdadeiramente um problema, designadamente o tráfico de droga. A este respeito, o discurso de um dos jovens demonstrou bem que o

consumo e o tráfico de droga são considerados questões de vida privada: “(...) *outra coisa é ligar e ‘olha o meu vizinho vende droga e ele faz isto ali, e acolá e acoloutro’... Isso é ser chibo, é meter-se na vida dos outros.*” (J2) (G2).

Para os jovens, a polícia devia intervir mais em determinados tipos de crime que envolvem violência e pessoas mais vulneráveis (e.g. as mulheres). As “*violações*” e a “*violência doméstica*” são um exemplo disso. Existem, assim, discrepâncias entre aquelas que são as preocupações dos jovens e as prioridades da polícia, o que agrava as suas disposições negativas em relação à polícia, que acaba por se preocupar com questões que não são um problema e que não incomodam ninguém (e.g. droga).

### **A relação ambivalente entre a necessidade e a indesejabilidade da polícia**

No que respeita à necessidade de polícia, o discurso dos jovens é ambivalente. Por um lado, os jovens reconhecem que a polícia é necessária bem como a sua presença:

*“E para além desses aspetos que vocês referiram e que tem a ver com uma atuação negativa da polícia há alguma coisa, alguma função que a polícia tenha, alguma atividade que vocês considerem que apesar de tudo tem aspetos positivos?” (M2) “Claro, se precisarmos de alguma coisa a quem é que vamos ligar?” (J2) “Precisar de alguma coisa como por exemplo?” (M2) “Se formos assaltados, a quem é que vamos ligar?” (J2) “Para a polícia!” (J6) (G2)*

Contudo, os jovens também se encontram bastante conscientes daquilo que a presença da polícia representa:

*“A polícia não vai para lá fazer nada.” (J2) “Mas achas que há lá problemas, mesmo que vocês residentes consigam resolver sem a ajuda da polícia, ou não existem problemas?” (M1) “Existem problemas, como existem em todo o lado, mas eles estão lá a meter nojo.” (J2) (G2)*

A polícia é também uma ameaça à segurança dos jovens, devido à intervenção diferenciada de que são alvo (inclusive com o recurso ao uso da força), em zonas mais vigiadas e de forma mais ostensiva, designadamente as áreas de residência de habitação social. Assim, quando os jovens percecionam a polícia como uma ameaça e as consequências que podem advir da sua presença, acabam por desvalorizar a segurança e a sua presença. Desta forma, torna-se bastante perceptível a ambivalência presente em todo o discurso dos jovens em relação à presença e intervenção da polícia que sendo, por um lado, quem os protege do perigo, pode a qualquer momento também ela tornar-se perigosa e uma ameaça à segurança destes jovens. A fonte desta ambiguidade reside nos poderes que a polícia detém e que lhe permitem proceder a intervenções inconsistentes, arbitrárias, gratuitas e com recurso à violência. Assim, os

jovens são muito críticos relativamente às circunstâncias em que a polícia deveria estar presente e à forma como a polícia deveria atuar:

*“Estar presente, do género, ser preciso ajuda para qualquer coisa e eles prestarem a ajuda...” (J5)*

*“Responder às chamadas...” (G1)*

*“(...) a presença da polícia é importante, acham que a polícia deveria estar lá mas fazer outro tipo de coisas, ou a polícia não é precisa de todo?” (M2) “Não, a polícia é precisa, mas (...) nas situações deviam agir corretamente.” (J6) (G2)*

*“Mas tu há bocado tinhas dito, Jovem 2, que era importante existir polícia porque nós precisamos de chamar a polícia.” (M2) “É... Então ficavam lá na esquadra e quando fosse preciso saiam. Não era preciso andarem aí...” (J2) “Mas que tipo de situações...” (M2) “Tudo. A ir à bomba, a ir ao mac...” (J3) “Imagine, ‘olha está aqui um cão a ladrar’, eles iam lá e tiravam-no dali... Coisas assim... Simples.” (J2) “O mais discretamente possível é?” (M2) “Ya. Tentarem-se esconder ao máximo.” (J2) (G2)*

Analisando estes excertos, compreende-se que para estes jovens é importante que a polícia esteja presente, mas não em demasia. Para os jovens é importante a polícia estar presente sempre que é necessária ajuda e sempre que é chamada, mas a sua presença deve limitar-se a isso, sendo tudo o resto excessivo. A imagem da atuação ideal por parte da polícia feita por um dos jovens do segundo grupo encontra-se em consonância com a ideia de ambivalência anteriormente expressa face à presença da polícia: os jovens consideram que a polícia deveria tentar esconder-se ao máximo, pois a sua presença constante é percecionada como uma ameaça.

Assim, compreende-se que os jovens querem a presença de uma polícia em sociedade que seja cumpridora da lei e que se mostre capaz de os proteger e de atuar em conformidade com os princípios de justiça procedimental: só assim será possível que os jovens confiem nela e lhes reconheçam legitimidade.

## **CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

---

A presente investigação teve como principal objetivo compreender a confiança dos jovens na polícia e a legitimidade que atribuem a esta instituição, colmatando, assim, a lacuna avançada por Van Craen e Skogan (2015b) referente à escassez de estudos empíricos que analisem a relação entre confiança e justiça procedimental e à existência de poucos testes empíricos, em termos Europeus, à teoria da justiça procedimental de Tyler (2011). A partir do objetivo geral foram avançados alguns objetivos específicos, sendo através destes que se irá

organizar a presente discussão: primeiramente, iremos discutir os resultados obtidos através do estudo quantitativo e, posteriormente, discutir os resultados obtidos no estudo qualitativo exploratório procurando, no final, elaborar uma discussão integrada destas duas vertentes da investigação.

Iniciando a discussão pelos objetivos específico relativos à aplicação da metodologia quantitativa, primeiramente pretendíamos compreender de que forma é a que a confiança dos jovens na polícia e a legitimidade que lhe conferiam se relacionava com a confiança na sua eficácia. Através dos resultados obtidos pelas correlações, foi possível compreender que estas variáveis se encontram fortemente correlacionadas, de forma positiva entre si. Assim, jovens que têm uma maior confiança na eficácia da polícia, tendem a confiar mais nesta instituição e a atribuir-lhe uma maior legitimidade. Estes dados contrariam os resultados dos estudos que referem que os jovens atribuem uma menor importância do que os adultos ao desempenho e eficácia da polícia (Dirikx et al., 2012 e Reisig et al., 2012), sendo consistentes com os que referem a importância do desempenho da polícia para a confiança que lhe é atribuída pelas pessoas (Fleming e McLaughlin, 2002; Sargeant et al., 2014 e Sun et al., 2013; 2014) e com as evidências que referem que o desempenho da polícia poderá ser valorizado na formação dos julgamentos de legitimidade da polícia (Wolfe et al., 2016).

Seguidamente, pretendíamos analisar de que forma a confiança dos jovens na polícia e a legitimidade por eles atribuída se relacionava com a confiança na justiça procedimental. Os resultados do presente estudo mostram que estas três variáveis se encontram positivamente correlacionadas, sendo que os jovens que mais confiam na justiça procedimental da polícia tendem a confiar mais nela e a conferir-lhe uma maior legitimidade. Estes resultados são apoiados por diversos estudos. De facto, a relevância das percepções de justiça procedimental para a confiança na polícia é uma das observações mais consistentes, tanto na literatura relativa à confiança em geral na polícia (*e.g.* Tyler, 2005; 2006; 2011; Hough et al., 2013; e Wolfe et al., 2016), como na literatura relativa à confiança dos jovens na polícia (*e.g.* Dirikx et al., 2012; Reisig et al., 2012). A relevância das percepções de justiça procedimental para os julgamentos de legitimidade também tem sido consistentemente encontrada pelos estudos (*e.g.* Jackson et al., 2012; Fagan e Tyler, 2005).

Em terceiro lugar, pretendíamos aceder às relações existentes entre a confiança dos jovens na polícia, a legitimidade por eles conferida a esta instituição e confiança na sua justiça distributiva. Constatou-se a existência de uma relação significativa e positiva entre confiança dos jovens na polícia e confiança na sua justiça distributiva não tendo sido encontradas,

contudo, evidências que suportassem a existência de uma relação entre legitimidade atribuída pelos jovens à polícia e confiança na sua justiça distributiva. Assim, os nossos resultados reforçam as evidências da literatura relativas à necessidade de se considerar a importância da justiça distributiva da polícia para as percepções acerca desta instituição (Tyler, 2006; e Wolfe et al., 2016), contrariando, ainda, os resultados presentes na literatura relativos à existência de uma relação entre justiça distributiva e legitimidade da polícia (Antrobus et al., 2015).

De uma forma geral, procurou-se compreender quais os fatores que se relacionavam com a satisfação dos jovens com o trabalho da polícia. Dos conjuntos de variáveis considerados na presente investigação, não se observou uma relação entre variáveis sociodemográficas, de insegurança objetiva e subjetiva e de estilo de vida e a variável dependente em causa. Assim, apenas algumas variáveis relativas à área de residência e algumas variáveis relativas à polícia mostraram ter uma associação significativa com esta variável dependente. Analisando as relações entre satisfação com o trabalho da polícia e variáveis relativas à área de residência, apenas a confiança geral, a adesão às normas cívicas, o envolvimento na resolução de problemas e a satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência se mostraram positiva e significativamente associadas. Assim, os jovens que tendem a estar mais satisfeitos com o trabalho da polícia são aqueles que manifestam uma maior confiança em geral, uma maior adesão às normas cívicas, que percecionam um maior envolvimento por parte dos residentes da sua zona nos problemas e que se encontram mais satisfeitos com o envolvimento da polícia na sua comunidade. Analisando as relações entre satisfação com o trabalho da polícia e variáveis relativas à polícia constata-se que a confiança na justiça distributiva, a confiança na justiça procedimental, o alinhamento moral, a legalidade percebida da ação policial, a responsabilização percebida da polícia, a cooperação com a polícia e a satisfação com os contatos com a polícia (voluntários e compulsivos), se mostraram positiva e significativamente relacionados. Mais ainda, esta variável dependente mostrou associações positivas com as restantes variáveis dependentes do estudo (confiança, confiança na eficácia e legitimidade). Assim, compreende-se que os jovens mais satisfeitos com o trabalho da polícia tendem a ser os que mais confiam na justiça distributiva e procedimental da polícia, que partilham um alinhamento moral com a mesma, que consideram que a polícia age dentro da legalidade, que consideram que a polícia é responsabilizada sempre que tem comportamentos desadequados, que se mostram mais dispostos a cooperar com a polícia e que se encontram mais satisfeitos com os contatos que com ela estabelecem. Mais ainda, os jovens estão mais satisfeitos com o trabalho da polícia quando confiam na instituição, quando confiam na sua



eficácia e quando lhe atribuem legitimidade. Estes resultados são consistentes com as evidências encontradas por Yuksel e Tepe (2013) relativas à relevância de variáveis relativas à área de residência para a satisfação das pessoas com o trabalho da polícia. Analisando as variáveis que se encontram relacionadas com a satisfação com o trabalho da polícia, a que suscita maior interesse, e que será alvo de análise mais cuidada, é a satisfação com os contatos compulsivos. Por se tratarem de contatos estabelecidos pela polícia com os cidadãos, muitas vezes indesejados, seria de esperar que estes contatos, por si, se relacionassem de forma negativa com a satisfação com o trabalho da polícia, por poderem ser vistos como negativos e gerarem percepções relativas a um tratamento injusto (Engel, 2005). Contudo, Ho e McKean (2004) encontraram evidências de que uma avaliação positiva dos contatos estabelecidos com a polícia poderá fomentar um aumento da confiança na polícia. Os nossos resultados são consistentes com a ideia avançada por estes autores, uma vez que a satisfação com os contatos compulsivos, no nosso estudo, também se correlacionou positiva e fortemente com a confiança na polícia. Estes resultados fornecem evidências complementares às que foram encontradas por Jackson et al. (2012): os autores referem que contatos positivos e voluntários se associam a níveis mais elevados de confiança na justiça procedimental da polícia; o presente estudo sugere, também, que a satisfação com os contatos compulsivos poderá, igualmente, favorecer percepções positivas face à polícia, designadamente a satisfação com o seu trabalho. Assim, o nosso estudo corrobora os resultados avançados por Skogan (2006), que salientam a importância dos contatos estabelecidos entre jovens e polícia.

Com base na teoria do capital social, a presente investigação procurou, ainda, compreender quais as condições socio contextuais da área de residência dos jovens que mostraram ter uma maior relação com a confiança na polícia e com a legitimidade que os jovens lhe atribuem. Desta forma, foram encontradas evidências empíricas que suportam a existência de uma relação entre confiança dos jovens na polícia, a legitimidade que lhe conferem e uma série de variáveis relativas à área de residência, designadamente, o controlo informal na área de residência, a confiança geral, a adesão às normas cívicas, o envolvimento na resolução de problemas e a satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência. Todas estas variáveis se mostraram positiva e significativamente relacionadas com a confiança dos jovens na polícia e com a legitimidade que lhe atribuem, mostrando que estes tendem a confiar e a legitimar a polícia quando percecionam a existência de um maior controlo informal na sua área de residência, quando tendem a confiar nas pessoas em geral, quando aderem às normas cívicas, quando percecionam um envolvimento dos residentes da sua zona na resolução de

problemas e quando estão satisfeitos com o envolvimento da polícia na sua área de residência. Analisando estes resultados compreende-se que a eficácia coletiva na área de residência dos jovens não se encontra relacionada com a sua confiança na polícia atendendo a que, embora esteja presente a importância do controlo informal na sua zona para a confiança na polícia manifestada pelos jovens, a coesão social não se mostrou relacionada com esta variável, contrariando, assim, as evidências encontradas por Sampson et al. (1997) e por Bradford e Jackson (2011). Além disso, os resultados contrariam as evidências apontadas por Sindall et al. (2012) que referem que o controlo informal na área de residência não se correlaciona com a confiança na polícia. Os resultados encontrados são consistentes com os achados de Sun et al. (2014), uma vez que jovens que manifestam elevada confiança em geral tendem a reportar níveis mais elevados de confiança na polícia. Mais ainda, compreende-se que a adesão às normas cívicas, muito associada à moralidade pessoal, se relaciona com a confiança na polícia, acrescentando, assim, dados aos resultados encontrados por Jackson et al. (2012) que já tinham encontrado relações entre a moralidade pessoal, o cumprimento da norma e a legitimidade subjetiva da polícia. Assim, reforça-se a ideia de Leiber et al. (1998), Hinds (2007) e Nix et al. (2014) no que respeita à importância das variáveis relativas ao contexto residencial dos jovens para a confiança na polícia, contribuindo o presente estudo com a importância de variáveis relativas à coprodução polícia-comunidade para a compreensão desta variável dependente.

No que respeita à integração num modelo das variáveis que têm sido analisadas pela teoria da justiça procedimental, pela teoria do desempenho e pela teoria do capital social, de forma a compreender o seu poder preditor na confiança dos jovens na polícia, na sua confiança na eficácia da polícia, na sua satisfação com o trabalho da polícia e na legitimidade que atribuem a esta, foram realizados modelos de regressão lineares.

Relativamente à confiança dos jovens na polícia, constatámos que as variáveis independentes que melhor a predizem foram a confiança na eficácia da polícia, a satisfação com o trabalho da polícia e a adesão às normas cívicas, sendo que todas elas entraram positivamente na explicação da variável dependente, num modelo que apresentou um poder explicativo de cerca de 53%. Surpreendentemente, a confiança na justiça procedimental da polícia, apesar de se ter mostrado relacionada com a confiança na polícia nas correlações bivariadas realizadas, em conjunto com as outras variáveis, não foi um preditor desta variável dependente, compreendendo-se uma relevância maior de variáveis relacionadas com a teoria do desempenho. Estes resultados são consistentes com as evidências avançadas pelos estudos

de Sargeant et al. (2014) e Sun et al. (2013; 2014). Desta forma os dados sugerem que as percepções acerca do desempenho da polícia assumem um papel mais relevante para a sua confiança na polícia do que percepções de justiça procedimental ou distributiva. Parece-nos que a explicação avançada por Hinds (2007) poderá ser adequada para a justificação dos presentes resultados: as percepções dos jovens poderão ser moldadas mais pela influência de fatores instrumentais, designadamente pela ameaça de sanção que pode surgir da ação policial, justificando a sua influência nas percepções e atitudes dos jovens em relação à polícia (e não tanto nas dos adultos).

No que concerne com a confiança dos jovens na eficácia da polícia, compreendeu-se que as variáveis independentes que se mostraram preditoras foram as expectativas em relação à área de residência, a confiança geral, a adesão às normas cívicas e a satisfação com o trabalho da polícia. Todas as variáveis independentes contribuíram de forma positiva para a explicação da confiança dos jovens na eficácia da polícia, num modelo que explicou cerca de 40% da confiança dos jovens na eficácia da polícia. Mais uma vez se compreende que as variáveis relativas à justiça procedimental não se constituíram como preditores significativos na explicação desta variável dependente. Assim, compreende-se a relevância das perspetivas instrumentais face às perspetivas normativas, sendo que as variáveis relativas à área de residência observam-se, novamente, como tendo um papel relevante nas percepções dos jovens, reforçando as afirmações de Hinds (2007) e Leiber et al. (1998). Estas evidências contrariam, ainda, aquelas que foram encontradas por Dirikx et al. (2012) e por Reisig et al. (2012), demonstrando que nem sempre os jovens atribuem uma menor importância ao desempenho e eficácia da polícia, por comparação com o tratamento respeitoso e justo. Uma possível explicação para estes resultados poderá relacionar-se, também, com as evidências encontradas por Sindall et al. (2016), de que jovens que consideravam a sua zona amigável para se viver apresentavam percepções mais favoráveis face à polícia.

Quanto à satisfação dos jovens com o trabalho da polícia, foi encontrado um poder preditivo das seguintes variáveis independentes: confiança na eficácia da polícia, confiança na justiça procedimental, cinismo legal e satisfação com os contatos compulsivos com a polícia. Todas estas variáveis entraram positivamente e de forma significativa num modelo que explicou cerca de 62% da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia. Assim, compreende-se que apenas as variáveis relativas à polícia têm um poder explicativo na satisfação dos jovens com o trabalho da polícia sendo que, quando se introduzem variáveis relativas à área de residência no modelo, nenhuma delas se mostra preditor significativo para

a satisfação com o trabalho da polícia. Desta forma é possível sugerir que, quando se trata da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia, quer as variáveis relativas à teoria da justiça procedimental por um lado, quer relativas à teoria do desempenho por outro lado, se revestem da maior importância para a compreensão desta variável independente. Estes resultados mostram-se consistentes com a literatura, atendendo à existência de estudos que mostram quer a importância da justiça procedimental (*e.g.* Dirikx et al., 2012 e Wolfe et al., 2016), quer a importância do desempenho (*e.g.* Sargeant et al., 2014 e Sun et al., 2013; 2014) na formação de percepções favoráveis em relação à polícia, sendo a satisfação com o trabalho da polícia um elemento-chave. Uma variável que merece atenção particular é o cinismo legal, que se relaciona positivamente com esta variável dependente. Apesar de os estudos tendencialmente considerarem que o cinismo legal se caracteriza por uma atitude de oposição às leis, por uma centralidade na perseguição de objetivos pessoais e por uma desconfiança em relação à polícia (Nivette et al., 2015), e tendo em conta as variáveis utilizadas para mensurar este conceito no presente estudo, importará analisar as evidências de outro estudo, cuja análise se poderá aplicar ao presente. Carr et al. (2007) na explicação da relação positiva entre cinismo legal e satisfação com o trabalho da polícia encontraram evidências de que, apesar de apresentarem predisposições negativas face à polícia, os jovens acabam por a considerar responsável pelo controlo da criminalidade; assim, o cinismo legal poderá ser considerado uma atitude temporária de descontentamento que não implica, necessariamente, uma insatisfação com a forma como a polícia desempenha o seu trabalho. Mais uma vez, a satisfação dos jovens com os contatos compulsivos com a polícia surge como uma variável relevante para que estes se sintam satisfeitos com o trabalho da polícia.

Finalmente, no que respeita à legitimidade atribuída pelos jovens à polícia, apenas a variedade da delinquência, a confiança geral e o alinhamento moral se mostraram variáveis independentes preditoras desta variável, num modelo que explicou 22% da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia: a variedade da delinquência entrou negativamente no modelo, enquanto as restantes variáveis entraram positivamente. Desta forma compreende-se que as variáveis de estilo de vida (designadamente através do contributo da variedade da delinquência) predizem a legitimidade da polícia. Mais ainda, de uma série de variáveis relativas à área de residência e relacionadas com o capital social, apenas a confiança geral mostrou ter um poder preditivo na legitimidade conferida pelos jovens à polícia. No que respeita às variáveis relativas à polícia, apenas o alinhamento moral mostrou ter um poder preditivo desta variável dependente, apesar de se ter mostrado correlacionado com todas as

outras variáveis dependentes do estudo. Aqui, percebe-se que as percepções acerca da justiça procedimental e do desempenho da polícia não se apresentaram preditores significativos da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia. Estes dados são consistentes com a literatura, atendendo a que anteriormente Jackson et al. (2012) tinham encontrado evidências de que a prática de atos delinquentes tende a ser maior entre pessoas com um nível mais baixo de alinhamento moral com a polícia. Além disso, Fagan e Tyler (2005) também obtiveram resultados que reforçam a ideia de que a legitimidade tem uma influência na obediência às normas. Assim, jovens com maior variedade na delinquência tendem a considerar a polícia menos legítima. Estas descobertas corroboram, ainda, as evidências reportadas por Jackson e Sunshine (2007) e Hough et al. (2010) em relação à importância do alinhamento moral para a legitimidade da polícia.

Passando à discussão dos objetivos específicos relativos à aplicação da metodologia qualitativa numa vertente exploratória, primeiramente pretendia-se compreender as percepções e os juízos dos jovens acerca da polícia. Através da análise dos *focus group*, compreende-se que os discursos dos jovens tendem a ser ostensivamente negativos e marcados por hostilidade, evidência consistente com os estudos de Hurst et al. (2000) e Ivkovic (2008). Os jovens caracterizam a polícia como sendo ambivalente em termos de atuação, variando esta entre a lei e a transgressão, e considerando que a polícia é, maioritariamente, repressiva e autoritária. Assim, existe uma percepção de inconsistência na atuação da polícia que origina percepções de desconfiança. Estas tendem a agravar-se quando se junta a percepção do abuso da autoridade por parte da polícia, através da violência, da discricionariedade e da discriminação. Desta forma, existem ainda repercussões em termos de legitimidade da polícia, uma vez que para os jovens esta apenas será reconhecida caso a polícia atue em concordância com aqueles que são os seus deveres e o enquadramento legal no qual se insere a sua atividade, evidências consistentes com as encontradas por Hunold et al. (2016). Os jovens não questionaram a legitimidade da polícia enquanto instituição, mas sim a legitimidade de certas formas de exercício das funções policiais, sendo esta avaliada em função dos contatos entre os jovens e os polícias com que se deparam no dia-a-dia. Compreende-se que estas percepções e juízos que os jovens tecem acerca da polícia se encontram muito relacionados com as experiências de contato que os jovens estabelecem com um tipo de policiamento muito particular: patrulhamento nas suas áreas de residência. Assim, este estudo encontrou evidências consistentes com aquelas que foram encontradas por Terrill e Reisig (2003) e Gau e Brunson (2010): alguns dos jovens da nossa amostra consideram que as zonas onde residem são

ostensiva e intensamente patrulhadas pela polícia, que intervém de uma forma diferenciada nestas áreas de residência relativamente a outras zonas. Segundo os jovens da amostra, nestes locais, a intervenção da polícia é caracterizada por práticas percebidas como discricionárias e violentas. São, sobretudo, práticas que podemos qualificar, a partir do discurso dos jovens, de “proactivas-agressivas ou repressivas” (*e.g.* as paragens e revistas injustificadas e as rusgas), que acentuam o sentimento de desadequação e impotência dos jovens. Estes dados são consistentes com os de Brunson e Miller (2006), Gau e Brunson (2010), Hunold et al. (2016). As experiências de contato que os jovens têm com este tipo de policiamento e este tipo de ações são uma constante ao longo dos *focus group*, por contraste com a referência a outros tipos de policiamento. Quando se falou das experiências de contato dos jovens com outros tipos de polícia, designadamente a *Escola Segura*, os jovens desvalorizaram-na e manifestaram desinteresse em falar dela, por considerarem tratar-se de “outra” polícia. Estes resultados também reforçam as evidências encontradas por Skogan (2006) de que as interações percecionadas como negativas têm uma maior influência nas percepções acerca da polícia do que as interações percecionadas como positivas ou neutras.

Outro objetivo do presente estudo passava por compreender a relação entre polícia e comunidade, designadamente através dos contextos de vida e dos contatos estabelecidos com a polícia. Se apenas dois jovens, em ambos os *focus group*, referiram ter ficado satisfeitos com os contatos estabelecidos com a polícia na sequência de chamadas feitas para reportar situações ocorridas na sua área de residência, a grande maioria dos jovens demonstrou um grande descontentamento face às intervenções que a polícia levava a cabo quando era chamada a intervir na sua comunidade e, mais concretamente, com as atuações que desempenhava no seu local de residência de forma habitual, por se relacionarem com uma proatividade agressiva. Esta habitualidade das patrulhas nas áreas de residência dos jovens origina um ressentimento por parte dos mesmos, que consideram ser um “alvo” constante das atuações da polícia, recebendo tratamento diferenciado nesses locais. Mais ainda, este ressentimento torna-se mais severo quando os jovens percecionam um abuso de autoridade por parte da polícia que, segundo eles, tende a agir de forma excessiva, violenta e discricionária nestes locais, levando os jovens a desconsiderar a importância da presença da polícia face a esta possibilidade eminente de uma atuação pautada pelo excesso e pela violência. Desta forma, e atendendo à existência de relações tensas entre polícia e comunidade nestes locais (Sampson e Bartusch, 1998), estas podem ser ainda mais abaladas e prejudicadas pela percepção que estes jovens têm de que a polícia age de forma injusta, por os discriminar

com base no local onde vivem (Jones-Brown, 2007; e Gau e Brunson, 2010). Assim, os jovens nos seus discursos, apesar de considerarem que nas suas áreas de residência existem problemas como em qualquer outro lado, consideram que é pior a polícia estar presente do que não estar, uma vez que esta tende a suscitar hostilidade e ressentimento, reforçando as evidências apontadas por Hinds (2007) acerca da existência de um ressentimento e uma resistência, com base na imposição de autoridade e de controlo social em certas áreas de residência, que pode originar um desrespeito generalizado pela lei. Esta ideia é reforçada pelas evidências de Gau e Brunson (2010) que referem que na base dos ressentimentos e hostilidade destes jovens se encontram percepções negativas face à polícia, que se relacionam com uma desconfiança e deslegitimação da mesma.

Tendo em conta as evidências já apresentadas, quando analisamos as relações entre jovens e polícia, tendo em conta a presença e visibilidade desta, os contatos que são estabelecidos e o sentimento de segurança destes jovens na sua área de residência, facilmente se compreende que esta relação tende a ser negativa e hostil, pautando-se por uma ambivalência entre a necessidade e a indesejabilidade da presença da polícia. Estes sentimentos ambivalentes por parte dos jovens também foram encontrados por Gau e Brunson (2010). Os jovens consideram que a polícia é necessária, mas que esta apenas deve ser visível quando a sua presença for solicitada, devendo atuar da forma correta nesses casos. Através dos discursos dos jovens foi possível compreender que existiram momentos em que estes recorreram à polícia quando se sentiram ameaçados e em perigo e nos quais a polícia manifestou um desinteresse completo pela situação, colocando a culpa nos jovens por estarem a faltar às aulas e se encontrarem naquele local. Desta forma, através do seu modo de atuação, compreende-se que os critérios da polícia são diferentes dos que seriam inerentes à proteção das pessoas. Face a esta percepção de desproteção por parte da polícia, os jovens tendem a considerar a presença da polícia inútil. Assim, as evidências encontradas no presente estudo são consistentes com as evidências encontradas por Ho e McKean (2004) de que existe uma relação entre experiências de vitimação e desconfiança na polícia. Estes resultados apoiam, ainda, as evidências encontradas por Jackson et al. (2012) acerca da relevância dos contatos negativos com a polícia para uma diminuição do nível de confiança na sua justiça procedimental. Esta percepção negativa por parte dos jovens agrava-se quando estes compreendem que a presença e visibilidade da polícia se podem constituir enquanto ameaça: os jovens referiram episódios nos quais, segundo eles, a polícia, quando não atingia os seus objetivos no decurso das suas atividades, acabava por agir com violência e de forma gratuita sobre as pessoas, sobretudo as

mais vulneráveis (jovens toxicodependentes e sem abrigo), destruindo os seus pertences. Estes resultados são consistentes com os que foram encontrados por Gau e Brunson (2010): as noções de justiça dos jovens acabam por ser colocadas em causa por agentes que parecem agir por maldade, vingança ou interesse pessoal. Desta forma, os jovens manifestam uma ambivalência: se, por um lado, consideram a polícia necessária para a sua segurança, por outro lado, percebem a sua presença como uma ameaça, relegando, assim, para segundo plano a sua segurança e considerando que seria melhor a polícia não estar presente. Esta ideia é reforçada pela descrição que os jovens fazem acerca daquela que seria a atuação ideal da polícia: *“esconderem-se ao máximo”*, ficando dentro da esquadra e saindo apenas quando fossem chamados, sendo tudo a mais do que isso considerado excessivo. Estas evidências estão em conformidade com as de Gau e Brunson (2010) que referem que os jovens estão conscientes da necessidade da polícia questionando, contudo, determinadas práticas por ela encetadas, demonstrando, ainda, a existência de consequências como a desconfiança e a deslegitimação resultantes de ações da polícia que fogem à justiça procedimental (Tyler, 1990; Mastrofski et al., 2002; e Gau e Brunson, 2010).

Compreender a interpretação que os jovens fazem acerca da justiça procedimental, da justiça distributiva e do desempenho da polícia nas suas intervenções era outro dos objetivos específicos do presente estudo. Foram encontradas evidências de que estes jovens valorizavam os critérios de justiça procedimental na atuação da polícia, sobretudo quando lhes foi solicitado que caracterizassem o *“bom polícia”*: ouvir as pessoas antes de agir dando-lhes a oportunidade de explicar os seus pontos de vista, não agirem com recurso à violência e respeitar as pessoas com quem comunicam foram os elementos de justiça procedimental referidos pelos jovens. Além disso, compreende-se a valorização da justiça procedimental por parte dos jovens quando descrevem experiências de contato com a polícia pautadas por injustiça procedimental (designadamente ao nível das revistas e das rusgas na área de residência). Estes resultados são consistentes com a literatura (e.g. Gau e Brunson, 2010; e Mazerolle et al., 2013), acerca da importância de se dar voz às pessoas que contatam com a polícia e de esta ser ouvida e tida em consideração na tomada de decisão. Contudo, a imagem dominante ao longo dos *focus group* foi, em vários aspetos, discordante da justiça procedimental. Quanto à justiça distributiva, os resultados apontam para a existência de um tratamento diferenciado por parte da polícia, que não atua de forma consistente com todas as pessoas, segundo as perspetivas dos jovens: as pessoas de etnia cigana tendem a receber um tratamento diferenciado, uma vez que a polícia simplesmente não atua nos problemas que as



envolvem, deixando as restantes pessoas desprotegidas face a essas situações; os próprios jovens tendem a ser alvo de tratamento diferenciado por serem de “bairro” e apresentam uma série de fatores que condicionam a atuação da polícia. Gau e Brunson (2010) também apresentaram resultados que reforçam esta existência de julgamentos da polícia em função de uma série de características que os jovens apresentam. Finalmente, no que se refere ao desempenho da polícia, resulta da análise dos discursos dos jovens sobre a eficácia que a necessidade e a eficácia da polícia se associam, sobretudo, à polícia reativa, ou seja, a uma intervenção da polícia na sequência de determinados tipos de crime (*e.g.* furtos, violência doméstica), considerando os jovens que, nestes crimes, a polícia deveria fazer ainda mais do que aquilo que faz. Existe, ainda, uma discrepância entre aquelas que são as preocupações dos jovens e as prioridades da polícia. Os jovens também referiram nas características do “*bom polícia*” o facto de este dever responder às chamadas e cumprir os seus deveres sem os recusar, reforçando a relevância do desempenho na formação das percepções dos jovens acerca da polícia (Sargeant et al., 2014 e Sun et al., 2013; 2014).

Finalmente, quando procurámos aceder às motivações dos jovens para cooperarem com a polícia foram encontradas evidências de que os jovens, na sua grande maioria, não estão predispostos a cooperar com a polícia, exceto em casos que envolvam pessoas desaparecidas. A explicação para este facto, reside na ideia dos jovens de que a polícia tem as prioridades trocadas, preocupando-se com questões irrelevantes ou da vida privada (*e.g.* tráfico e consumo de droga, relacionados com a proatividade compulsiva da polícia), ao invés de se preocupar com problemas que afetam as pessoas em geral e que, usualmente, envolvem violência, deixando as pessoas vulneráveis. A esta explicação junta-se o facto de muitos destes jovens terem considerado que não valeria a pena fazer queixa em determinadas situações, pois a polícia metia as queixas na “*gaveta*”, ou então, sobretudo em crimes contra a propriedade, porque os valores em causa não o justificavam. Além disso, surgiu ainda a ideia de que, muitas vezes, a polícia não age na proteção dos interesses coletivos, mas sim corporativos, pelo que os jovens não se mostram dispostos a ajudar a polícia para “*o interesse deles*”. A existência de uma relação tensa entre jovens e polícia gera dificuldades na obtenção da cooperação e de apoio à polícia, um dado consistente com os resultados de Friedman et al. (2004) e de Hunter (1999) o que, por sua vez, dificulta a eficácia da instituição (Hinds, 2009). Estes resultados são suportados pelo estudo de Bradford e Jackson (2011), que encontrou evidências da existência de associações entre as percepções de justiça procedimental da polícia, o alinhamento moral e a cooperação: jovens que percecionam uma injustiça procedimental e

que têm um baixo alinhamento moral com a polícia tendem a não cooperar com ela, sendo que estas avaliações são feitas com base no comportamento da polícia.

Analisando os resultados quantitativos e qualitativos podemos dizer que estes têm um caráter complementar, sendo quatro as evidências que consideramos importantes destacar: *a relação ambivalente existente entre jovens e polícia; a importância da teoria da justiça procedimental, da teoria do desempenho e da teoria do capital social na formação das percepções dos jovens acerca da polícia; a relevância das experiências de contato compulsivas com a polícia; e as dificuldades de cooperação dos jovens com a polícia*. Deste modo, iremos detalhar de forma mais concreta estas evidências, salientando as considerações que deverão ser tidas em conta na realização de estudos empíricos futuros.

Primeiramente, foram encontradas evidências da existência de uma *relação ambivalente entre jovens e polícia*. Apesar de os dados quantitativos revelarem que os jovens tendem a confiar na polícia, compreende-se que valorizam mais a eficácia da instituição do que a justiça dos seus procedimentos. Os dados qualitativos ajudam-nos a compreender melhor estes resultados: os jovens, apesar de considerarem que a polícia é necessária para a defesa dos cidadãos, consideram que esta nem sempre atua corretamente, incorrendo em procedimentos discriminatórios, discricionários e violentos. Este tipo de dados advém das experiências pessoais de contato dos jovens com a polícia nas suas áreas de residência de habitação social, de forma mais concreta, com as patrulhas de polícia: nestes locais, estas têm uma atuação considerada excessiva, sendo que os jovens estão conscientes de que a sua presença representa uma ameaça eminente. Desta forma, estamos perante um paradoxo: a polícia, por um lado, protege os jovens constituindo-se, por outro lado, como uma ameaça à sua segurança. Por este motivo, relações que à partida serão já tensas, tendem a agravar-se, originando uma desconfiança dos jovens para com a polícia. Esta desconfiança advém das avaliações que os jovens fazem das interações que estabelecem com cada polícia em concreto no seu dia-a-dia, sendo que a legitimidade da polícia enquanto instituição nunca é colocada em causa. Assim, será importante que os estudos passem a integrar questões relativas aos diferentes tipos de policiamento com os quais os jovens têm contato.

Em segundo lugar, compreendemos a *importância da teoria da justiça procedimental, da teoria do desempenho e da teoria do capital social para as percepções dos jovens acerca da polícia*. Os dados quantitativos forneceram-nos evidências da importância de variáveis relativas às três teorias para as percepções dos jovens e estes dados foram reforçados pelos dados obtidos através dos *focus group* em que os jovens, para além de demonstrarem que

avaliavam a polícia em função da sua justiça/injustiça procedimental, também o faziam em função do seu desempenho e de variáveis relativas à sua área de residência. Desta forma, os estudos deverão fazer um esforço de inclusão destas três componentes, uma vez que as percepções dos jovens se revelam complexas e multifacetadas, envolvendo explicações que não se resumem, simplesmente, a procedimentos e a resultados da atuação policial.

*A relevância das experiências de contatos compulsivos com a polícia* é a terceira evidência que consideramos relevante. Efetivamente, as experiências de contato compulsivas, atendendo ao seu caráter involuntário, tendem a ser avaliadas pelos jovens como sendo negativas. Contudo, um resultado revelador do presente estudo, foi a relevância da satisfação com os contatos compulsivos para a predição da satisfação com o trabalho da polícia. Mais ainda, esta variável mostrou-se correlacionada positivamente não apenas com a satisfação com o trabalho da polícia, mas também com a confiança dos jovens na polícia e com a confiança dos jovens na eficácia da polícia. Desta forma, compreende-se que este tipo de contatos, apesar de indesejados e tendencialmente avaliados como negativos, quando avaliados de forma satisfatória pelos jovens, podem fomentar a confiança destes na polícia e promover percepções favoráveis acerca desta instituição. Assim, os estudos deverão procurar compreender melhor de que forma os jovens percebem este tipo de experiências em diversos contextos, introduzindo esta variável que, para além de inovadora, se apresenta como reveladora.

Em último lugar, *as dificuldades de cooperação dos jovens com a polícia* são outro dado relevante do presente estudo. É certo que as evidências tendem a mostrar que os jovens cooperam menos do que as pessoas mais velhas (e.g. Ivkovic, 2008). Contudo, atendendo a que esta falta de cooperação advém de experiências negativas e de injustiça procedimental associadas a um tipo de policiamento muito particular nas áreas de residência, gerador de desconfiança na polícia, existe uma possibilidade de estas tendências estabilizarem ao longo da vida, em grande parte pelo facto de os jovens, muitas das vezes, não terem capacidades socioeconómicas para mudarem de habitação ou de local. Desta forma, será necessário explorar melhor as condições da área de residência e de que forma é que estas, associadas ao tipo de policiamento nelas operado, se associam a uma fraca disposição dos jovens para cooperarem com a polícia, uma vez que o presente estudo apenas encontrou evidências de que a cooperação com a polícia se correlaciona com o controlo informal na área de residência. Mais ainda, ao nível das variáveis relativas à polícia, a cooperação apenas se mostrou correlacionada de forma positiva com a confiança na polícia, com a confiança na eficácia da

polícia, com a satisfação com o trabalho da polícia e com a satisfação com os contatos voluntários com a polícia. Desta forma, compreende-se que existe um problema estrutural e dinâmico: se os jovens não confiam na polícia, não confiam na sua eficácia, nem estão satisfeitos com o trabalho da instituição, tendem a não cooperar com ela, agravando os problemas de eficácia e eficiência da polícia, que poderão ser geradores de uma desconfiança na instituição. Assim, importará realizar mais estudos, sobretudo de cariz qualitativo, de forma a compreender quais os fatores que os jovens consideram ser importantes para cooperarem com a polícia e as motivações que se encontram na origem da não cooperação, de forma a contribuir para estratégias de melhoria nas condições de policiamento, voltando-o para um maior envolvimento da comunidade na realização de esforços de prevenção e repressão da criminalidade.

### **Limitações**

Apesar de fornecer importantes resultados, o presente estudo não está imune a algumas críticas e limitações. Primeiramente, a amostra em estudo foi constituída por apenas 116 jovens de três escolas da área metropolitana do Porto. Futuramente seria relevante alargar esta amostra, quer ao nível do número de jovens envolvidos, quer ao nível do número, quer ao nível da variedade de escolas amostradas (designadamente escolas de outras áreas geográficas). Em segundo lugar, os questionários pretendem aceder a valores e atitudes, sendo que as atitudes diferem dos comportamentos (uma coisa é dizermos que confiamos na polícia e outra é termos comportamentos que efetivamente o expressam). Desta forma, devemos ter em conta este tipo de considerações, procurando incluir medidas de desejabilidade social nos questionários, em investigações futuras. Em terceiro lugar, foram apenas analisados dados provenientes de questões relativas à polícia, quando o módulo do *ESS* utilizado no presente estudo também dispunha de questões relativas aos tribunais. Assim, consideramos que seria relevante a inclusão em futuras investigações de questões relativas à polícia e aos tribunais, de forma a compreender as percepções dos jovens acerca do sistema de justiça criminal como um todo. Em quarto lugar, estudos mais recentes (Sindall et al., 2017) têm encontrado resultados que apoiam a existência de uma relação entre percepções dos pais acerca da polícia e percepções manifestadas pelos sus filhos, apoiando a ideia de uma transmissão intergeracional. Desta forma, seria interessante explorar futuramente o processo de socialização legal dos jovens e os seus intervenientes, neste tipo de estudos. Em quinto lugar, apesar de os modelos de regressão lineares serem uma das análises de estatística inferencial mais utilizada neste tipo de estudos, têm surgido, recentemente, diversos estudos que recorrem à aplicação de modelos de

equações estruturais. Este tipo de análises procura “*modelar relações causais entre variáveis, incluindo todas as variáveis conhecidas como tendo algum envolvimento no processo de interesse*”<sup>28</sup> (Field, 2000, p. 2). Assim, e atendendo à especificação de um modelo teórico previamente definido, é possível incluir todas as variáveis de interesse no modelo, originando relações específicas entre as variáveis, designadamente associações, efeitos diretos e indiretos. Será importante considerar a possibilidade de se recorrer a este tipo de análises estatísticas no futuro, tendo em conta a quantidade de variáveis tidas em consideração. Finalmente, na aplicação de metodologias qualitativas como *focus group*, para além da realização de um maior número de *focus group* deverá apostar-se num contraste entre diferentes grupos de jovens (que apresentem diferenças individuais e contextuais), de forma a aceder a um conjunto mais amplo e diversificado de percepções dos jovens.

---

<sup>28</sup> **Da versão original:** “*SEM is an attempt to model causal relations between variables by including all variables that are known to have some involvement in the process of interest.*” (Field, 2000, p. 2).

## CONCLUSÃO

---

Com a presente dissertação de mestrado procurámos fornecer novos contributos no que respeita à confiança e legitimidade da polícia. Apesar de este ser um tema amplamente explorado pela literatura, poucos têm sido os estudos que abordam esta temática na perspetiva dos jovens e, sobretudo, através de um esforço de integração dos três referenciais teóricos explicativos da confiança: a teoria da justiça procedimental, a teoria do desempenho e a teoria do capital social. Mais importante do que os contributos fornecidos através da discussão dos resultados obtidos é a possibilidade de se estudarem novas variáveis que se mostraram relevantes na presente investigação (*e.g.* a satisfação com os contatos compulsivos com a polícia) e que carecem de uma exploração mais aprofundada, bem como o seu papel na confiança e legitimidade da polícia.

O tema estudado é um terreno fértil para produção de mais e melhor literatura científica mas, acima de tudo, é uma questão fundamental para o funcionamento das sociedades democráticas. Assim, ao nível da sua relevância, este tipo de trabalhos permite, na linha daquilo que Jackson et al. (2011) referem, a obtenção de dados concretos relativos à variação da confiança e da legitimidade das instituições. A formação de sistemas de indicadores sociais de confiança pública e de legitimidade institucional (que se mostram fundamentais para a formulação de políticas de controlo do crime e para o controlo eficaz de alterações ao nível da confiança do público e da legitimidade reconhecida às instituições, como resposta a inovações políticas) é também uma das mais-valias permitidas por este tipo de trabalhos. Estes servem ainda propósitos de conceção, acompanhamento e avaliação da eficácia de políticas de justiça criminal ao nível Europeu, que pretendam aumentar a conformidade e a cooperação (Jackson et al., 2011). Desta forma, importará continuar a estudar a confiança e a legitimidade da polícia, explorando-a em diferentes amostras e contextos.

## BIBLIOGRAFIA

---

- Agra, C. (2007). Podemos medir a criminalidade e a segurança? *Separata de Inovação, poder e desenvolvimento: Congresso de Cidadania*, 227 – 234.
- Antrobus, E., Bradford, B., Murphy, K., & Sargeant, E. (2015). Community Norms, Procedural Justice, and the Public's Perceptions of Police Legitimacy. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 19 (1), 20 - 46.
- Barbalet, J. (2009). A characterization of trust, and its consequences. *Theory and Society*, 38 (4), 367 – 382.
- Beetham, D. (1991). *The Legitimation of Power*. London: Macmillan.
- Beetham, D. (2013). Revisiting legitimacy, twenty years on. In J. Tankebe & A. Liebling (Eds.), *Legitimacy and Criminal Justice: An International Exploration*, (pp. 19 – 36). Oxford: Oxford University Press.
- Bottoms, A. E., & Tankebe, J. (2012) Beyond Procedural Justice: A Dialogic Approach to Legitimacy in Criminal Justice. *Journal of Criminal Law & Criminology*, 102, 119 – 170.
- Bradford, B. (2012). Policing and social identity: procedural justice, inclusion and cooperation between police and public: *Policing and Society: An International journal of research and policy*, 22 (1), 22 - 43.
- Bradford, B., & Jackson, J. (2011). Legitimacy and the Social Field of Policing. Acedido em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1914458](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1914458) a 10 de março de 2017.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: a practical guide for beginners*. SAGE Publications Ltd.
- Brunson, R. K., & Miller, J. 2006a. Gender, race, and urban policing: The experience of African American youths. *Gender & Society*, 20 (4), 531–552.
- Cao, L., Frank, J., & Cullen, F. T. (1996). Race, community context and confidence in the police. *American Journal of Police*, 15 (1), 3 – 22.
- Carr, P. J., Napolitano, L., & Keating, J. (2007). We never call the cops and here is why: a qualitative examination of legal cynicism in three Philadelphia neighborhoods. *Criminology*, 45 (2), 445 – 480.

- Colborne, M. (2013). *Political Disengagement and Trust in Europe*. NatCen: Social Research that works for society.
- Creswell, J. W., Clark, V. L., Gutmann, M. L., & Hanson, W. E. (2003). Advanced mixed methods research designs. In A. Tashakkori and C. Teddlie (Eds.), *Handbook on mixed methods in the behavioral and social sciences*, (pp. 209 – 240). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- De Cremer, D., & Bakker, M. (2003). Accountability and cooperation in social dilemmas: The influence of others' reputational concerns. *Current Psychology*, 22 (2), 155-163.
- Dirikx, A., Gelders, D., & Parmentier, S. (2012). Police-youth relationships: A qualitative analysis of Flemish adolescents' attitudes toward the police. *European Journal of Criminology*, 9 (2), 191 – 205.
- Engel, R. S. (2005). Citizens' Perceptions of Distributive and Procedural Injustice during Traffic Stops with Police. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 42 (4), 445 – 481.
- Fagan, J., & Tyler, T. R. (2005). Legal Socialization of Children and Adolescents. *Social Justice Research*, 18 (3), 217 – 242.
- Field, A. (2000). Structural Equation Modelling (SEM). Acedido em <https://www.discoveringstatistics.com/repository/sem.pdf>, a 29 de maio de 2017.
- Fleming, J., & McLaughlin, E. (2012). Researching the confidence gap: theory, method, policy. *Policing & Society*, 22 (3), 261 – 269.
- Flexon, J., Lurigio, A., & Greenleaf, R. (2009). Exploring the dimensions of trust in the police among Chicago juveniles. *Journal of Criminal Justice*, 37, 180 – 189.
- Flick, U. (2015). *Introducing Research Methodology* (2<sup>nd</sup> edition). SAGE Publications Ltd.
- Frank, J., Brandl, S., Cullen, F. T., & Stichman, A. (1996). Reassessing the impact of race on citizens' attitudes toward the police. A research note. *Justice Quarterly*, 13 (2), 321 – 334.
- Friedman, W., Lurigio, A., Greenleaf, R., & Albertson, S. (2004). Encounters Between Police Officers and Youths: The Social Costs of Disrespect. *Journal of Crime & Justice*, 27 (2), 1 – 25.



- Gau, J. M., & Brunson, R. K. (2010). Procedural Justice and Order Maintenance Policing: A Study of Inner-City Young Men's Perceptions of Police Legitimacy. *Justice Quarterly*, 27 (2), 255 – 279.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Hagan, F. E. (2010). *Research Methods in Criminal Justice and Criminology* (7<sup>th</sup> edition). United States of America: Pearson Education, Inc.
- Hardin, R. (2002). *Trust and trustworthiness*. New York: Russel Sage.
- Hawdon, J. (2008). Legitimacy, Trust, Social Capital, and Policing Styles. *Police Quarterly*, 11 (2), 182 – 201.
- Hinds, L. (2007). Building Police-Youth Relationships: The Importance of Procedural Justice. *National Association for Youth Justice*, 7 (3), 195 – 209.
- Hinds, L. (2009). Youth, Police Legitimacy and Informal Contact. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 24 (1), 10 – 21.
- Hinsch, W. (2008). Legitimacy and justice. In J Kuhnelt (Ed.), *Political Legitimation without morality?*, (pp. 39 – 52). London: Springer.
- Hinsch, W. (2010). Justice, legitimacy, and constitutional rights. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 13 (1), 39 – 54.
- Ho, T., & McKean, J. (2004). Confidence in the Police and Perceptions of Risk. *Western Criminology Review*, 5 (2), 108 – 118.
- Hough, M, Jackson, J., Bradford, B., Myhill, A. & Quinton, P. (2010). Procedural Justice, Trust and Institutional Legitimacy. *Policing: A Journal of Police and Practice*, 4 (3), 203 – 210.
- Hough, M., Jackson, J., & Bradford, B. (2013). Legitimacy, Trust and Compliance: Na Empirical Test of Procedural Justice Theory using the European Social Survey. In. J. Tankebe & A. Liebling (Eds.), *Legitimacy and Criminal Justice: An International Exploration*, (pp. 326 – 352). Oxford: Oxford University Press.

- Hunold, D., Oberwittler, D., & Lukas, T. (2016). 'I'd like to see your identity cards please' – Negotiating authority in police-adolescent encounters: Findings from a mixed-method study of proactive police practices towards adolescents in two German cities. *European Journal of Criminology*, 13 (5), 590 – 609.
- Hunter, R. D. (1999). Officer opinions on police misconduct. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 15(2), 155 – 170.
- Hurst, Y. (2007). Juvenile Attitudes Toward the Police. *Criminal Justice Review*, 32 (2), 121 – 141.
- Hurst, Y. G., & Frank, J. (2000). How kids view cops: The nature of juvenile attitudes toward the police. *Journal of Criminal Justice*, 28 (3), 189 – 202.
- Hurst, Y., Frank, J., & Browning, S. (2000). The attitudes of juveniles toward the police: A comparison of black and white youth. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 23 (1), 37 – 53.
- Hurst, Y., McDermott, M., & Thomas, D. (2005). The attitudes of girls toward the police: differences by race. *Policing: an International Journal of Police Strategies & Management*, 28 (4), 578 – 593.
- Ivkovic, S. K. (2008). A Comparative Study of Public Support for the Police. *International Criminal Justice Review*, 18 (4), 406 – 434.
- Jackson, J., & Sunshine, J. (2007). Public Confidence in Policing: A Neo-Durkheimian Perspective. *British Journal of Criminology*, 47 (2), 214 – 233.
- Jackson, J., & Bradford, B. (2010). What is Trust and Confidence in the Police? *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 4 (3), 241 – 248.
- Jackson, J., Hough, M., Farral, S., Keijser, J., & Aromaa, K. (2010). *Trust in Justice: A Comparative European Analysis*. Acedido em [http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round5/questionnaire/ESS5\\_final\\_trust\\_in\\_police\\_courts\\_module\\_template.pdf](http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round5/questionnaire/ESS5_final_trust_in_police_courts_module_template.pdf), a 11 de junho de 2015.
- Jackson, J., Hough, M., Bradford, B., Pooler, T., Hohl, K., & Kuha, J. (2011). Trust in Justice: Topline Results from Round 5 of the European Social Survey. *ESS Topline Results Series: Issue 1*.

- Jackson, J., Bradford, B., Hough, M., Myhill, P. Q., & Tyler, T. R. (2012). Why do people comply with the law? Legitimacy and the Influence of Legal Institutions. *British Journal of Criminology*, 52 (6), 1051 – 1071.
- Jackson, J., Asif, M., Bradford, B., & Zakar, M. (2014). Corruption and Police Legitimacy in Lahore, Pakistan. *The British Journal of Criminology*, 54 (6), 1067 – 1088.
- Jackson, J., & Gau, J. (2015). Carving up Concepts? Differentiating between Trust and Legitimacy in Public Attitudes towards Legal Authority. In: E. Shockley, T. Neal, T. PytlikZillig & B. Bornstein (Eds.), *Interdisciplinary Perspectives on Trust: Towards Theoretical and Methodological Integration*. New York: Springer.
- Jackson, J., Hough, M., Bradford, B., & Kuha, J. (2015). Empirical Legitimacy as Two Connected Psychology States. In: G. Meško & J. Tankebe (Eds.), *Trust and Legitimacy in Criminal Justice: European Perspectives*, (pp. 137 – 160). Switzerland, Springer International Publishing.
- Jackson, J., & Kuha, J. (2015). How theory guides measurement: Examples from the study of public attitudes toward crime and policing. In: T. Bynum & B. Huebner (Eds.), *Handbook on Measurement Issues in Criminology and Criminal Justice*. New Jersey, John Wiley and Sons, Hoboken.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities*. New York: Vintage Books.
- Jones-Brown, D. 2007. Forever the symbolic assailant: The more things change, the more they remain the same. *Criminology & Public Policy*, 6 (1), 103–122.
- Kääriäinen, J. T. (2007). Trust in the Police in 16 European Countries: A Multilevel Analysis. *European Journal of Criminology*, 4 (4), 409 – 435.
- Kirk, D., & Matsuda, M. (2011). Legal cynicism, collective efficacy, and the ecology of arrest. *Criminology*, 49 (2), 443 – 472.
- Kirk, D. S., & Papachristos, A. W. (2011). Cultural Mechanisms and the Persistence of Neighborhood Violence. *American Journal of Sociology*, 116 (4), 1190 – 1233.
- Kochel, T. (2012). Can Police Legitimacy Promote Collective Efficacy? *Justice Quarterly*, 29 (3), 384 – 419.

- Lai, Y., & Zhao, J. S. (2010). The impact of race/ethnicity, neighborhood context, and police/citizen interaction on residents' attitudes toward the police. *Journal of Criminal Justice*, 38 (4), 685 – 692.
- Lee, H., Boateng, F., & Marenin, O. (2015). Trust in and legitimacy of police among American college students: A preliminary assessment. *The Police Journal: Theory, Practice and Principles*, 88 (4), 299 - 314.
- Leiber, M., Nalla, M., & Farnworth, M. (1998). Explaining juveniles' attitudes toward the police. *Justice Quarterly*, 15 (1), 151 – 174.
- Lewis, J. (2003). Design Issues. In J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative Research Practice: A Guide for Social Science Students and Researchers*, (pp. 47 – 76). SAGE Publications Ltd.
- Lind, E., & Tyler, T. (1988). *The Social Psychology of Procedural Justice*. New York: Springer Science.
- Loader, I. (2000). Plural Policing and Democratic Governance. *Social & Legal Studies*, 9 (3), 323 – 345.
- Loader, I., & Walker, N. (2007). *Civilizing Security*. New York: Cambridge University Press.
- MacDonald, J., & Stokes, R. (2006). Race, Social Capital and Trust in the Police. *Urban Affairs Review*, 41 (3), 358 – 375.
- Matangue, M. P. (2016). Perceções dos cidadãos sobre confiança, eficácia e satisfação com a polícia: um estudo exploratório realizado em Moçambique. (Master's thesis, Faculdade de Direito da Universidade do Porto). Acedida em [https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=781732](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=781732), a 1 de outubro de 2016.
- Mastrofski, S. D., Reisig, M. D., & McCluskey, J. D. (2002). Police disrespect toward the public: An encounter-based analysis. *Criminology*, 40 (3), 515–551.
- Mazerolle, L., Bennett, S., Davis, J., Sargeant, E., & Manning, M. (2013). Procedural Justice and police legitimacy: a systematic review of the research evidence. *Journal of Experimental Criminology*, 9 (3), 245 – 274.

- Meško, G., & Tankebe, J. (2015). Criminal Justice in Europe: A Study of Aspects of Trust and Legitimacy. In: G. Meško & J. Tankebe (Eds.), *Trust and Legitimacy in Criminal Justice: European Perspectives*, (pp. v – ix). Switzerland, Springer International Publishing.
- Moreira, S., Cardoso, C., & Nalla, M. (2015). Citizen confidence in private security guards in Portugal. *European Journal of Criminology*, 12 (2), 208 – 225.
- Narayan, D., & Cassidy, M. F. (2001). A Dimensional Approach to Measuring Social Capital: Development and Validation of a Social Capital Inventory. *Current Sociology*, 49 (2), 59 – 102.
- Nivette, A. E., Eisner, M., Malti, T., & Ribeaud, D. (2015). The Social and Developmental Antecedents of Legal Cynicism. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52 (2), 270 – 298.
- Nix, J., Wolfe, S., Rojek, J., & Kaminski, R. (2014). Trust in the Police: The Influence of Procedural Justice and Perceived Collective Efficacy. *Crime & Delinquency*, 61 (4), 610 – 640.
- Osgood, D. W., & Anderson, A. L. (2004). Unstructured socialization and rates of delinquency. *Criminology*, 42 (3), 519 – 549.
- Ponsaers, P. (2015), Is Legitimacy Police Property? In: G. Meško & J. Tankebe (Eds.), *Trust and Legitimacy in Criminal Justice: European Perspectives*, (pp. 93 – 110). Switzerland, Springer International Publishing.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster.
- Putnam, R. D. (2001). Social Capital: Measurement and Consequences. *Isuma: Canadian Journal of Policy Research*, 2, 41-51.
- Reiner, R. (2005). Policing a postmodern society. In T. Newburn (Ed.), *Policing: Key Readings*, (pp. 675 – 697). Devon: Willan Publishing.
- Reisig, M. D., Wolfe, S. E., & Holtfreter, K. (2011). Legal cynicism, legitimacy, and criminal offending: The nonconfounding effect of low self-control. *Criminal Justice and Behavior*, 38 (12), 1265 – 1279.

- Reisig, M., Tankebe, J., & Meško, G. (2012). Procedural Justice, Police Legitimacy, and Public Cooperation with the Police Among Young Slovene Adults. *Varstvoslovje: Journal of Criminal Justice and Security*, 14 (2), 147 – 164.
- Ren, L., Cao, L., Lovrich, N., & Gaffney, M. (2005). Linking confidence in the police with the performance of the police: Community policing can make a difference. *Journal of Criminal Justice*, 33 (1), 55 – 66.
- Roberts, J., & Plesničar, M. (2015). Sentencing, Legitimacy, and Public Opinion. In: G. Meško & J. Tankebe (Eds.), *Trust and Legitimacy in Criminal Justice: European Perspectives*, (pp. 33 – 51). Switzerland, Springer International Publishing.
- Sampson, R. J. (2012). *Great American City: Chicago and the enduring neighborhood effect*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and Violent Crime: A multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*, 277, 918 – 924.
- Sampson, R. J., & Bartusch, D. J. (1998). Legal Cynicism and (Subcultural?) Tolerance of Deviance: The Neighborhood Context of Racial Differences. *Law & Society Review*, 32 (4), 777 – 804.
- Sampson, R., Morenoff, J. & Gannon-Rowley, T. (2002). Assessing “Neighborhood Effects”: Social Processes and New Directions in Research. *Annual Review of Sociology*, 28, 443 – 478.
- Sargeant, E., Murphy, K., & Cherney, A. (2014). Ethnicity, trust and cooperation with the police: Testing the dominance of the process-based model. *European Journal of Criminology*, 11 (4), 500 – 524.
- Schuck, A. M., & Rosenbaum, D. P. (2005). Global and Neighborhood Attitudes Toward the Police: Differentiation by Race, Ethnicity and Type of Contact. *Journal of Quantitative Criminology*, 21 (4), 391 – 418.
- Scott, J. (2002). Assessing the Relationship Between Police-Community Coproduction and Neighborhood-Level Social Capital. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 18 (2), 147 – 166.

- Sherman, L. W. (2001). *Trust and Confidence in Criminal Justice*. Philadelphia, PA: Fels Center of Government, University of Pennsylvania.
- Silverman, D. (2014). *Interpreting Qualitative Data* (5<sup>th</sup> edition). Sage.
- Sindall, K., Sturgis, P., & Jennings, W. (2012). Public confidence in the police: A time-series analysis. *British Journal of Criminology*, 52 (4), 744 – 764.
- Sindall, K., McCarthy, D. J., & Brunton-Smith, I. (2017). Young people and the formation of attitudes towards the police. *European Journal of Criminology*, 14 (3), 344 - 364.
- Skogan, W. G. (2006). Asymmetry in the Impact of Encounters with Police. *Policing & Society*, 16 (2), 99 – 126.
- Smith J. R., Louis W. R., Terry D. J., Greenaway K. H., Clarke M. R., & Cheng X. (2012). Congruent or conflicted? The impact of injunctive and descriptive norms on environmental intentions. *Journal of Environmental Psychology*, 32(4), 353-361.
- Stewart, D., Morris, R., & Weir, H. (2013). Youth Perceptions of the Police: Identifying Trajectories. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 12 (1), 22 – 39.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20 (3), 571 – 610.
- Sun, I., Hu, R., & Wu, Y. (2012). Social capital, political participation, and trust in the police in urban China. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 45 (1), 87 – 105.
- Sun, I. Y., Hu, R., Wong, D. F., He, X., & Li, J. C. (2013). One country, three populations: Trust in police among migrants, villagers, and urbanities in China. *Social Science Research*, 42 (6), 1737 – 1749.
- Sun, I. Y., Jou, S., Hou, C. C., & Chang, Y. (2014). Public trust in the police in Taiwan: A test of instrumental and expressive models. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 47 (1), 123 – 140.
- Sun, I. Y., & Wu, Y. (2015). Arab Americans' Confidence in Police. *Crime and Delinquency*, 61 (4), 483 – 508.

- Sunshine, J., & Tyler, T. (2003). Moral Solidarity, Identification with the Community, and the Importance of Procedural Justice: The Police as Prototypical Representatives of a Group's Moral Values. *American Sociological Association*, 66 (2), 153 – 165.
- Tankebe, J. (2010). Public Confidence in the Police: Testing the Effects of Public Experiences of Police Corruption in Ghana. *British Journal of Criminology*, 50 (2), 296 – 319.
- Tankebe J. (2013). Viewing things differently: the dimensions of public perceptions of legitimacy. *Criminology*, 51 (1), 103 – 135.
- Terrill, W., & Reisig, M. D. (2003). Neighborhood context and police use of force. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (3), 291 – 321.
- Tyler, T. R. (1990). *Why people obey the law*. New Jersey: Princeton University Press.
- Tyler, T. R. (2003). Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law. *Crime and Justice*, 30, 283 – 357.
- Tyler, T. R. (2005). Policing in black and white: ethnic group differences in trust and confidence in the police. *Police Quarterly*, 8 (3), 322 – 342.
- Tyler, T. R. (2006). *Why people obey the law*. New Jersey: Princeton University Press.
- Tyler, T. R. (2011). Trust and legitimacy: Policing in the USA and Europe. *European Journal of Criminology*, 8 (4), 254 – 266.
- Tyler T. R., Lind E. A. (1992). *A relational model of authority in groups*. New York, NY: Academic Press.
- Tyler, T. R., & Smith, H. J. (1997a). Social injustice and social movements. In D. Gilbert, S. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology*, 4<sup>th</sup> ed., Vol. 2, (pp. 595 – 629). New York: Addison-Wesley.
- Tyler, T. R., Boeckmann, R. J., Smith, H. J., & Huo, Y. J. (1997b). *Social Justice in a Diverse Society*. Denver, CO: Westview Press.
- Tyler, T. R., Jackson, J. & Bradford, B. (2013). Psychology of procedural justice and cooperation. In: G. Bruinsma & D. Weisburd (Eds.), *Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice*, (pp. 4011 – 4024). New York: Springer.



- Taylor, T. R., Turner, K., Esbensen, F., & Winfree Jr, L. (2001). Coppin' an attitude: Attitudinal differences among juveniles toward police. *Journal of Criminal Justice*, 29, 295 – 305.
- Uslaner, E. M. (2000). Producing and Consuming Trust. *Political Science Quarterly*, 115 (4), 569 – 590.
- Van Craen, M., & Skogan, W. (2015a). Differences and similarities in the explanation of ethnic minority groups' trust in the police. *European Journal of Criminology*, 12 (3), 300 – 323.
- Van Craen, M., & Skogan, W. (2015b). Trust in the Belgian Police: the importance of responsiveness. *European Journal of Criminology*, 12 (2), 129 – 150.
- Van Damme, A., Pawels, L., & Svensson, R. (2015). Why do Swedes Cooperate with the Police? A SEM Analysis of Tyler's Procedural Justice Model. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 21 (1), 15 – 33.
- Warner, B. D. (2003). The role of attenuated culture in social disorganization theory. *Criminology*, 41 (1), 73 – 97.
- Weisburd, D., Greenspan, R., Hamilton, E. E., Williams, H., & Bryant, K. A. (2000). *Police Attitudes Toward Abuse of Authority: Findings From a National Study*. U. S. Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.
- Weitzer, R. (2002). Incidents of police misconduct and public opinion. *Journal of Criminal Justice*, 30 (5), 397 – 408.
- Weitzer, R., & Tuch, S. (2004). Race and Perceptions of Police Misconduct. *Social Problems*, 51 (3), 305 – 325.
- Weitzer, R., & Tuch, S. A. (2005). Determinants of public satisfaction with the police. *Police Quarterly*, 8 (3), 279 – 297.
- Wikström, P. H., & Loeber, R. (2000). Do disadvantaged neighborhoods cause well-adjusted children to become adolescent delinquents? A study of male juvenile serious offending, individual risk and protective factors, and neighborhood context. *Criminology*, 38 (4), 1109 – 1142.

- Wikstrom, P. H., & Butterworth, D. A. (2006). *Adolescent Crime: Individual differences and lifestyles*. United Kindgon, Devon: Willan Publishing.
- Wilson, W. J. (1996). *When Work Disappears: The World of the New Urban Poor*. New York: Knopf.
- Wolfe, S. E., Nix, J., Kaminski, R., & Rojek, J. (2016). Is the Effect of Procedural Justice on Police Legitimacy Invariant? Testing the Generality of Procedural Justice and Competing Antecedents of Legitimacy. *Journal of Quantitative Criminology*, 32 (2), 253 – 282.
- Yale, R. (1996). Searching for the Consequences of Police Brutality. *Southern California Law Review*, 70 (6), 1841 – 1859.
- Yuksel, Y., & Tepe, F. (2013). Citizen satisfaction with police and community policing. *European Scientific Journal*, 9 (14), 29 – 48.

## ANEXOS

### Anexo I: Modelos parcelares relativos à predição da confiança dos jovens na polícia

**Tabela 1:** Predição da confiança na polícia através das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-.326	.191	-.179	.091
Género	-.349	.628	-.058	.579
Estatuto socioeconómico	.586	.701	.085	.406
Tipo de percurso escolar	-.035	.654	-.006	.957
<b>R<sup>2</sup></b>				.042
<b>F</b>				1.019
<b>p</b>				.402

**Tabela 2:** Predição da confiança na polícia através das variáveis de insegurança objetiva e subjetiva

Variável	B	SE	Beta	p
Vitimação	-.768	.574	-.123	.207
Preocupação com o crime	-.118	.321	-.037	.714
Medo do crime	-.122	.501	-.025	.808
<b>R<sup>2</sup></b>				.019
<b>F</b>				.708
<b>p</b>				.549

**Tabela 3:** Predição da confiança na polícia através das variáveis de estilo de vida

Variável	B	SE	Beta	p
Delinquência	-.221	.117	-.192	.061
Atividades delinquentes	-1.404	1.084	-.131	.198
<b>R<sup>2</sup></b>				.075
<b>F</b>				4.412
<b>p</b>				.014

**Tabela 4:** Predição da confiança na polícia através das variáveis relativas à área de residência

<b>Variável</b>	<b>B</b>	<b>SE</b>	<b>Beta</b>	<b>p</b>
Desordens/Incivilidades	.011	.269	.004	.969
Estabilidade residencial	.292	.336	.077	.386
Satisfação com a área de residência	.275	.298	.085	.358
Expetativas em relação à área de residência	.827	.601	.121	.172
Confiança geral	.550	.135	.358	<b>.000</b>
Coesão Social	-.547	.280	-.187	<b>.054</b>
Controlo Informal na área de residência	.069	.325	.020	.832
Adesão às normas cívicas	1.912	.570	.286	<b>.001</b>
Encorajamento de esforços coletivos	-.048	.352	-.013	.891
Envolvimento na resolução de problemas	.025	.299	.008	.934
Visibilidade da polícia	.154	.252	.058	.543
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência	.969	.352	.277	<b>.007</b>
<b>R<sup>2</sup></b>				.400
<b>F</b>				5.334
<b>p</b>				<b>.000</b>

**Tabela 5:** Predição da confiança na polícia através das variáveis relativas à polícia

<b>Variável</b>	<b>B</b>	<b>SE</b>	<b>Beta</b>	<b>p</b>
Confiança na eficácia da polícia	.514	.185	.392	<b>.009</b>
Confiança na justiça distributiva da polícia	-.059	.796	-.009	.941
Confiança na justiça procedimental da polícia	.184	.582	.042	.754
Responsabilização da polícia	.645	.580	.170	.274
Alinhamento moral	-.360	.656	-.087	.587
Legalidade da ação policial	-.146	.160	-.124	.368
Cinismo legal	-.696	.690	-.134	.320
Satisfação com os contatos voluntários com a polícia	-.377	.462	-.122	.421
Satisfação com os contatos compulsivos com a polícia	.357	.451	.126	.435
Satisfação com o trabalho da polícia	1.543	.706	.423	<b>.036</b>
<b>R<sup>2</sup></b>				.642
<b>F</b>				5.922
<b>p</b>				<b>.000</b>

## Anexo II: Modelos parcelares relativos à predição da confiança dos jovens na eficácia da polícia

**Tabela 1:** Predição da confiança na eficácia da polícia através das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	.028	.143	.020	.845
Género	-.900	.468	-.196	<b>.058</b>
Estatuto socioeconómico	.897	.525	.171	.091
Tipo de percurso escolar	-.259	.489	-.055	.598
<b>R<sup>2</sup></b>		.069		
<b>F</b>		1.733		
<b>p</b>		.149		

**Tabela 2:** Predição da confiança na eficácia da polícia através das variáveis de insegurança objetiva e subjetiva

Variável	B	SE	Beta	p
Vitimação	-.514	.429	-.112	.234
Preocupação com o crime	-.063	.243	-.025	.797
Medo do crime	-.767	.374	-.202	<b>.043</b>
<b>R<sup>2</sup></b>		.063		
<b>F</b>		2.449		
<b>p</b>		.067		

**Tabela 3:** Predição da confiança na eficácia da polícia através das variáveis de estilo de vida

Variável	B	SE	Beta	p
Delinquência	.040	.093	.044	.670
Atividades delinquentes	-1.153	.86	-.138	.186
<b>R<sup>2</sup></b>		.016		
<b>F</b>		.895		
<b>p</b>		.411		

**Tabela 4:** Predição da confiança na eficácia da polícia através das variáveis relativas à área de residência

<b>Variável</b>	<b>B</b>	<b>SE</b>	<b>Beta</b>	<b>p</b>
Desordens/Incivilidades	.037	.208	.016	.858
Estabilidade residencial	-.179	.262	-.061	.496
Satisfação com a área de residência	.229	.234	.091	.329
Expetativas em relação à área de residência	1.353	.472	.253	<b>.005</b>
Confiança geral	.468	.106	.390	<b>.000</b>
Coesão Social	-.429	.218	-.188	<b>.052</b>
Controlo Informal na área de residência	-.110	.252	-.041	.663
Adesão às normas cívicas	1.233	.446	.236	<b>.007</b>
Encorajamento de esforços coletivos	.222	.277	.079	.425
Envolvimento na resolução de problemas	.131	.235	.055	.579
Visibilidade da polícia	.164	.199	.079	.410
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência	.391	.274	.144	.157
<b>R<sup>2</sup></b>				.381
<b>F</b>				5.021
<b>p</b>				<b>.000</b>

**Tabela 5:** Predição da confiança na eficácia da polícia através das variáveis relativas à área de residência

<b>Variável</b>	<b>B</b>	<b>SE</b>	<b>Beta</b>	<b>p</b>
Confiança na justiça distributiva da polícia	-.287	.734	-.060	.698
Confiança na justiça procedimental da polícia	-.035	.539	-.010	.949
Responsabilização da polícia	.153	.536	.053	.777
Alinhamento moral	.195	.606	.062	.750
Legalidade da ação policial	-.120	.147	-.134	.418
Cinismo legal	-1.439	.589	-.365	<b>.020</b>
Satisfação com os contatos voluntários com a polícia	-.326	.424	-.138	.448
Satisfação com os contatos compulsivos com a polícia	.431	.411	.201	.302
Satisfação com o trabalho da polícia	1.441	.605	.520	<b>.023</b>
<b>R<sup>2</sup></b>				.456
<b>F</b>				3.161
<b>p</b>				<b>.007</b>

### Anexo III: Modelos parcelares relativos à predição da satisfação dos jovens com o trabalho da polícia

**Tabela 1:** Predição da satisfação com o trabalho da polícia através das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-.098	.052	-.195	.062
Género	-.186	.170	-.112	.276
Estatuto socioeconómico	.161	.191	.085	.399
Tipo de percurso escolar	.171	.177	.100	.339
<b>R<sup>2</sup></b>		.059		
<b>F</b>		1.463		
<b>p</b>		.220		

**Tabela 2:** Predição da satisfação com o trabalho da polícia através das variáveis de insegurança objetiva e subjetiva

Variável	B	SE	Beta	p
Vitimação	-.078	.067	-.111	.246
Preocupação com o crime	.000	.088	.000	.998
Medo do crime	-.194	.134	-.144	.150
<b>R<sup>2</sup></b>		.036		
<b>F</b>		1.360		
<b>p</b>		.259		

**Tabela 3:** Predição da satisfação com o trabalho da polícia através das variáveis de estilo de vida

Variável	B	SE	Beta	p
Delinquência	-.036	.033	-.115	.267
Atividades delinquentes	-.383	.298	-.133	.200
<b>R<sup>2</sup></b>		.044		
<b>F</b>		2.585		
<b>p</b>		.080		

**Tabela 4:** Predição da satisfação com o trabalho da polícia através das variáveis relativas à área de residência

Variável	B	SE	Beta	p
Desordens/Incivilidades	-.031	.072	-.038	.666
Estabilidade residencial	.104	.090	.100	.250
Satisfação com a área de residência	.127	.081	.140	.120
Expetativas em relação à área de residência	.195	.164	.102	.236
Confiança geral	.128	.037	.299	<b>.001</b>
Coesão Social	-.114	.076	-.140	.135
Controlo Informal na área de residência	-.004	.088	-.004	.962
Adesão às normas cívicas	.333	.150	.183	<b>.029</b>
Encorajamento de esforços coletivos	-.117	.096	-.115	.229
Envolvimento na resolução de problemas	.060	.082	.071	.463
Visibilidade da polícia	-.042	.069	-.057	.540
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência	.375	.094	.387	<b>.000</b>
<b>R<sup>2</sup></b>				.402
<b>F</b>				5.606
<b>p</b>				<b>.000</b>

**Tabela 5:** Predição da satisfação com o trabalho da polícia através das variáveis relativas à polícia

Variável	B	SE	Beta	p
Confiança na eficácia da polícia	.099	.042	.276	<b>.023</b>
Confiança na justiça distributiva da polícia	.361	.183	.210	<b>.057</b>
Confiança na justiça procedimental da polícia	.374	.126	.310	<b>.006</b>
Responsabilização da polícia	.090	.140	.086	.524
Alinhamento moral	-.024	.159	-.021	.879
Legalidade da ação policial	.041	.038	.128	.288
Cinismo legal	.433	.150	.304	<b>.007</b>
Satisfação com os contatos voluntários com a polícia	.131	.110	.154	.243
Satisfação com os contatos compulsivos com a polícia	.219	.103	.283	<b>.041</b>
<b>R<sup>2</sup></b>				.714
<b>F</b>				8.242
<b>p</b>				<b>.000</b>



## Anexo IV: Modelos parcelares relativos à predição da legitimidade atribuída pelos jovens à polícia

**Tabela 1:** Predição da legitimidade da polícia através das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-.204	.128	-.164	.115
Género	.082	.418	.020	.845
Estatuto socioeconómico	.096	.471	.021	.838
Tipo de percurso escolar	-.529	.438	-.125	.230
<b>R<sup>2</sup></b>		.055		
<b>F</b>		1.387		
<b>p</b>		.244		

**Tabela 2:** Predição da legitimidade da polícia através das variáveis de insegurança objetiva e subjetiva

Variável	B	SE	Beta	p
Vitimação	-.200	.392	-.049	.610
Preocupação com o crime	.111	.222	.050	.619
Medo do crime	-.072	.344	-.021	.835
<b>R<sup>2</sup></b>		.004		
<b>F</b>		.162		
<b>p</b>		.922		

**Tabela 3:** Predição da legitimidade da polícia através das variáveis de estilo de vida

Variável	B	SE	Beta	p
Delinquência	-.223	.080	-.279	<b>.006</b>
Atividades delinquentes	-.312	.730	-.043	.670
<b>R<sup>2</sup></b>		.090		
<b>F</b>		5.586		
<b>p</b>		<b>.005</b>		

**Tabela 4:** Predição da legitimidade da polícia através das variáveis relativas à área de residência

Variável	B	SE	Beta	p
Desordens/Incivilidades	-.013	.210	-.007	.950
Estabilidade residencial	-.005	.261	-.002	.985
Satisfação com a área de residência	-.341	.234	-.152	.149
Expetativas em relação à área de residência	.430	.474	.091	.367
Confiança geral	.329	.106	.310	<b>.003</b>
Coesão Social	-.240	.219	-.119	.276
Controlo Informal na área de residência	-.038	.254	-.016	.882
Adesão às normas cívicas	.745	.435	.165	.090
Encorajamento de esforços coletivos	-.081	.279	-.032	.773
Envolvimento na resolução de problemas	.232	.236	.110	.328
Visibilidade da polícia	-.135	.199	-.073	.499
Satisfação com o envolvimento da polícia na área de residência	.206	.273	.086	.452
<b>R<sup>2</sup></b>				.184
<b>F</b>				1.881
<b>p</b>				<b>.046</b>

**Tabela 5:** Predição da legitimidade da polícia através das variáveis relativas à polícia

Variável	B	SE	Beta	p
Confiança na eficácia da polícia	-.110	.179	-.130	.542
Confiança na justiça distributiva da polícia	.813	.767	.201	.297
Confiança na justiça procedimental da polícia	.067	.562	.023	.906
Responsabilização da polícia	.613	.559	.250	.281
Alinhamento moral	.066	.632	.025	.918
Legalidade da ação policial	-.054	.155	-.071	.728
Cinismo legal	.374	.666	.112	.578
Satisfação com os contatos voluntários com a polícia	-.434	.446	-.218	.337
Satisfação com os contatos compulsivos com a polícia	.624	.435	.343	.161
Satisfação com o trabalho da polícia	-.364	.681	-.155	.597
<b>R<sup>2</sup></b>				.201
<b>F</b>				.829
<b>p</b>				.605

**Tabela 6:** Predição da legitimidade da polícia através de um conjunto mais restrito de variáveis relativas à polícia consideradas pela literatura internacional

<b>Variável</b>	<b>B</b>	<b>SE</b>	<b>Beta</b>	<b>p</b>
Confiança na eficácia da polícia	.150	.087	.171	.089
Confiança na justiça distributiva da polícia	-.045	.396	-.011	.910
Confiança na justiça procedimental da polícia	.047	.331	.015	.887
Alinhamento moral	.865	.308	.283	<b>.006</b>
Legalidade da ação policial	-.042	.079	-.051	.595
<b>R<sup>2</sup></b>			.134	
<b>F</b>			3.153	
<b>p</b>			<b>.011</b>	